

**FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS  
WINDSOR ESPENSER VEIGA  
SUZANA ROSA DOS SANTOS**

ORGANIZADORES



# **Pesquisas em Contabilidade, Controladoria e Finanças**

**VOL. 3**



**MATRIOSKA**  
EDITORA



# **Pesquisas em Contabilidade, Controladoria e Finanças**

**VOL. 3**

## Conselho Editorial

**Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga Kaiowá**, Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP

**Alysson Leandro Mascaro**, Universidade de São Paulo – USP

**André Araújo Molina**, ESMATRA – MT

**Ângela Issa Haonat**, Universidade Federal do Tocantins – UFT

**Armando Luiz da Silva**, Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação – ESAMC

**Carmem Lúcia Costa**, Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Catalão

**Danilo de Oliveira**, Universidade Santa Cecília – UNISANTA, Santos – SP

**Fernando de Almeida Santos**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

**Fernando Gustavo Knoerr**, Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba

**Fernando Rovira Villademoros**, Universidade de la Empresa (UDE) – Uruguai

**Fernando Fita**, Universidad de Valencia – Espanha

**Flávio Leão Bastos Pereira**, Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo

**Lucas Gonçalves da Silva**, Universidade Federal de Sergipe – UFS

**Marcelo Lamy**, Universidade Santa Cecília – UNISANTA, Santos – SP

**Motauri Ciochetti de Souza**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

**Norma Sueli Padilha**, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

**Óscar Requena Montes**, Universitat Rovira i Virgili, Espanha

**Reginaldo de Souza Vieira**, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc

**Ricardo Maurício Freire Soares**, Universidade Federal da Bahia – UFBA

**Sandra Mara Campos Alves**, Fiocruz/Brasília-DF

**Sandra Regina Martini**, Universidade UNIRITTER, Rio Grande do Sul

**Sérgio Salomão Schecaira**, Universidade de São Paulo – USP

**Sônia Francisca de Paula Monken**, Universidade Nove de Julho – Uninove, São Paulo

**Thereza Christina Nahas**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS

**Viviane Coelho de Sellos Knoerr**, Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba

**Viviane Gonçalves Freitas**, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

**FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS**  
**WINDSOR ESPENSER VEIGA**  
**SUZANA ROSA DOS SANTOS**

ORGANIZADORES



# **Pesquisas em Contabilidade, Controladoria e Finanças**

**VOL. 3**



**MATRIOSKA**  
EDITORA

©2023, Fernando de Almeida Santos,  
Windsor Espenser Veiga e Suzana Rosa dos Santos

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610/1998.  
Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

**Publisher – Editorial:** Luciana Félix  
**Publisher – Comercial:** Patrícia Melo  
**Copidesque e preparação de texto:** Ana C. Moura  
**Revisão:** Equipe Matrioska Editora  
**Editoração e capa:** Marcelo Correia da Silva

**Matrioska Editora**  
Atendimento e venda direta ao leitor:  
**[www.matrioskaeditora.com.br](http://www.matrioskaeditora.com.br)**  
**[contato@matrioskaeditora.com.br](mailto:contato@matrioskaeditora.com.br)**  
**[facebook.com/matrioskaeditora](https://facebook.com/matrioskaeditora)**  
**[instagram.com/matrioskaeditora](https://instagram.com/matrioskaeditora)**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisas em contabilidade, controladoria e  
finanças [livro eletrônico] : vol. 3 /  
organização Fernando de Almeida Santos,  
Windsor Espenser Veiga, Suzana Rosa dos  
Santos. -- São Paulo : Matrioska Editora, 2023.  
PDF

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-84999-28-2

1. Contabilidade 2. Controladoria 3. Finanças  
I. Santos, Fernando de Almeida. II. Veiga, Windsor  
Espenser. III. Santos, Suzana Rosa dos.

23-166089

CDD-330

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Economia 330

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

**Impresso no Brasil**  
**2023**



Plano de Incentivo à Pesquisa – PIPEq  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Este livro foi patrocinado pelo PIPEq e foi um trabalho dos Docentes e Discentes do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC-SP em conjunto com ilustres amigos pesquisadores.

Agradecemos a PUC-SP, a todos os colaboradores e ao Querido Prof. Dr. Marcos Peters que possibilitaram estes resultados.

Este é mais um livro que compartilha conhecimento, algo fundamental para um Programa de Mestrado que busca caminhar de forma solidária para a formação e valorização de profissionais de alto nível.

**Fernando de Almeida Santos**  
**Windsor Espenser Veiga**  
**Suzana Rosa dos Santos**



# Prefácio

Apresento aqui mais um excelente e útil trabalho sob a coordenação magistral dos competentes cientistas Fernando de Almeida Santos, Windsor Espenser Veiga e Suzana Rosa dos Santos.

A versatilidade do leque e o desenvolvimento dos assuntos, baseados em pesquisa científica profunda e qualificada, tratam de aplicações empresariais e acadêmicas. Os autores são pesquisadores importantes e firmes em buscar a consistência, a coerência e a aplicabilidade dos objetos de estudos aqui concretizados neste volume de conteúdo importante para profissionais e professores que queiram ter o melhor do conhecimento atual.

É para mim uma honra e um privilégio estar prefaciando este trabalho de professores e mestres dedicados e competentes.

A vida humana e seu bem-estar e evolução dependem de abnegados e idealistas que desvestem suas ambições e objetivos pessoais e buscam algo além, o bem social, o coletivo, a descoberta e desenvolvimento da sociedade e dos seus elementos, essencialmente o ser humano.

Nesse processo de busca da evolução e bem-estar social e individual, os pesquisadores que trazem suas descobertas nos capítulos deste livro são verdadeiros heróis, verdadeiros amigos da humanidade. E, como amigos, escrevem com brilho nos olhos, estudam com afinco, fazem descobertas com arrojo e denodo.

Dos capítulos que nos enriquecem o olhar ao lê-los, cada um de nós encontrará um ou alguns que, além do saber que nos transmitem, dizem ao nosso viver, ao nosso fazer. Eu gostei muito de todos eles, pois me fizeram refletir profundamente e me deram um alento em meu trabalho, orientando-me em minha busca de ser um profissional e ser humano a cada dia melhor.

O importante é a descoberta e o impacto que este rico livro traz a cada um de nós.

A variedade de assuntos escolhidos, como Relato Integrado, Controles Internos, Inovação Tecnológica, Pequenas Empresas, ESG, Gestão

Rural, Métricas de Precificação, Compliance Tributário, Arrendamentos e Previdência Complementar nos traz felicidade e riqueza, além de um mosaico de abordagens e tangentes que espelham grandes aspectos da sociedade atual e seus desafios.

Muito obrigado, autores, por nos brindarem com este maravilhoso trabalho.

**Marcos Peters**

Doutor em Controladoria e Contabilidade

# Os autores

## **Alexandre Gonzales**

Doutor em Contabilidade pela USP e Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente é professor do Insper. E-mail: alexandreg7@insper.edu.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3660189968094003> e <https://orcid.org/0000-0002-2778-6280>

## **André Nardy**

Doutor mestre em Administração pela PUC-SP e Professor da Saint Paul Escola de Negócios. E-mail: anardy18@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4562655046322864> e <https://orcid.org/0000-0003-3322-3975>

## **Bárbara Jorge Neves dos Santos**

Mestranda pelo Programa de Mestrado em Controladoria, Finanças e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), graduada em Ciências Contábeis pela PUC-SP e coordenadora de Controladoria de Eco Securitizadora S.A., com mais de 10 anos de experiência no mercado financeiro e de capitais. E-mail: barbarah.jorge@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6196416411751055> e <https://orcid.org/0000-0002-7655-3723>

## **Carlos Vital Giordano**

Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, no Centro Paula Souza. E-mail: giordanopaulasouza@yahoo.com.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1388190299864215> e <http://orcid.org/0000-0002-5557-9529>

## **Danilo Prado Figueiredo**

Mestrando em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela PUC-SP, com MBA em Gestão Financeira e Controlaria e MBA em Gestão de Pessoas, e graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta) e em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). E-mail:

danilo.contadoreconomista@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4491713449589338> e <https://orcid.org/0000-0002-7095-1536>

### **Elizabeth Borelli**

Professora e pesquisadora do Mestrado Profissional em Contabilidade, Controladoria e Finanças da PUC-SP, com Doutorado e Pós- Doutorado em Ciências Sociais, Mestrado em Economia Política, pela PUC-SP, Bacharel em Administração pela EAESP-FGV. E-mail: [eborelli@pucsp.br](mailto:eborelli@pucsp.br) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9418133745150995> e <https://orcid.org/0000-0003-0502-4434>

### **Fernando de Almeida Santos**

Tem pós-doutorado em Ciências Contábeis e Atuariais e doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP. Coordenador do mestrado profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC/SP. Pesquisador, consultor e autor de diversos livros. Pesquisador do NUPA do Centro Universitário ENIAC. E-mail: [fernando@fernandoasantos.com.br](mailto:fernando@fernandoasantos.com.br). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4527505611889742> e <https://orcid.org/0000-0002-1716-2802>

### **Filipe Leite da Silva Botelho**

Mestrando em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela PUC/SP. MBA Finanças pela USP. MBA Executivo pelo Insper/SP. Especialista em Direito Empresarial pela FGV/SP. Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP. Advogado. E-mail: [filipe\\_botelho@hotmail.com](mailto:filipe_botelho@hotmail.com). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0680459029938847> e <https://orcid.org/0000-0003-1333-423X>

### **Gustavo Adolfo Rubio-Rodriguez**

Pós-doutorado em Contabilidade, Controladoria e Finanças da PUC-SP. Doutor em Ciências Sociais e Educação pela Universidade de Huelva e Doutor em Ciências Econômicas e Administrativas pela Universidade para Cooperação Internacional. Professor de pesquisa, palestrante e autor de artigos, livros e artigos científicos. E-mail: [gustavo.rubio-r@uniminuto.edu.co](mailto:gustavo.rubio-r@uniminuto.edu.co). Currículo: [https://scienti.minciencias.gov.co/cvllac/visualizador/generarCurriculoCv.do?cod\\_rh=0000784605](https://scienti.minciencias.gov.co/cvllac/visualizador/generarCurriculoCv.do?cod_rh=0000784605) e <https://orcid.org/0000-0002-6582-2481>

### **Henrique Herbel de Melo Campos**

Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sócio da BDO RCS Auditores Independentes

e especialista na implantação dos CPCs/ IFRSs. E-mail: henrique.campos@bdo.com.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3025783358153290> e <https://orcid.org/0000-0001-7453-285X>

### **Ícaro Luiz de Sousa Silva**

Mestrando pelo Programa de Mestrado em Controladoria, Finanças e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP-SP) e Especialista de Mercado de Capitais na Stone Instituição de Pagamento S.A. E-mail: socialicaro@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2516181868043733> e <https://orcid.org/0000-0001-8435-5527>

### **José Carlos Marion**

Possui pós-doutorado pela Kansas University, no Kansas, EUA, livre-docência pela FEA/USP, doutorado e mestrado em Controladoria e Contabilidade, ambos pela Universidade de São Paulo. Professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis. Controladoria e Finanças da PUC-SP. E-mail: jcmarion@usp.br . Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9690041868611427> e <https://orcid.org/0000-0002-5641-6107>

### **José Odálio dos Santos**

Livre-Docente em Administração (Finanças) pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis. Controladoria e Finanças da PUC-SP. E-mail: j.odalio@pucsp.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7018280423685826> e <https://orcid.org/0000-0001-6428-723X>

### **José Roberto Securato**

Doutor e Livre-docente em Administração pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Mestre em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979). Atualmente é professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis. Controladoria e Finanças da PUC-SP. Professor, consultor e coordenador na Fundação Instituto de Administração (FIA), membro da Sociedade Brasileira de Finanças SBFIn, membro do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros IBEF. E-mail: securato@usp.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0850929919616812> e <https://orcid.org/0000-0002-7409-6063>

### **Leandro Evangelista Poli**

Mestre em Contabilidade, Controladoria e Finanças e bacharel em Ciências Atuariais pela PUC-SP e em Ciências Econômicas pela FAAP. E-mail: leandro.poli@essor.com.br . Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8647250483272192> e <https://orcid.org/0000-0002-8643-551X>

### **Marcos Falcão**

Mestre em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela PUC-SP. Atuário graduado pela PUC-SP certificado pelo Instituto Brasileiro de Atuária, do qual é membro, como Atuário Independente e Atuário Responsável Técnico. E-mail: marcos@leac.com.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6985536737964246> e <https://orcid.org/0000-0001-5481-0701>

### **Mario Heimer Florez Guzmán**

Pós-Doutorado em Pesquisa, Inovação em Engenharia. Diretor do Centro de Pesquisa e Inovação Empresarial. Consultor de Instituições de Ensino Superior em países da América Latina. Professor Pesquisador da Instituição Universitária de Envigado. E-mail: marioheimerfg@gmail.com. Currículo: <https://bit.ly/43oqnEC> e <https://orcid.org/0000-0002-8468-4168>

### **Napoleão Verardi Galegale**

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, mestre em Engenharia de Produção pela POLI/USP, graduado em Ciências Contábeis pela FEA/USP e em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo. Professor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Paula Souza. E-mail: ngalegale@pucsp.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8463651002688096> e <https://orcid.org/0000-0003-2228-9151>

### **Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos**

Professora do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC/SP. Faculty Research Program Fellow - McGill University, Canadá. Pós-Doutorado, Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela USP, Mestrado em Administração pela USP e Graduação em Administração de Empresas pela USP. Professora Honoris Causa (Rede Paulista de Ensino Superior). E-mail: admneusa@pucsp.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8447239091986129> e <https://orcid.org/0000-0003-3469-4592>

### **Paulo Henrique Vaz da Silva**

Doutorando em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC-SP. Professor de Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças. Autor do livro *Controladoria para Empresas dos Serviços Contábeis – IOB/SP*. Perito Judicial em Varas Cíveis no Estado de São Paulo. E-mail: paulovaz@sterilo.com.br. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5149017914334148> e <https://orcid.org/0000-0002-5343-959X>

### **Renata Mendonça de Fazio**

Mestranda pelo Programa de Mestrado em Controladoria, Finanças e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Especialista em Economia e Negócios pela FGV-EESP, Bacharel em Administração pela PUC-SP e Coordenadora de Negócios no C6 Bank S.A., com mais de 8 anos de atuação no mercado financeiro. E-mail: renatafazio1@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2895848581429995> e <https://orcid.org/0000-0002-2328-6094>

### **Roberta Cristina da Silva**

Doutoranda pela Prolam/USP. Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC-SP. Docente na Universidade Paulista (Unip), na Universidade São Judas Tadeu e na Fipees. Editor da Revista CAFI - Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação. E-mail: robertasilvact@gmail.com. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7137569882802345> e <https://orcid.org/0000-0001-8827-0977>

### **Rodolfo Henrique de Paiva Cavalcante**

Mestre em Contabilidade e Atuária e bacharel em Ciências Atuariais pela PUC-SP. E-mail: rodolfohpc@hotmail.com Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2958570068931285> e <https://orcid.org/0000-0002-7386-2651>

### **Sérgio de Iudícibus**

Professor do mestrado profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC-SP. Livre-docente pela Universidade de São Paulo. Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Graduado em Contabilidade e Atuariais pela Universidade de São Paulo. Autor de diversos livros na área contábil e pesquisador com larga experiência, tendo orientado diversos alunos de mestrado e

doutorado. E-mail: [siudicibus@osite.com.br](mailto:siudicibus@osite.com.br). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2452666882323236> e <https://orcid.org/0000-0001-9657-7186>

### **Sergio Luiz de Oliveira**

Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC-SP. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade São Francisco de São Paulo– USF. E-mail: [sergio.pucsp@gmail.com](mailto:sergio.pucsp@gmail.com). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3947880683942575> e <https://orcid.org/0000-0001-7272-8963>

### **Suzana Rosa dos Santos**

Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais da PUC-SP. Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Especialista em Finanças pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, MBA em Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou no mercado segurador com ênfase na área de Custos e Controladoria por mais de vinte anos. E-mail: [rs.suzana@hotmail.com](mailto:rs.suzana@hotmail.com). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3994224030197245> e <https://orcid.org/0000-0002-2527-5479>

### **Vladimir Pereira Lemes**

Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais (PUC-SP), com MBA executivo em gestão financeira, controladoria e auditoria (FGV), *controller* de empresas, perito judicial, instrutor e palestrante (CRC-SP) e (CRC-GO), e membro de Comitês. E-mail: [vladilemes@hotmail.com](mailto:vladilemes@hotmail.com). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8448174197579730> e <https://orcid.org/0000-0003-1449-3857>

### **Windsor Espenser Veiga**

Doutor em Educação-Currículo e mestre em Ciências Contábeis e Atuarias pela PUC-SP. Pós-Graduado em Contabilidade Gerencial e Controladoria pelo Instituto Santanense (Faculdades Santana). Graduado em Ciências Contábeis pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas. Professor do Mestrado e da Graduação da PUC-SP. E-mail: [windsor@pucsp.br](mailto:windsor@pucsp.br). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5638476978589656> e <https://orcid.org/0000-0002-1174-4641>

<b>CAPÍTULO UM.....</b>	<b>1</b>
<b>Estudo do relato integrado do ano de 2021 das empresas de tecnologia da informação listadas na B3 .....</b>	<b>1</b>
Resumo .....	1
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>1.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>3</b>
<b>1.1.1 Relato Integrado.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1.2 Pesquisa e produção sobre Relato Integrado.....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 METODOLOGIA .....</b>	<b>7</b>
<b>1.3 RESULTADOS.....</b>	<b>9</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO DOIS.....</b>	<b>21</b>
<b>A relevância dos controles internos como apoio à gestão e à proteção do patrimônio das organizações religiosas.....</b>	<b>21</b>
Resumo .....	21
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.1 Organizações Religiosas .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1.2 Controles Internos.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO TRÊS.....</b>	<b>43</b>
<b>Pandemia de covid-19, desemprego no Brasil e surgimento de novas pequenas empresas: um quantitativo preocupante ou empolgante? ...</b>	<b>43</b>
Resumo .....	43
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>46</b>
<b>3.1.1 Pandemia da covid-19.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1.2 Desemprego em tempos de pandemia .....</b>	<b>47</b>
<b>3.1.3 Empreendedorismo no Brasil.....</b>	<b>49</b>
<b>3.2 METODOLOGIA .....</b>	<b>50</b>
<b>3.3 ANÁLISES E DISCUSSÕES .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3.1 Empresas ativas .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3.2 Empresas abertas.....</b>	<b>53</b>
<b>3.3.3 Empresas fechadas.....</b>	<b>55</b>
<b>3.3.4 Empresas abertas menos empresas fechadas.....</b>	<b>57</b>
<b>3.3.4.1 Empresas abertas e fechadas – curvas padronizadas (Z) .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3.4.2 Empresas abertas e fechadas por atividade econômica.....</b>	<b>60</b>
<b>3.3.5 Desemprego e PIB .....</b>	<b>61</b>
<b>3.3.6 Correlações.....</b>	<b>62</b>

3.3.7 Desemprego e empresas abertas .....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63

**CAPÍTULO QUATRO ..... 68**  
**O impacto das inovações tecnológicas no seguro contra incêndio no Brasil ..... 68**

RESUMO .....	68
INTRODUÇÃO .....	69
4.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....	71
4.1.1 Desenvolvimento da tecnologia: as quatro revoluções industriais.....	71
4.1.2 Risco Atuarial.....	74
4.2 METODOLOGIA.....	77
4.3 SEGUROS NA INDÚSTRIA 4.0.....	77
4.3.1 Vantagens e desvantagens das novas tecnologias na indústria de seguros.....	77
4.3.2 Implicações do Uso da Tecnologia no Seguro Contra Incêndio .....	82
4.3.3 A Quarta Revolução Industrial e o mercado de seguros contra incêndio no Brasil .....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	88

**CAPÍTULO CINCO ..... 96**  
**Títulos ESG no mercado nacional..... 96**

RESUMO .....	96
INTRODUÇÃO .....	97
5.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....	98
5.1.1 ESTRUTURA DE CAPITAL.....	98
5.1.2 TÍTULOS ESG NO BRASIL E NO MUNDO.....	99
5.2 METODOLOGIA .....	101
5.3 ANÁLISE DE RESULTADOS .....	102
5.3.1 Datas das Operações .....	102
5.3.2 Emissores .....	103
5.3.3 Montante.....	103
5.3.4 Destinação de Recursos .....	104
5.3.5 Tipo de Emissão .....	105
5.3.6 Duration.....	105
5.3.7 Entidade avaliadora dos critérios ESG .....	106
5.3.8 Mercado de Emissão.....	107
5.3.9 Tipo de Instrumento.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	108

**CAPÍTULO SEIS ..... 111**  
**Gestão rural — abordagem sobre a estrutura das pequenas propriedades rurais no estado de São Paulo . 111**

RESUMO .....	111
INTRODUÇÃO .....	112
6.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....	113

6.1.1 Custos logísticos .....	115
6.1.2 Custo de produção: a melhor escolha .....	116
6.1.3 Custo de oportunidade.....	117
6.1.4 Sazonalidade como aspecto decisório .....	119
6.2 METODOLOGIA .....	120
6.3 ANÁLISE DOS DADOS .....	121
6.3.1 Retrato da estrutura rural paulista .....	121
6.3.2 Informatização das propriedades rurais .....	124
6.3.3 Formas de controle de custos – gestão.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	129

## **CAPÍTULO SETE..... 133**

### **Proposta para desenvolvimento de métricas de precificação dos honorários contábeis ..... 133**

RESUMO .....

INTRODUÇÃO .....

7.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....

7.1.1 Gestão de Custos e Precificação de Serviços Contábeis .....

7.1.2 Pesquisas anteriores sobre e temática .....

7.2 MÉTODOS E TÉCNICAS .....

7.3 ANÁLISE E DISCUSSÕES .....

7.3.1 Capacidade Operacional e Rotinas .....

7.3.2 Consolidação .....

7.3.3 Aspectos Estratégicos.....

7.3.4 Estruturação dos serviços contábeis e tributários.....

7.3.5 Proposta dos serviços online.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....

## **CAPÍTULO OITO..... 157**

### **O compliance tributário nas pequenas e médias empresas, como ferramenta de gestão ..... 157**

RESUMO .....

INTRODUÇÃO .....

8.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....

8.2 METODOLOGIA.....

8.2.1 Critérios de tamanho da empresa.....

8.2.2 Método de pesquisa .....

8.2.3 População e amostra .....

8.3 RESULTADOS.....

8.3.1 Perfil da amostra .....

8.3.2 Análise dos resultados.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....

## **CAPÍTULO NOVE..... 177**

### **Análise do impacto do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – arrendamentos, nas demonstrações contábeis do**

<b>exercício de 2019 de empresas líderes listadas na B3 ....</b>	<b>177</b>
RESUMO .....	177
INTRODUÇÃO .....	178
9.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	182
9.1.1 Arrendamentos – Conceito e caracterização .....	182
9.1.2 Órgãos reguladores principais .....	182
9.1.3 Fundamentos da Norma CPC 06 (R2) – Arrendamentos .....	184
9.2 METODOLOGIA .....	186
9.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	198
<b>CAPÍTULO DEZ .....</b>	<b>204</b>
<b>Critérios ESG nas entidades fechadas de previdência complementar – o caso Postalis.....</b>	<b>204</b>
RESUMO .....	204
INTRODUÇÃO .....	205
10.1 REFERENCIAL TEÓRICO .....	207
10.1.1 Critérios ESG – Ambientais, Sociais e de Governança .....	207
10.1.2 Sistema de Previdência Complementar no Brasil .....	211
10.2 MÉTODOS E TÉCNICAS .....	212
10.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	214
10.3.1 Aplicação dos Critérios ESG no Postalis – Instituto de Previdência Complementar .....	214
10.3.2 Políticas de Investimento nos Planos de Benefícios – Postalis .....	215
10.3.3 Atividades das EFPCs – Relatório de Anual de Informações – Postalis.....	216
10.3.4 Pontuação Final – Postalis.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	219

# CAPÍTULO UM

**Estudo do relato integrado do ano de 2021 das empresas de tecnologia da informação listadas na B3**

## Resumo

*As empresas de tecnologia da informação têm adquirido alto grau de importância na economia e sociedade. O crescimento constante dessas empresas, em média 20% ao ano, com receitas somadas de R\$ 15 bilhões em 2021, além de resultados expressivos. Tais dados demonstram um patamar de empresas que merece atenção e análises específicas. Com relatórios estruturados, como o relatório integrado, é possível avaliar as estratégias dessas empresas com a consolidação de dados que direcionam para a preocupação de cada uma delas com o fator sustentabilidade, no curto, médio e longo prazo. O objetivo deste estudo é avaliar como essas empresas de tecnologia da informação com foco em distribuição de equipamentos e computadores estão apresentando e compondo os relatórios, para que as informações relevantes estejam presentes e para que, dentro de um mercado tão promissor, exista comparabilidade entre os relatórios. Para avaliação e método de análise, diante de três empresas pesquisadas, foi discriminado se cada capital que compõe a estrutura do relatório está satisfatório ou não. Como resultados, foram levantados pontos positivos, como a preocupação dessas empresas de demonstrar as ações, porém o ponto mais marcante de melhoria refere-se à padronização dos relatórios para que haja comparabilidade entre as empresas do setor. O estudo sugere que esses relatórios sejam revisitados em outros períodos. A pesquisa busca contribuir para o aperfeiçoamento dos relatos integrados, auxiliando profissionais e empresas.*

**Palavras-chave:** tecnologia da informação; relato integrado; sustentabilidade.

# **Estudo do relato integrado do ano de 2021 das empresas de tecnologia da informação listadas na B3**

Suzana Rosa dos Santos  
Fernando de Almeida Santos  
Sérgio de Iudícibus  
Gustavo Adolfo Rubio-Rodriguez

## **INTRODUÇÃO**

A tecnologia tornou-se algo essencial no cotidiano das pessoas e empresas, ou seja, para empresas, órgãos públicos, escolas, residências. Hoje fica difícil imaginar algo que realmente seja efetivo e que de alguma forma, direta ou indiretamente, não tenha empregado o uso da tecnologia.

Para este estudo, foram avaliados os relatórios integrados das empresas de tecnologia listadas B3 que lidam com o fornecimento de computadores e equipamentos.

Juntamente com o emprego da tecnologia, estudos e ações são constantemente feitos com relação à sustentabilidade. O Brasil e o mundo têm evoluído rapidamente em muitas questões, porém hoje se entende que não haverá evolução estruturada sem que se pense em questões sociais e ambientais. O relato integrado, por sua vez, traz, dentro do seu contexto,

as informações referentes aos capitais: financeiro, humano, intelectual, manufaturado, natural, social e de relacionamento.

A tecnologia passou a ser algo essencial para a evolução de diversos itens e setores. Dificilmente se imagina algo em que não seja empregada a tecnologia, bem como os materiais e equipamentos para que esta utilização seja efetiva. Trata-se de um setor que cresce em média 20% ao ano e, pelas previsões, continuará em plena expansão, segundo o Grupo Globo (DINO, 2022).

Com base nessa representatividade e influência no mercado, este estudo tratará da análise dos relatórios integrados das empresas de tecnologia da informação que operam com foco na distribuição de computadores e equipamentos.

Com o objetivo de avaliar a estrutura e a efetividade da proposta do relato integrado nas empresas de tecnologia da informação, este artigo demonstra os principais pontos relevantes apresentados no relatório integrado para o segmento, com análise da estrutura.

## 1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial teórico foi dividido em duas partes, sendo que a primeira aborda o Relato Integrado (RI) e a sua estrutura, depois são apresentadas pesquisas sobre a temática. A relevância dos RIs se deve à importância da inclusão e divulgação de aspectos sociais e ambientais associados aos econômico-financeiros.

Novaki *et al.* (2022) consideram que, com as frequentes mudanças no cenário dos negócios mundiais, há também a necessidade de as empresas detalharem suas práticas de responsabilidade socioambiental e informações estratégicas, que geram valor aos *stakeholders* e à comunidade.

Balardim (2017) também destaca que a transparência e o comprometimento das organizações em relação à divulgação de seus resultados, econômicos, sociais e ambientais, são cada vez mais importantes para atender às necessidades dos *stakeholders*.

Camodeca, Almici e Sagliaschi (2018) observam que a sustentabilidade é relevante para o valor, no sentido de que as empresas com melhores práticas ambientais e sociais devem ser menos arriscadas do que aquelas

que adotam apenas precauções mínimas. No entanto, há uma diferença substancial entre sustentabilidade e divulgação de sustentabilidade.

### 1.1.1 Relato Integrado

O Relato integrado é um documento conciso que traz informações sobre a estratégia, governança, desempenho e perspectivas da organização. Com ele, observa-se o ambiente externo e proporciona-se a geração de valor de curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013).

Eccles, Krzus e Solano (2019a) afirmam que os primeiros relatos integrados foram publicados no início dos anos 2000, sendo que as instituições pioneiras buscavam fornecer determinadas informações que melhorassem a compreensão de seus acionistas e outras partes interessadas. A Estrutura Internacional de Relato Integrado foi lançada em dezembro de 2013 para fornecer orientações às organizações sobre o conteúdo de um relatório integrado.

Conforme a IIRC, os princípios do relato integrado são:

- Foco estratégico e orientação para o futuro;
- Conectividade da informação;
- Relação com partes interessadas;
- Materialidade;
- Concisão;
- Confiabilidade e completude;
- Coerência e comparabilidade.

Para a IIRC (2013), é uma organização global que promove o uso do relato integrado, que consiste em processo contínuo de comunicação, sendo que ao final resulta em um relatório anual conciso, coerente e integrado, que demonstra como uma organização gera valor ao longo do tempo.

Eccles, Krzus e Solano (2019a) destacam que o relato integrado é um processo de negócios que culmina na publicação de um relatório responsável por explicar como uma organização cria valor no curto, médio e longo prazo. Em termos de conteúdo e horizonte de tempo, um relatório integrado é semelhante a um plano de longo prazo de uma empresa.

Castanha *et al.* (2021) consideram que o relato integrado deve prover uma visão da qualidade das relações que a organização mantém com as

partes interessadas e evidenciar os riscos que afetam a capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo.

Adams (2017) afirma que o relato integrado é uma mudança de paradigma que dimensiona limites de como as organizações pensam sobre seu modelo de negócios e como eles criam valor.

Conforme a Comissão Brasileira de Relato Integrado (IIRC, 2013), os capitais que devem compor o relato integrado são:

- Capital Financeiro: conjunto de recursos que a organização utiliza para a produção de bens ou prestação de serviços.
- Capital Humano: engloba as competências, habilidades e experiências das pessoas e suas motivações de inovar.
- Capital Intelectual: considera os intangíveis da organização relacionados ao conhecimento.
- Capital Manufaturado: capitais tangíveis que são utilizados para uso na produção de bens ou prestação de serviços, como prédios, equipamentos, infraestrutura.
- Capital Natural: recursos e processos naturais que auxiliam na operação da organização, como: água, terra, minerais, florestas.
- Capital Social e de Relacionamento: relacionamentos internos e externos da empresa, com ênfase ao bem-estar individual e coletivo.

Para Adams (2017), o relato integrado promove o pensamento de longo prazo sobre a criação e a administração de valor em uma ampla base dos capitais que são interdependentes.

### **1.1.2 Pesquisa e produção sobre Relato Integrado**

O relato integrado é um tema relativamente recente, portanto a literatura sobre o assunto ainda é relativamente limitada. No entanto, há alguns autores e pesquisadores que têm contribuído significativamente para o desenvolvimento e a promoção do relato integrado.

Eccles, Krzus e Solano, Carlos (2019a), em sua pesquisa, selecionaram cinco empresas de cada um dos seguintes países: Brasil, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, África do Sul, Coreia do Sul, Reino Unido e Estados Unidos. Elaboraram uma escala de 0 a 3 para avaliar cinco áreas de divulgação, conforme os critérios: materialidade, riscos e oportunidades,

estratégia e alocação de recursos, desempenho e perspectiva. Os autores consideraram que os países poderiam ser claramente agrupados em três categorias de qualidades de divulgação: alta (Alemanha, Holanda e África do Sul), média (França, Itália, Coreia do Sul e Reino Unido) e baixa (Brasil, Japão e Estados Unidos).

Castanha *et al.* (2021), por meio de análise de conteúdo dos Relatos Integrados de 11 empresas, buscou identificar como as instituições evidenciavam os riscos e observou que, apesar de os riscos relacionais possuírem representatividade na relação entre organizações, estes são divulgados de forma não padronizada, implícita e dispersa ao longo dos documentos.

Colla *et al.* (2021) desenvolveram pesquisa a fim de verificar se a divulgação do Relato Integrado (RI) por uma organização influencia o julgamento e a tomada de decisão de investidores. Os autores destacam que a pesquisa preenche um *gap* na literatura nacional a respeito da relação entre RI e tomada de decisão. A pesquisa apresenta como implicação a necessidade de não negligência das ações empresariais envolvendo os capitais, sendo que em curto e longo prazo pode alterar as fontes informacionais para a tomada de decisão no mercado de capitais.

Marçal, Neumann e Sanches (2022) realizaram pesquisa descritiva, bibliográfica e documental com o objetivo de construir a semântica do conceito de geração de valor, baseado na literatura existente, delimitada a proposta do Relato Integrado (RI). Os resultados demonstram que a semântica do conceito de geração de valor é a de que a organização realiza ações de valores (capitais) gerados direta ou indiretamente, considerando apenas seu efeito positivo à sociedade e ao meio ambiente. As ações negativas ocasionam destruição de valor para acionistas e *stakeholders*, não sendo relatadas quando se esperava que fossem.

As autoras Sargaço, Oliveira e Silva (2021) realizaram investigação com o objetivo de analisar os relatos integrados da Vale Mineração S.A., que compreendem o triênio próximo ao desastre de Brumadinho, MG, para a identificação da existência de dissemelhanças relevantes quanto à apresentação dos documentos para os períodos de 2017, 2018 e 2019. Constatou-se que o desastre impactou a estrutura e a forma de apresentação dos documentos.

Romão, Ribeiro, e Vieira Neto (2022) analisaram a aderência dos RIs de uma amostra composta por três empresas brasileiras ao *Framework* do IIRC 2013 a fim de compreender a contribuição do nível de qualidade desses relatórios para o desempenho econômico das empresas adotantes. Ao final, concluíram que não é possível afirmar que elevados níveis de aderência estão associados ao desempenho econômico das empresas.

Novaki *et al.* (2022) realizaram pesquisa para identificar as informações divulgadas pelas instituições financeiras listadas na B3 no Relato Integrado do ano de 2019. Entre outros aspectos, os autores constataram que cada instituição divulga os dados de forma diferente e que nem todas as informações relacionadas no Framework do IIRC são levadas em consideração pelas instituições. Observou-se, também, que não há um padrão de elaboração do relato integrado por parte das instituições analisadas, e, que em sua maioria, elas buscam divulgar os dados que são favoráveis à empresa.

Balardim (2017) analisou os relatos integrados, também identificados como relatório anual ou relatório de sustentabilidade, divulgados pelas empresas com o objetivo de verificar se os relatos integrados estão de acordo com as diretrizes de Global Reporting Initiative (GRI). Havia na época 34 empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, mas foram analisadas apenas 18, pois eram as instituições que divulgaram seus relatórios no período de cinco anos, considerando de 2012 a 2016. Concluiu-se que 14 empresas declararam que estão de acordo com as diretrizes GRI, o que representa 41% do total da amostra e 78% do total de empresas que foram analisadas.

## 1.2 METODOLOGIA

Foi utilizada para este estudo a análise qualitativa, para avaliação dos relatos integrados/sustentabilidade das empresas de tecnologia da informação no ramo de computadores e equipamentos listadas na B3.

Para avaliação das informações, foram verificados os seguintes pontos:

- Informações compatíveis com os dados mencionados pelas entidades que estruturam esse relatório.
- Detalhamento das informações solicitadas e relevantes.

- Comparabilidade dos relatórios integrados entre as empresas do setor.

As informações e relatórios foram extraídos do site de cada empresa no campo de Relações com Investidores, pois as informações se tornam públicas já que são de capital aberto.

Para a classificação dos dados observados, foram utilizadas as seguintes identificações:

- **Insatisfatório:** quando não há qualquer tipo de informação relacionada ao capital discriminado no relatório integrado.
- **Satisfatório:** quando o item do capital é mencionado, há informação, porém ela pode ser integral ou parcial, de acordo com a estrutura solicitada pelos órgãos.
- **Muito satisfatório:** quando o item do capital é mencionado de maneira completa de acordo com o que é solicitado.

Também foi realizada a análise qualitativa dos capitais do Relato Integrado.

Foram três empresas analisadas, sendo que se utilizaram os dados do relatório de sustentabilidade. O nome das empresas não foi citado, para não expor as instituições, mas são todos dados públicos, e foram utilizadas as informações dos relatórios de sustentabilidade das empresas de tecnologia da informação que operam com foco na distribuição de computadores e equipamentos, que estavam listadas na Bolsa de Valores de São Paulo no ano de 2021.

Portanto, a seguir, descrevem-se as empresas, chamadas de Empresas A, B e C, conforme apresentado na Tabela 1:

**Tabela 1:** Empresas pesquisadas

Empresa	Ano de inclusão na Bovespa	Aumento aproximado da receita líquida em Reais em 2021	Serviços e Produtos
A	2021	44%	Segurança, redes, comunicação, energia.

Empresa	Ano de inclusão na Bovespa	Aumento aproximado da receita líquida em Reais em 2021	Serviços e Produtos
B	2021	70%	Dispositivo móvel, escritório, suprimentos de TI, produtos elétricos domésticos e infantis e esportes.
C	2021	54%	Desenvolvimento, fabricação, comercialização e distribuição de hardware, software e soluções e fabricação e comercialização de computadores; celulares, tablets, acessórios, servidores, tecnologias educacionais, dispositivos para casas e ambientes inteligentes, terminais moveis de pagamento, locação de equipamentos de informática e mobilidade.

**Fonte:** elaborada pelos autores. Dados extraídos dos RIs de 2021 das empresas pesquisadas.

### 1.3 RESULTADOS

Com a análise dos relatos integrados das empresas A, B, C, foram separadas as informações relevantes e capturadas de cada relatório, de acordo com os conceitos discriminados no item 2.1. deste estudo.

As tabelas 2 a 7 apresentam as observações sobre os capitais:

**Tabela 2:** Análise: Capital Humano

	GOVERNANÇA	GERENCIAMENTO DE RISCOS	CÓDIGO DE ÉTICA	COLABORADORES
<b>EMPRESA A</b>	Descreve detalhadamente, com informações da estrutura de liderança e política com <i>stakeholders</i> .	Detalha a estrutura e a estratégia para soluções e decisões com o gerenciamento de riscos.	Possui código de ética e disponibiliza de maneira facilitada o acesso. Possui canal de denúncias, práticas anticorrupção, cibersegurança e privacidade de dados.	Informa o total de colaboradores e a separação por gênero, região, jornada e contrato.
<b>EMPRESA B</b>	Descreve detalhadamente, com informações da estrutura de liderança.	Detalha a estrutura e a estratégia para soluções e decisões com o gerenciamento de riscos.	Possui código de ética e disponibiliza de maneira facilitada o acesso. Possui estratégia de combate a corrupção e canal de denúncias.	Fornece detalhadamente a quantidade de colaboradores por gênero, faixa etária, região, quantidade de desligamentos e <i>turnover</i> .
<b>EMPRESA C</b>	Descreve detalhadamente a estrutura de líderes, com as áreas de atuação para estratégia de governança.	Detalha a estrutura e a estratégia para soluções e decisões com o gerenciamento de riscos.	Possui código e comitê de ética, além de promover ações como combate à corrupção e privacidade de dados, bem como canal de denúncias. Promove eventos e treinamentos para reforço do código.	Fornece o total de colaboradores e a separação por gênero.

**Fonte:** elaborada pelos autores. Dados extraídos dos RIs das empresas pesquisadas.

A análise do Capital Humano demonstra que as empresas possuem governança e estratégias para tal, gerenciamento de riscos, código de ética, porém demonstram de maneira diferenciada os números de colaboradores, ressaltando-se a falta de maior detalhamento nas empresas A e C.

**Tabela 3: Análise: Capital Financeiro**

	RECEITAS/ LUCROS	DESPESAS/ CUSTOS	INVESTIMENTOS	AÇÕES	EBITDA
<b>EMPRESA A</b>	Demonstra as receitas, sem detalhar a distribuição por tipo de negócio) e lucros com detalhamento dos principais impactos.	Demonstra os custos operacionais.	Demonstra investimentos com aumento dos níveis de estoque, pesquisa e inovação, projetos de manutenção e expansão com a informação do valor total destinado aos investimentos.	Menciona por várias vezes no relato que se trata de uma ação estratégica relevante, havendo oferta pública inicial de ações em 2021 com captação em torno R\$ 700 milhões.	Demonstra no relato, com abertura e explicações dos principais impactos.
<b>EMPRESA B</b>	Demonstra detalhamento da distribuição por tipo negócio das receitas e lucros.	Detalha os custos operacionais e despesas, ambos com dados relevantes e representatividade de cada um.	Demonstra investimentos efetuados em diversas frentes, porém não esclarece o montante destinado.	Menciona por várias vezes no relato que se trata de uma ação estratégica relevante, havendo oferta pública inicial de ações em 2021 com captação em torno R\$ 1,9 bilhão.	Demonstra o valor total.
<b>EMPRESA C</b>	Demonstra as receitas e lucros, porém sem detalhamento das receitas por tipo de negócio/produto).	Não é mencionado no relato.	Demonstra o foco em pesquisa e desenvolvimento no período com detalhamento do valor destinado.	Menciona o alto grau de negociação das ações da empresa.	Demonstra no relato, com abertura e explicações dos principais impactos.

**Fonte:** elaborada pelos autores. Dados extraídos dos RIs das empresas pesquisadas.

Na análise do Capital Financeiro, todas as empresas descrevem os dados relevantes, porém em algumas, como A e C, não detalham as receitas por tipo de negócio, tampouco as despesas e os custos.

**Tabela 4:** Análise: Capital Intelectual

	NOVAS TECNOLOGIAS
<b>EMPRESA A</b>	Menciona no relato as inovações tecnológicas constantes.
<b>EMPRESA B</b>	Menciona no relato as inovações tecnológicas constantes para direcionamento a novos produtos e agilidade para entrega dos produtos.
<b>EMPRESA C</b>	Menciona no relato as inovações tecnológicas constantes.

**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos dos RIs das empresas pesquisadas.

Como este estudo se refere a empresas de tecnologia, as medidas para o desenvolvimento tecnológico são de extrema importância, e as empresas descrevem medidas para que estejam cada mais competitivas.

**Tabela 5:** Análise: Capital Manufaturado

	PRÉDIOS	EQUIPAMENTOS
<b>EMPRESA A</b>	Apresenta o número total e a expansão planejada.	Não apresenta a composição utilizada para fabricação, porém apresenta portfólio detalhado dos equipamentos fabricados e comercializados.
<b>EMPRESA B</b>	Apresenta a estrutura física e planos de expansão.	Menciona a aquisição de novos equipamentos com redução do uso de energia e emissões de gases.
<b>EMPRESA C</b>	Menciona a estrutura, porém sem detalhamento.	Não há especificação dos equipamentos de fábrica, porém há citação dos equipamentos adquiridos para melhoria de processos.

Fonte: elaborada pelos autores. Dados extraídos dos RIs das empresas pesquisadas.

Na análise do Capital Manufaturado, é importante ressaltar que a maioria das empresas demonstra, sem detalhamento, a estrutura de prédios, porém existe preocupação com relação à expansão. A composição dos equipamentos fabris não é demonstrada, porém há informações concretas a respeito de melhorias com aquisição de novas máquinas, para desenvolvimento da operação.

**Tabela 6:** Análise: Capital Natural

	ÁGUA	ENERGIA	USO DE MATERIAIS/ RESÍDUOS	PROJETOS AMBIENTAIS	EMISSÕES DE CO2
<b>EMPRESA A</b>	O relato demonstra que as operações fabris possuem baixo índice de utilização, porém, do que é utilizado, 40% são da rede pública e 60% dos poços artesanais, e a água da chuva é utilizada para limpeza e jardinagem.	O relato demonstra que a utilização de energia em sua grande maioria é proveniente de fontes renováveis. Foram instaladas usinas fotovoltaicas para economia de consumo.	O relato aponta o trabalho de logística reversa, apresenta a gestão de resíduos e afirma que gerou receita com a venda, porém não há quantitativos do total de resíduos <i>versus</i> o seu aproveitamento, reciclagem.	Aponta projetos de melhoria com redução de impactos.	Aponta a realização de inventário de emissão com o objetivo de maior controle e, se necessário, a tomada de medidas.
<b>EMPRESA B</b>	Não apresenta no relato medidas para redução ou controle de consumo de água, porém apresenta a efetivação de estudos para impactos da utilização.	Apresenta projeto executado de economia de energia, com troca de todas as lâmpadas para LED para redução de consumo.	O relato apresenta informações de projeto executado para reciclagem de papéis, plástico, metal e madeira. Logística reversa de resíduos recicláveis.	O relato informa a restauração florestal com 20% da compensação de gases, aquisição de equipamentos modernos para logística da emissão de gases de efeito estufa), fabricação de motos elétricas para utilização nas entregas.	O relato informa a restauração florestal com 20% da compensação de gases, aquisição de equipamentos modernos para logística (redução da emissão de gases de efeito estufa).

# 1. ESTUDO DO RELATO INTEGRADO DO ANO DE 2021 DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA B3

SUZANA ROSA DOS SANTOS · FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS · SÉRGIO DE IUDÍCIBUS · GUSTAVO ADOLFO RUBIO-RODRIGUEZ

	ÁGUA	ENERGIA	USO DE MATERIAIS/ RESÍDUOS	PROJETOS AMBIENTAIS	EMISSÕES DE CO2
<b>EMPRESA C</b>	Demonstra que há controle do volume de água consumida. A água utilizada é proveniente dos poços artesianos e principalmente por fornecimento externo via abastecimento público local.	Apresenta controle de uso de energia, 90% de toda energia é proveniente de fontes renováveis.	Detalha que a empresa aderiu totalmente às normas no que se refere à utilização de substâncias perigosas, efetua logística reversa, possui centrais para gerenciamento de resíduos.	Detalhamento do sistema integrado de gestão ambiental, implementação de rotulagem ecológica.	É informado no relato que a empresa possui estratégias de monitoramento constante.

**Fonte:** elaborada pelos autores. Dados extraídos dos RIs das empresas pesquisadas.

Na análise do Capital Natural, todas as empresas apresentam medidas e ações para gerar economias, utilizar de maneira consciente os recursos e adotar métodos de reciclagem e reaproveitamento. A Empresa C apresenta maior estruturação das ações e inclusive possui algumas certificações.

**Tabela 7:** Análise: Capital Social e de Relacionamento

	RELACIONAMENTO INTERNO	RELACIONAMENTO EXTERNO
<b>EMPRESA A</b>	O relato apresenta muitas medidas que são tomadas com intuito de gerir o desenvolvimento humano, revisão de benefícios, cuidado com saúde e segurança, treinamentos e desenvolvimento, avaliação de desempenho, gestão do clima e engajamento.	Descreve as medidas tomadas para o relacionamento com fornecedores, parceiros, clientes, comunidades locais.

	RELACIONAMENTO INTERNO	RELACIONAMENTO EXTERNO
<b>EMPRESA B</b>	Descreve ações como benefícios, treinamento e capacitação, diversidade, inclusão e direitos humanos, saúde e segurança.	Descreve as estratégias de parcerias com os fornecedores, clientes e também ações que são tomadas.
<b>EMPRESA C</b>	Detalha ações como: incentivo de remuneração e benefícios, diversidade e inclusão, saúde e segurança, formação e desenvolvimento.	Descreve as medidas para sustentação e fortalecimento do relacionamento com os fornecedores, parceiros, com ações de conduta, ética, ambientais. A empresa possui um código com fornecedores.

**Fonte:** elaborada pelos autores. Dados extraídos dos RIs das empresas pesquisadas

A análise do Capital social e de Relacionamento é tratado em todos os relatos, porém as empresas A e B apresentam as informações de maneira mais completa e com maior clareza.

Os resultados obtidos em função da análise dos relatórios integrados das empresas de tecnologia estão discriminados de forma consolidada nas Tabelas 8 e 9:

**Tabela 8:** Análise Geral

Empresa	Capital Financeiro	Capital Humano	Capital Intelectual
<b>EMPRESA A</b>	Muito Satisfatório	Muito Satisfatório	Muito Satisfatório
<b>EMPRESA B.</b>	Satisfatório	Muito Satisfatório	Muito Satisfatório
<b>EMPRESA C</b>	Satisfatório	Muito Satisfatório	Muito Satisfatório

**Fonte:** dados da pesquisa.

## Análise

### Capital Financeiro

Na análise dos relatórios, quanto às informações financeiras, percebeu-se em duas das empresas a falta de detalhamento das despesas e

custos, uma vez que se observou o aumento de lucro justificados, principalmente pelo aumento das receitas de 2020 para 2021.

### **Capital Humano**

Todas as empresas possuem bom grau de detalhamento nesse capital, porém a empresa A não especifica por exemplo o perfil dos colaboradores por idade. A empresa C também especifica diversos itens e ações, mas não especifica quantitativamente a mesclagem dos colaboradores.

### **Capital Intelectual**

Em nenhuma das empresas acima listadas, esse capital é mencionado com clareza. Importante ressaltar que, por se tratar de um fator intangível, merece um esclarecimento maior, pois pode gerar dúvidas para o leitor.

**Tabela 9:** Análise Geral

<b>Empresa</b>	<b>Capital Manufaturado</b>	<b>Capital Natural</b>	<b>Capital Social e de Relacionamento</b>
<b>EMPRESA A</b>	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório
<b>EMPRESA B</b>	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório
<b>EMPRESA C</b>	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório

**Fonte:** dados da pesquisa.

## **Análise**

### **Capital Manufaturado**

Todas as empresas mencionam de alguma forma esse fator, mas não se aprofundam para fornecer informações mais detalhadas a respeito desse capital.

### **Capital Natural**

As empresas demonstram preocupação no item, podendo ser destacados aspectos como consumo de água, consumo eficiente de energia, tratamento de resíduos, reaproveitamento de equipamentos e separação de materiais tóxicos.

### **Capital Social e de Relacionamento**

Todas as empresas apresentam informações com relação a esse item, de forma que a imagem de todas seja reforçada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O setor de tecnologia da informação tem demonstrado crescimento expressivo, e a constatação pode ser observada nos números que empresas do setor têm apresentado nos últimos anos.

Com o crescimento e a real necessidade que a sociedade demonstra na utilização dos diversos materiais, equipamentos e serviços, é de extrema importância que empresas do setor adquiram, de forma concreta e estruturada, responsabilidade social e ambiental.

A análise que este estudo efetuou, com a avaliação dos relatórios integrados de três empresas do setor, reforça a preocupação com esses itens para que as empresas se tornem cada vez mais competitivas, porém cuidando do curto, médio e longo prazo para o direcionamento de suas ações e estratégias.

Com a análise dos relatórios integrados, observou-se que, mesmo diante do fato de duas dessas empresas tendo aberto seu capital recentemente, em 2021, existe a preocupação com fatores sociais e ambientais.

Alguns pontos positivos: preocupação das empresas de forma que sua estratégia esteja voltada para fatores relevantes para a sociedade, a estruturação do relatório é cuidadosa e apresenta dados importantes, que comprovam as ações para o caminho que essas empresas estão tomando.

Alguns pontos de melhoria: mesmo com a instrução de estruturação concisa dos relatórios, alguns itens precisam ser mais bem explicados, como as despesas e os custos. Outro fator é que não há um padrão mínimo para a composição do relatório no setor, o que dificulta as análises e os detalhamentos com relação aos itens relevantes, pois a comparabilidade dos relatórios se torna complicada. Algumas empresas se preocupam mais com o qualitativo do que com o quantitativo do relatório, porém conforme a teoria descrita esclarece que todos os tipos de informação são importantes para composição do relato.

Recomenda-se que os relatórios sejam revisitados em novos períodos para reforçar os pontos positivos e verificar novamente os pontos de melhoria.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, C. Understanding Integrated Reporting. The Concise Guide to Integrated Thinking and the Future of Corporate Reporting. Londres: Routledge, 2017. <https://www.taylor-francis.com/books/mono/10.4324/9781351275002/understanding-integrated-reporting-carol-adams>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BALARDIM, Adriana Rodrigues. **Relato Integrado**: uma validação das diretrizes do Global Reporting Initiative nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da Brasil, Bolsa e Balcão. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica PUC/SP, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20555>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAMODECA, R.; ALMICI, A.; SAGLIASCHI, U. Sustainability disclosure in integrated reporting: does it matter to investors? A cheap talk approach. Suíça, **Sustainability**, v. 10, n. 12, 2018, p. 1-34. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10124393>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CASTANHA, E. T.; RENGEL, R.; KOCH, A. M.; GASPARETTO, V. Relato integrado: evidenciação de riscos relacionais pelas empresas participantes do projeto piloto no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 27, n. 3, 2021, p. 806-834. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/107769>. Acesso em: 14 fev. 2023.

COLLA, P. E. B.; KLEIN, S. B.; DAL VESCO, D. G.; SANTOS, C. A. Divulgação do relato integrado: um experimento sobre o julgamento e tomada de decisão de investidores. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 49, 2021, p. 111-127. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/77786>. Acesso em: 14 fev. 2023.

DINO. Mercado de TI deve encerrar com 23,4% de crescimento em 2022. **Valor econômico**, São Paulo, 4 de novembro de 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2022/11/04/mercado-de-ti-deve-encerrar-com-234-de-crescimento-em-2022.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P.; SOLANO, C. (2019a). A Comparative Analysis of Integrated Reporting in Ten Countries. Nova York, 29 março 2019, **SSRN**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3345590>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IIRC. International Integrated Reporting Council. **A estrutura internacional para Relato Integrado**. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARÇAL, A. dos S. V.; NEUMANN, M.; SANCHES, S. L. R. Integrated Reporting and Value Creation: the Semantics of the Fundamental Concept of Integrated Reporting. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 102, 2022. Retrieved from <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/43403>. Acesso em: 14 fev. 2023.

NOVAKI, D. Z.; MUNHOZ, A. O. S.; SOUZA, A. N. M.; FAVATO, K. J. O que é divulgado no relato integrado? uma análise das instituições financeiras listadas na Brasil Bolsa Balcão [B]³. **Revista Catarinense Da Ciência Contábil**, n.

21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.16930/2237-766220223084>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ROMÃO, G.; RIBEIRO, C. de M. de A.; VIEIRA NETO, J. A relação entre a aderência dos relatos integrados ao framework do IIRC e o desempenho econômico. **Revista Ambiente Contábil**, v. 14, n. 2, 2022, p. 146-168. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2022v14n2ID24355>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SARGAÇO, F. C. F.; OLIVEIRA, W. L. de; SILVA, R. C. da. O Relato Integrado e a mensuração de desastre ambiental: o relato integrado da Vale Mineração S.A. após Brumadinho, MG. Refas – **Revista Fatec Zona Sul**, v. 7, n. 3, 2021, p. 1-17. Disponível em: [https://doi.org/10.26853/Refas\\_ISSN-2359-182X\\_v07n03\\_02](https://doi.org/10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v07n03_02). Acesso em: 14 fev. 2023.

# CAPÍTULO DOIS

---

**A relevância dos controles internos como apoio à gestão e à proteção do patrimônio das organizações religiosas**



## Resumo

*A inserção das organizações religiosas de natureza cristã (católicos, protestantes e evangélicos), no cenário brasileiro, se distingue pela sua atuação filantrópica, substancialmente nos setores da educação e saúde. Diante disso, o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo geral de identificar a utilização dos controles internos como instrumentos de apoio no gerenciamento administrativo das igrejas e na proteção de seus bens patrimoniais. Buscou-se base teórica em autores e normas/legislações. O método foi com fundamentação teórica e análise de questionários sobre a prática empírica. Constatou-se que eles são de grande importância para a saúde financeira da igreja, evitando possíveis fraudes e erros de orçamento, averiguando a adequação e o suporte dos dados contábeis, promovendo a eficiência operacional e aderência às políticas definidas pela gestão eclesial. De forma prática e objetiva, espera-se deste trabalho base de orientação e adequação às práticas nas organizações/entidades religiosas.*

*Palavras-chave: controles internos; organizações religiosas; terceiro setor.*

## 2

# **A relevância dos controles internos como apoio à gestão e à proteção do patrimônio das organizações religiosas**

Danilo Prado Figueiredo  
Windsor Espenser Veiga

## **INTRODUÇÃO**

As Organizações ou Instituições Religiosas estão presentes em todo o Brasil sobre as mais diversas ramificações e continuam se expandindo, sobressaindo principalmente nos setores de educação e de saúde. Elas possuem peculiaridades distintas das demais entidades sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor socioeconômico brasileiro. Por essa razão, o presente trabalho busca apontar o nível de controles internos que há nessas organizações, visto que elas são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado, formadas pela união de pessoas com o propósito de praticar atividades direcionadas à coletividade, sem a intenção de obter lucros e compreendendo como premissas básicas a experiência e a profissão de fé por meio de suas ações religiosas, pastorais, assistenciais, educacionais, culturais, entre outras. Essas atividades são coordenadas e desenvolvidas por seus reverendos, ministros, fiéis, seguidores e admiradores. Em síntese, o fator hegemônico da igreja são os indivíduos que as compõem.

Este artigo tem como objetivo geral identificar a utilização dos controles internos como instrumentos de apoio na gestão administrativa e proteção patrimonial das Organizações Religiosas de natureza cristã, voltadas exclusivamente ao público católico apostólico romano, protestantes de origem reformada e evangélicos pentecostais e neopentecostais. Dessa forma, ratificando aos padres, bispos, reverendos, pastores, secretários, tesoureiros e demais envolvidos no trabalho administrativo eclesiástico, a dimensão da relevância de perpetrar controles internos como a principal ferramenta para o gerenciamento dos recursos financeiros da igreja, uma vez que os controles internos oferecem segurança para os membros ativos, visto que seu objetivo é evitar possíveis fraudes e erros de orçamento, averiguar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e aderência às políticas definidas pela gestão eclesiástica, além de demonstrar a saúde financeira da organização e a plena possibilidade de continuidade.

Nesse sentido, este artigo pretende solucionar a seguinte questão: as Organizações Religiosas dispõem de controles internos adequados na gestão dos recursos financeiros e proteção dos seus bens patrimoniais?

À luz dessa contextualização e da problemática estabelecida, é apresentado o trabalho com o intuito de repensar seus controles internos e direcionar a revelar possíveis deficiências internas e proporcionar à comunidade eclesiástica e aos profissionais envolvidos conhecimentos sobre as estruturas dos controles internos nas Instituições Religiosas a fim de implantar e priorizar a sua utilização.

## 2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi estruturado enfatizando a importância do Terceiro Setor e apresentando as Instituições Religiosas inseridas nesse contexto, designando o seu notável papel na atualidade em relação ao amparo econômico e à mitigação dos problemas sociais. Outrossim, faz-se necessário elencar que, ao constituir uma Organização Religiosa e registrá-la nos órgãos competentes com a natureza jurídica de associação privada, elas são de fato organizações sem fins lucrativos, uma vez que são dotadas de personalidade jurídica e caracterizadas pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns.

Posteriormente, apresenta-se a conceituação e a importância dos controles internos como ferramenta indispensável para gerir a organização, pois ele se apresenta como peça fundamental para que os indivíduos, de forma direta e indireta, se mantenham alicerçados nas organizações e para que os propósitos da gestão administrativa sejam atingidos.

### 2.1.1 Organizações Religiosas

Fischer (2002) retrata que o Terceiro Setor engloba as entidades sem fins lucrativos, privadas, cuja atuação volta-se a finalidades públicas ou coletivas para a geração do bem comum.

Para Fernandes (2019), Falconer (1999) e Fischer (2002) apud Slomski *et al.* (2017, p. 5), o Terceiro Setor é caracterizado como: entidades tradicionais religiosas e laicas, entidades paraestatais, organizações não governamentais, entidades associativas, entidades de iniciativa empresarial e empreendimentos de serviços no terceiro setor.

Olak e Nascimento (2010) e Slomski *et al.* (2017) classificam as Organizações Religiosas como subgrupo das entidades do terceiro setor e entendem que essas organizações são agentes privados atuando para fins públicos.

Segundo Lima (2018), as Organizações Religiosas estão inseridas e são classificadas como Organização do Terceiro Setor. Essa terminologia vem sendo empregada a um grupo de organizações privadas sem fins lucrativos.

De acordo com Falconer (1999), o Terceiro Setor não significa apenas a prestação de serviços sociais com entidades privadas, mas também a articulação da sociedade para reclamar direitos ao Estado, para vigiar a atuação de entidades públicas e privadas, para organizar a participação de grupos sociais marginalizados. Novas formas de organização e participação social estão operando mudanças no conceito de democracia e promovendo um rearranjo nas tarefas de atribuições de cada setor.

A Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em seu art. 44, inciso IV (Incluído pela Lei n.º 10.825, de 22 de dezembro de 2003), define as Organizações Religiosas como pessoas jurídicas de direito privado, e no § 1º está escrito: a liberdade de criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das Organizações Religiosas, sendo vedado ao poder

público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

Por fim, os maiores fundamentos legais em vigor das instituições religiosas são consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), que em seu artigo 5º preconiza o seguinte:

- VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;
- VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta a recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

**Tabela 1:** Resumo das Principais Características das Organizações Religiosas

N.º	Descrição		Base Legal
1	Objetivos Institucionais	→	Divulgação da fé com o exercício de Culto (Art. 5º, VI – CF/1988)
2	Principal Fonte de Recursos	→	Doações: dízimos, ofertas por membros ou não membros. É vedada a subvenção pelo Estado (Art. 19, 1 – CF/1988).
3	Superávit	→	Todo superávit é totalmente aplicado nas atividades da instituição, tais como: fundação de novas organizações, doações de cestas básicas e manutenção da paróquia.
4	Remuneração/ Participação nos Resultados	→	<b>É proibida a remuneração da sua diretoria ou distribuição de resultados, mas é permitida uma ajuda de custo, a título de prebenda eclesiástica ou renda eclesiástica.</b>
5	Aspectos Tributários	→	São imunes (Art. 150, IV, a – CF/1988)

Fonte: Lima, 2018, p. 33.

A Tabela 1 retrata, em cinco itens, uma síntese das principais características das Organizações Religiosas, no que tange aos objetivos da instituição e à captação dos recursos financeiros, bem como ao que se deve fazer quando o resultado apurado pela contabilidade for superavitário, como deve ser a forma de remuneração e/ou participação nos resultados da diretoria e qual é o tratamento tributário aplicado para essas entidades.

### 2.1.2 Controles Internos

Mihret e Yismaw (2007) sustentam que, para tornar a auditoria interna eficaz, devem existir políticas e procedimentos claros em relação aos quais as práticas organizacionais devem ser avaliadas. Com isso, alegam que os controles internos precisam ser percebidos como uma forma de estímulo e colaboração para melhorias, prevenindo riscos, visando à eficácia gerencial e melhorando a qualidade dos procedimentos e das ações executadas pela instituição.

Conforme afirma Fayol (2012), a função de controle consiste em verificar se tudo ocorre de acordo com o planejado, assim como analisar as instruções dadas e os princípios estabelecidos, com o objetivo de identificar as falhas e erros e de corrigi-los e prevenir sua repetição.

Para Cunha (2021), o conceito de controle interno contempla diversas dimensões, dependendo da perspectiva ou do referencial que se utiliza para defini-lo, indo desde um controle individual de uma transação e passando por uma visão sistêmica ou de conjunto de controles de uma organização (sistema de controle interno) até chegar ao conceito de controle como uma das quatro funções clássicas da administração, que são geralmente agrupadas no acrônimo PODC, que representa os quatro aspectos: Planejamento, Organização, Direção e Controle.

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, define controle como princípio fundamental para o exercício de todas as atividades da Administração Federal, aplicado em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades, e o segmentou em três linhas (ou camadas) básicas de atuação na busca pela aplicação eficiente, eficaz e efetiva dos recursos. Como consequência, verifica-se que o controle é exercido em diversos ambientes normativos e culturais, quais sejam: a gestão operacional; a supervisão e o monitoramento; e a auditoria interna.

Marion (2022) conceitua a Contabilidade como o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Complementando, pode-se afirmar que vale para qualquer entidade.

Assim sendo, é fundamental que as entidades possuam uma boa Contabilidade para direcionar as tomadas de decisões, pois é esse aspecto que alimenta os controles internos, oferecendo ao gestor uma visão micro e macro da organização.

**Tabela 2:** Definições de controle interno pelos principais órgãos nacionais

Fonte	Definição
(IIA Brasil, 1992)	Controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a alta administração como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos. A alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.
(CFC, 2012)	Controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade, com a finalidade de: (a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais; (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada; (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade; (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
CGU, IN n.º 3 (BRASIL, 2017)	Controle interno da gestão: processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal [...].
IN n.º 79 (BRASIL, 2018)	Controles internos: conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados.

**Fonte:** elaborada pelos autores.

A Tabela 2 denota a conceituação de controle interno na seara da administração pública e da administração privada, segundo alguns dos principais órgãos nacionais. Nota-se, com isso, um pouco da dinâmica estabelecida no que tange à aplicabilidade de controles internos.

A Tabela 3 traz definições de controle interno, baseado em alguns dos principais órgãos internacionais. Observando-se a relevância dos controles internos na gestão organizacional.

Diante desse cenário, os controles internos são indispensáveis para as Organizações Religiosas, pois colaboram na gestão eclesial, protegem o patrimônio, auxiliam na prestação de contas e com isso aumentam a confiabilidade por parte da membresia interna, refinando o relacionamento com as instituições financeiras e os fornecedores de bens e serviços e tornando cada vez maior o grau de seriedade da Instituição Religiosa.

**Tabela 3:** Definições de controle interno pelos principais órgãos internacionais

Fonte	Definição
(IFAC, 2001)	Sistema de controle interno corresponde a todas as políticas e procedimentos adotados pela administração de uma entidade para auxiliá-la a alcançar o objetivo da administração de assegurar, tanto quanto seja factível, a condução ordenada e eficiente de seu negócio, incluindo aderência às políticas de administração, a salvaguarda de ativos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a exatidão dos registros contábeis e inclusão de tudo que devem conter, e a preparação tempestiva de informações financeiras confiáveis.
(INTOSAI, 2007)	Controle interno é um processo integrado, efetuado pela direção e corpo de funcionários e é estruturado para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança de que a consecução da missão da entidade, e os seguintes: execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; cumprimento das obrigações de <i>accountability</i> . <i>Accountability</i> é um conjunto de mecanismos que permitem que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações. O termo <i>accountability</i> não tem uma tradução específica para o português, mas pode ser relacionado com responsabilização, fiscalização e controle social; cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano.
(ATTIE, 1992)	O controle interno é uma ferramenta que agrega confiabilidade aos resultados gerados pelos fluxos de operações, que possibilita apoio à tomada de decisão dos empresários. Os controles internos devem ser vivenciados por cada entidade, independentemente do seu porte ou segmento.

Fonte	Definição
COSO, 2013	Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

**Fonte:** elaborada pelos autores.

## 2.2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de natureza quantitativa, levando em conta a aplicação de um questionário com perguntas estruturadas para atingir o objetivo do artigo. Foram selecionadas vinte Igrejas Cristãs, destacando o público autodenominado católico apostólico romano, protestantes de origem reformada e evangélicos (pentecostais e neopentecostais).

Em consoante com Santos (2002), pesquisa científica pode ser caracterizada como atividade intencional que visa a responder às necessidades humanas. Já as Instituições Religiosas são entidades que visam a atender às necessidades humanas e sociais. Para Sanchis (2011), a religião não é, portanto, mera ideologia, mas uma ação e influência direta nas relações humanas e sociais. Essa força é representada com a participação da coletividade em que a religião comumente se encontra e se reifica de objetos que passam a ser sagrados.

Segundo Creswell (2007), uma técnica quantitativa é aquela em que o investigador usa primariamente alegações pós-positivistas para desenvolvimento de conhecimento (ou seja, raciocínio de causa e efeito, redução de variáveis específicas e hipóteses e questões, uso de mensuração e observação e teste de teorias) e emprega estratégias de investigação (como experimentos, levantamentos e coleta de dados, instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos).

O questionário é composto de quinze perguntas fechadas. Para a aplicação, foi utilizado o sistema gerenciamento de pesquisas Google Forms.

Em seguida, foi encaminhado o *link* do questionário. A duração da pesquisa é de aproximadamente dez minutos e não oferece nenhum risco ou compromisso aos participantes.

Os respondentes são membros das organizações pesquisadas, sendo exclusivamente ocupantes dos cargos de padres, reverendos, pastores, secretários, tesoureiros e outros ligados diretamente com a gestão administrativa eclesial. Os dados coletados foram analisados destacando-se em cada publicação examinada, o tema de controles internos nas Organizações Religiosas.

**Tabela 4:** Etapas da Pesquisa

Itens das etapas da pesquisa	Descrição das etapas
Elaboração do questionário	Nesta etapa, escolheu-se o aplicativo de gerenciamento de pesquisas Google Forms. Elaboraram-se as perguntas, e em seguida foi aplicado um pré-teste.
Campo	Nesta etapa, coletaram-se os dados e realizaram-se as conferências, as preparações e a digitação.
Processamento e análise dos dados	Nesta última fase, elaborou-se o processamento, o exame e a interpretação das informações coletadas, de forma a permitir conclusões.

**Fonte:** elaborada pelos autores.

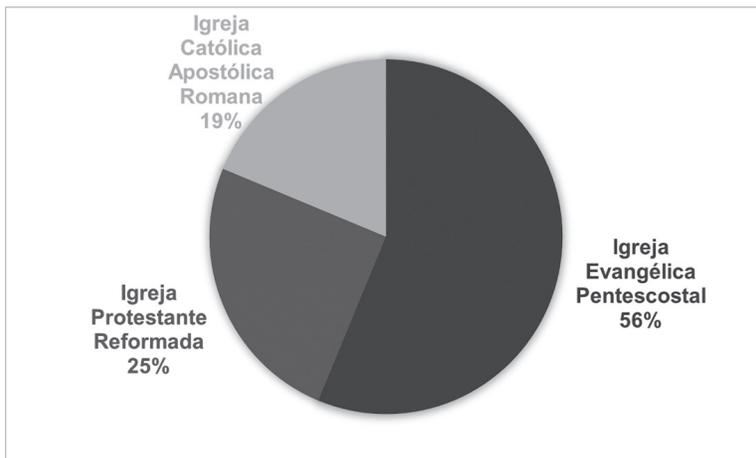
Das vinte Organizações Religiosas que compõem a amostra da pesquisa, dezesseis responderam às quinze perguntas no período de 10/08/2022 a 09/09/2022, correspondendo a 80% das expectativas. Tais justificativas foram fundamentais para elaboração da conclusão do artigo. O questionário da entrevista se encontra no Anexo A.

## 2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção pretende analisar e discutir os resultados obtidos, organizados em três seções: A, B e C:

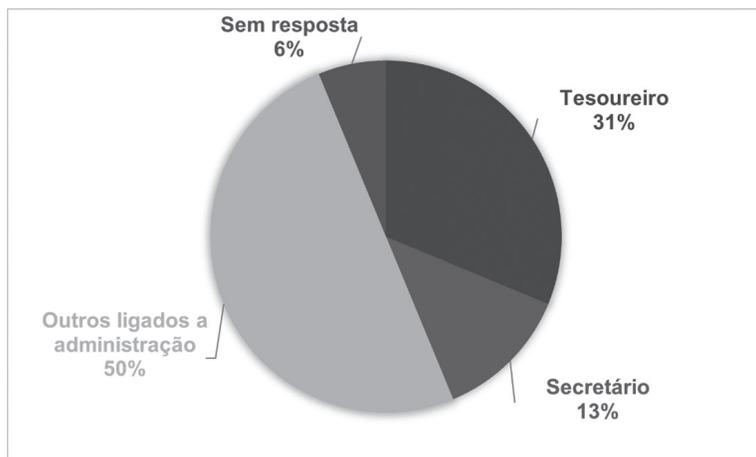
Seção A: Análises, estatísticas e comentário das questões de 1 a 5. Nesta seção, averiguou-se quem são os responsáveis pela administração das Instituições Religiosas, se possuem um sistema de gestão informatizado, quem é o responsável pelo controle dos recursos financeiros e se possuem controles internos das atividades administrativas e financeiras.

**Figura 1:** Segmento religioso das instituições pesquisadas



**Fontes:** dados da pesquisa.

**Figura 2:** Função administrativa dos respondentes

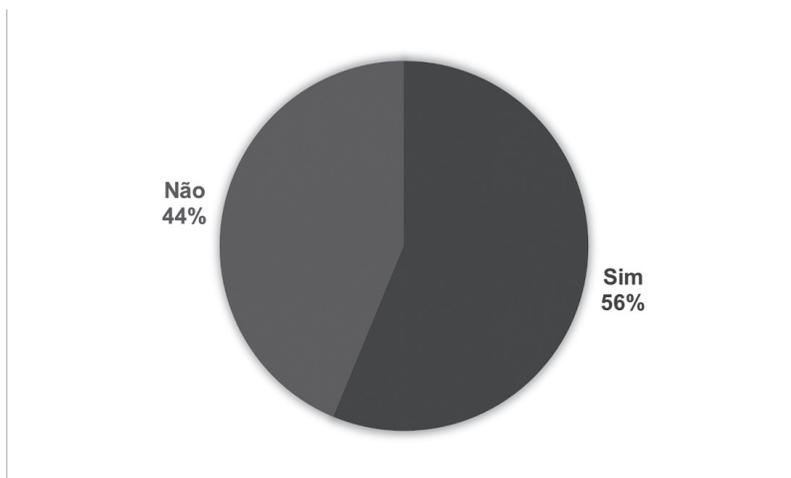


**Fontes:** dados da pesquisa.

## 2. A RELEVÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS COMO APOIO À GESTÃO E À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

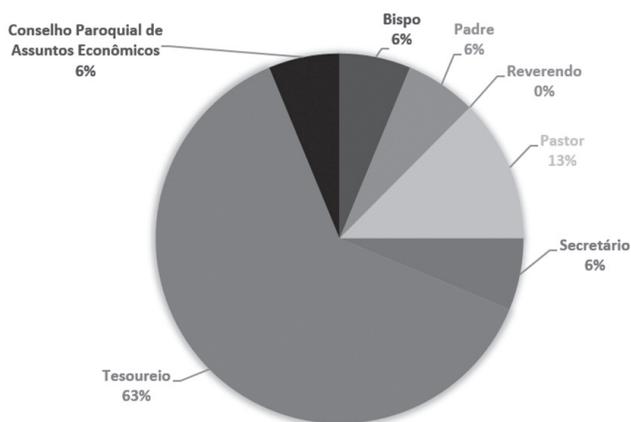
DANILO PRADO FIGUEIREDO · WINDSOR ESPENSER VEIGA

**Figura 3:** Software de gestão eclesial

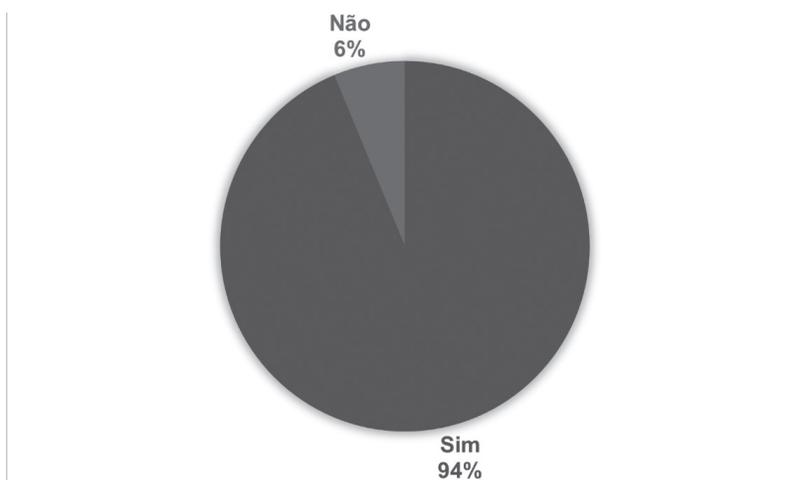


**Fontes:** dados da pesquisa.

**Figura 4:** Controle dos Recursos Financeiros



**Fontes:** dados da pesquisa.

**Figura 5: Controles Internos**

**Fontes:** dados da pesquisa.

Com a Figura 1, é possível visualizar a diversidade da amostra, na qual as Organizações Religiosas do segmento evangélico pentecostal foram a maioria dos respondentes, seguido do segmento protestante reformado e por último o segmento católico apostólico romano. Essa diferença deu-se pelo fato de as Organizações Religiosas pentecostais possuírem uma estrutura mais simples e menos hierárquica, o que facilitou o nosso contato direto com os responsáveis legais. Nos outros segmentos, por possuírem um nível hierárquico mais complexo, foi mais difícil o contato com os responsáveis legais das instituições.

Na Figura 2, 50% dos respondentes são pessoas que estão ligadas com a administração da igreja, ocupando outros cargos que não sejam de tesoureiro ou de secretário. Na Figura 3, 44% das Instituições Religiosas responderam que não possuem um *software* de gestão eclesiástica. No Gráfico 4, 63% das Instituições Religiosas responderam que são os tesoueiros os responsáveis pelos controles dos recursos financeiros, e no Gráfico 5 94% responderam que possuem controles internos.

Seção B: Níveis de Prestação, Controle e Demonstração, de acordo com as questões 6 a 10. Nesta seção, apurou-se o nível de prestação de contas das Instituições Religiosas aos associados, o nível de controle da

situação econômico-financeira e o nível de demonstração dos relatórios contábeis de acordo com as normas legais.

**Tabela 5:** Indicadores das Perguntas 6 a 10 da Seção B

RESPONDENTES	SIGLA	P-6	P-7	P-8	P-9	P-10
1	IEP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2	IEP	Não	Não	Não	Não	Não
3	IEP	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
4	ICAR	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
5	IPR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6	IEP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
7	IPR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
8	IEP	Sim	Não	Não	Sim	Sim
9	ICAR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
10	IPR	Não	Não	Não	Sim	Sim
11	ICAR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
12	IPR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
13	IEP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
14	IEP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	IEP	Sem resposta	Sim	Não	Sim	Sim
16	IEP	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

**Fontes:** dados da pesquisa.

Constatou-se que, dos três segmentos religiosos pesquisados, as Instituições Católicas Apostólicas Romanas (ICAR) apresentaram o melhor índice, conforme a seguir, Tabela 6, em que 94% estão dentro dos níveis de prestação, controle e demonstração, contra 6% que não se enquadram nesses níveis. Para o segmento das Igrejas Protestantes Reformadas (IPR), 85% estão dentro dos níveis de prestação, controle e demonstração, contra 15% que não se enquadram nesses níveis, conforme Tabela 2. Para o segmento das Igrejas Evangélicas Pentecostais (IEP), 64% estão dentro

dos níveis de prestação, controle e demonstração, contra 34% que não se enquadram nesses níveis e 2% não responderam, conforme Tabela 6.

Tabela 6: Índices de nivelamento por segmento religioso da Seção B

RESPONDENTES	ICAR	IPR	IEP
Sim	94%	85%	64%
Não	6%	15%	34%
Sem Resposta	0%	0%	2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fontes: dados da pesquisa.

Seção C: Renúncia Fiscal, Controle Periódico de Imobilizado, Imposto de Renda Pessoa Física e Coaf de acordo com as questões 11 a 15. Nessa seção, identificou-se a forma de mensuração e reconhecimento dos tributos oriundos de renúncia fiscal, o controle periódico dos bens patrimoniais, o registro contábil dos trabalhos voluntários, o entendimento por parte dos ministros religiosos da incidência de imposto de renda sobre seus recebimentos e as medidas para se evitar atividades financeiras ilícitas.

Tabela 7: Indicadores das Perguntas 11 a 15 da Seção C

RESPONDENTES	SIGLA	P-11	P-12	P-13	P-14	P-15
1	IEP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2	IEP	Não	Não	Não	Não	Não
3	IEP	Não	Não	Não	Não	Não
4	ICAR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
5	IPR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6	IEP	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
7	IPR	Não	Não	Não	Sim	Sim
8	IEP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9	ICAR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

## 2. A RELEVÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS COMO APOIO À GESTÃO E À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

DANILO PRADO FIGUEIREDO · WINDSOR ESPENSER VEIGA

RESPONDENTES	SIGLA	P-11	P-12	P-13	P-14	P-15
10	IPR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
11	ICAR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
12	IPR	Não	Não	Não	Sim	Não
13	IEP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
14	IEP	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
15	IEP	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
16	IEP	Sim	Sim	Não	Não	Não

Fontes: dados da pesquisa.

Notou-se, nessa última seção, conforme a Tabela 8, que as Instituições Católicas Apostólicas Romanas (ICAR) mantiveram o melhor índice, correspondendo a 93%. As Igrejas Protestantes Reformadas (IPR) e as Igrejas Evangélicas Pentecostais (IEP) ficaram bem próximas, com uma diferença de apenas 4% entre os respondentes.

**Tabela 8:** Índices de nivelamento por segmento religioso da Seção C

RESPONDENTES	ICAR	IPR	IEP
Sim	93%	60%	64%
Não	7%	40%	36%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fontes: dados da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para resolver problemas, o gestor eclesiástico precisa não só estar ciente e compreender os temas tratados nesta pesquisa, mas também ampliar ainda mais a sua visão. Cada Organização Religiosa possui características peculiares próprias, assim sendo, seus problemas só serão solucionados com a direção do grau de conhecimento que tiver e sobre cada departamento da igreja, onde cada um se torna responsável em agir conforme o que espera de resultado.

Os controles internos são processos definidos pela administração, que integram a organização, com interesse de certificar a segurança no alcance de objetivos convencionados.

Apresentar, portanto, uma boa informação contábil denota que as Organizações Religiosas estão no caminho certo para uma adequada gestão, demonstrando o cumprimento de princípios éticos, legais e políticas definidas nos seus objetivos sociais. Uma Contabilidade bem-estruturada gera adequação e aplicação das obrigações acessórias e demais exigências legais, além de economia financeira e proteção do patrimônio das Organizações/Entidades.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

BRASIL. CGU – Controladoria Geral da União. **Instrução Normativa nº 3**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33409>. Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 79**, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55444279/do1-2018-12-17-instrucao-normativa-n-79-de-14-de-dezembro-de-2018-55444116](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55444279/do1-2018-12-17-instrucao-normativa-n-79-de-14-de-dezembro-de-2018-55444116). Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República (1967). **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. (1967). Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Vide Lei nº 14.195, de 2021), 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm#:~:text=53.,associados%2C%20direitos%20e%20obriga%C3%A7%C3%B5es%20rec%C3%ADprocos\\_](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm#:~:text=53.,associados%2C%20direitos%20e%20obriga%C3%A7%C3%B5es%20rec%C3%ADprocos_). Acesso em: 7 nov. 2022.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução e Ementas do CFC: ITG 2002 (R1) DOU 02/09/2015. **Entidade sem Finalidade de Lucros**. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)&arquivo=ITG2002\(R1\).doc\\_](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1)&arquivo=ITG2002(R1).doc_). Acesso em: 7 nov. 2022.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público**: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Publicação eletrônica, 2012.

COSO. Internal Control Integrated Framework Executive Summary. **Slide Deck filed in Compliance, Controls, SOX**, 2013. Disponível em: <https://go.oceg.org/coso-2013-internal-control-integrated-framework-executive-summary.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Isaías Lopes. **Avaliação da eficácia do tribunal de contas do estado na implantação e funcionamento do sistema de controle interno dos municípios mato-grossenses**. Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2021.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e de seu campo de gestão. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP-SP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral**: previsão, organização, comando, coordenação e controle. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**: práticas e responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

IAA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil). **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Audibra, 1992.

IFAC (International Federation of Accounts). **Governance in the public sector: a governing body perspective**. International Public Sector Study. Study 13. New York: IFAC, 2001.

INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions). **Guidelines for internal controls standards for the public sector**. Further information on entity risk management. GOV 9130. PSC Subcommittee on internal control standards. Brussels: Intosai, 2007.

LIMA, Elizeu Bandeira de. **Governança e normas de contabilidade aplicadas às igrejas**: princípios e enfoque na transparência de recursos. Curitiba: Juruá Editora, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MIHRET, Dessalegn Getie; YISMAW, Aderajew Wondim. Effectiveness of internal audit: a case study of the public sector in Ethiopia. **Journal of Management Audit**, v. 22, n. 5, p. 470-484, 2007.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem Fins Lucrativos. (Terceiro Setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANCHIS, Pierre. A contribuição de Émile Durkheim. *In*: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica Conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SLOMSKI, Valmor; REZENDE, Amaury José; CRUZ, Cássia Vanessa; OLAK, Paulo Arnaldo Alves. **Contabilidade do Terceiro Setor**: uma abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2017.

## APÊNDICE

### Apêndice A: Questionário

Pergunta	Base Legal
1) Qual é o segmento religioso da Instituição? ( ) Igreja Católica Apostólica Romana ( ) Igreja Protestante Reformada ( ) Igreja Evangélica Pentecostal	
2) Qual é a função administrativa que você exerce na sua Organização Religiosa? ( ) Secretário(a) ( ) Tesoureiro(a) ( ) Outros (relacionados com a área financeira e/ou administrativa)	
3) A sua Organização Religiosa possui um sistema (software) para a realização da gestão administrativa e financeira? ( ) Sim ( ) Não	

Pergunta	Base Legal
4) Quem exerce o controle dos recursos financeiros na sua Instituição Religiosa?  <input type="checkbox"/> Padre <input type="checkbox"/> Reverendo <input type="checkbox"/> Pastor <input type="checkbox"/> Secretário <input type="checkbox"/> Tesoureiro <input type="checkbox"/> Outros	Estatuto Social.
5) A sua Organização Religiosas possui controles internos das atividades administrativas e financeiras?  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Estatuto Social e ITG 2002 (R1).
6) É apresentada periodicamente aos membros e/ou associados a prestação de contas das entradas e saídas dos recursos financeiros?  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Estatuto Social e ITG 2002 (R1).
7) É realizada periodicamente uma Assembleia Geral Ordinária (AGO), para eleição da nova diretoria e aprovação contas?  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Estatuto Social e Lei nº 5.764/1971.
8) São elaboradas anualmente as Demonstrações Contábeis para serem apresentadas aos membros e/ou associados?  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Estatuto Social e ITG 2002 (R1)
9) A sua Organização Religiosa mantém constantemente a escrituração contábil?  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Lei nº 9.532/1997, artigo 12, parágrafo 2º, alínea C, ITG 2002 (R1).
10) É realizado o registro dos livros contábeis obrigatórios em órgão competente?  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	ITG 2002 (R1), Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 e IN nº 1.420/2013, art. 1º, § 2º.

## 2. A RELEVÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS COMO APOIO À GESTÃO E À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

DANILO PRADO FIGUEIREDO · WINDSOR ESPENSER VEIGA

Pergunta	Base Legal
11) É feita a mensuração, o reconhecimento e a divulgação dos tributos objetos de renúncia fiscal? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	ITG 2002 (R1)
12) Há periodicamente o controle do ativo imobilizado (bens patrimoniais) da Igreja? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	NBC TG 27 (R4)
13) O trabalho voluntário, inclusive de membros, é registrado na contabilidade pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	ITG 2002 (R1)
14) Vocês têm o conhecimento de que os ministros religiosos estão obrigados a pagar imposto de renda dos seus recebimentos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Lei nº 5.172/1966 do Código Tributário Nacional art. 9º, § 1º. Decreto n.º 3.000/1999, artigo 167, e do Decreto n.º 9.580/2018, artigo 182.
15) Vocês têm o conhecimento de que os contadores e os escritórios contábeis estão obrigados a comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) quaisquer ocorrências suspeitas de atividade financeira ilícita de seus clientes? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Resolução CFC nº 1.530/2017 e Lei nº 9.613/1998.

**Fonte:** elaborada pelos autores.

# CAPÍTULO TRÊS

**Pandemia de covid-19, desemprego no Brasil e o surgimento de novas pequenas empresas: um quantitativo preocupante ou empolgante?**

## Resumo

*A pandemia de covid-19 iniciou-se em 2020 e tem sido enfrentada desde então. Os cenários sanitário, econômico e social foram severamente impactados. No Brasil, as desigualdades sociais cresceram, e a alta taxa de desemprego se faz presente e contínua. Em contrapartida ao cenário negativo, há um movimento intitulado “empreendedorismo por necessidade”. Essa condição refere-se ao volume significativo de novos pequenos empreendimentos surgidos nos últimos anos. Muitos cidadãos desempregados adotaram o empreendedorismo como alternativa válida para a sobrevivência. Tal aspecto incorre da dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho em tempos de pandemia. O objetivo do capítulo contempla pesquisar os principais indicadores relativos ao empreendedorismo, as microempresas, as pequenas empresas e aos MEIs, entre os anos de 2020 e 2022. A pesquisa justifica-se pela relevância do empreendedorismo como elemento impactante no cenário econômico brasileiro pela atuação das microempresas, pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEI). A metodologia abarca a pesquisa descritiva exploratória com abordagem quantitativa. A apuração de resultados indica relações existentes entre desemprego e empreendedorismo no período investigado. A contribuição de pesquisa perpassa a reflexão sobre a precarização do trabalho, bem como a falta de ações para controlar o desemprego e a ação de empreender como instrumento para o cidadão brasileiro se recolocar no mercado, ainda que na posição de empreendedor.*

**Palavras-chave:** Precarização do trabalho; Empreendedorismo

# 3

## **Pandemia de covid-19, desemprego no Brasil e o surgimento de novas pequenas empresas: um quantitativo preocupante ou empolgante?**

Carlos Vital Giordano  
Roberta Cristina da Silva

### **INTRODUÇÃO**

A pandemia de covid-19 afetou drasticamente todos os âmbitos mundiais, alcançando, além do sanitário, o econômico, o financeiro e o empresarial, e promovendo aumento expressivo de problemas sociais, o que reforça a expansão das desigualdades.

As dificuldades enfrentadas pelas empresas influenciaram substancialmente um índice desastroso brasileiro que há décadas tenta ser controlado, com repetidos insucessos: o desemprego.

Uma quantidade expressiva de cidadãos recebeu a inesperada demissão. Muitos já estavam em considerável estabilidade por anos na empresa, desenvolvendo carreira, inclusive. Das pequenas às grandes companhias, várias foram impactadas severamente pela crise econômico-financeira que se instalou com a pandemia.

Trata-se de uma crise sem precedentes, e em muitos casos sem suficientes planos contingentes que pudessem suprir as “novidades desastrosas” que se intensificavam de modo alarmante com números crescentes diariamente.

As empresas que não conseguiram se reinventar em termos de operacionalização e da oferta de produtos e serviços encerraram suas atividades e contribuíram para o alargamento do índice de desemprego, que atingiu a marca de 13,5% em 2020, em contrapartida com o percentual de 11,9% no ano anterior (BRASIL, 2021).

No decorrer do período pandêmico, outro quantitativo se desdobrou significativamente, apresentando volume considerável de novas pequenas empresas, o que pressupõe a conversão de desempregados para a atuação como empreendedores.

Segundo Oliveira e Businari (2021), o empreendedorismo por necessidade é um movimento que ocorreu amplamente no Brasil no período da pandemia de covid-19. Afirmam ainda que a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) 2020 aponta percentuais crescentes de 37,5 % no ano de 2019 para um total de 5,4% em 2020, cuja motivação foi a necessidade enfrentada atingindo o mesmo nível de 18 anos atrás.

Nesse cenário, o estudo se norteia pelas propostas reflexivas: (i) existe relação entre desemprego e empreendedorismo no período da pandemia de covid-19?; (ii) os resultados quanto à abertura e aos fechamentos dos pequenos empreendimentos são expressivos?

A pesquisa justifica-se pela importância do empreendedorismo, as micro/pequenas empresas e MEI-ME (Microempreendedor Individual e Microempresário) em tempos pandêmicos.

Tem-se ainda, como objetivo geral: pesquisar os principais indicadores relativos ao empreendedorismo, às microempresas, às pequenas empresas e aos MEIs, entre os anos de 2020 e 2022 (marco delimitador). Como

objetivos específicos: (i) apresentar e analisar os indicadores pertinentes; (ii) identificar se há correlação entre o crescimento do desemprego e o surgimento de novas pequenas empresas; (iii) promover reflexão acerca da relevância desses negócios no cenário econômico brasileiro.

Como contribuição, este capítulo pretende analisar a atuação dos pequenos empreendimentos no período pandêmico, bem como refletir acerca dos índices de desemprego como implicação para o surgimento de expressivo quantitativo desse tipo de negócio e ainda corroborar para uma possível constatação de que muitos cidadãos brasileiros desempregados tiveram como única possibilidade de manterem a adoção do título de empreendedores.

### **3.1 REFERENCIAL TEÓRICO**

A chegada da covid-19, desde 2020, é um fator impactante em todo o mundo, e suas consequências são vivenciadas até os dias atuais. A crise sanitária deu lugar amplo a circunstâncias avassaladoras em todos os cenários, os quais incluem o financeiro, o econômico, o educacional, o empresarial e o social.

No campo empresarial, isso resultou em aumento expressivo de demissões. Muitos cidadãos se viram diante de um dilema ao não conseguirem se recolocar no mercado de trabalho mediante a crise instaurada e, assim, decidiram abrir um negócio próprio. Nessa conjuntura, volume expressivo de novos pequenos empreendimentos surgiu entre os anos de 2020 e 2022.

#### **3.1.1 Pandemia de covid-19**

Segundo Henriques e Vasconcelos (2020), na cidade de Wuhan na China, começou a circular uma pneumonia preocupante, causadora de vítimas que chegavam a óbito de maneira rápida, mas até o mês de janeiro de 2020 não se sabia que se tratava de desafio mundial.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um comunicado no dia 11 de março de 2020 evidenciando que o mundo enfrentaria um vírus intitulado de covid-19 e que a economia e o mercado de trabalho

sofreriam impactos significativos por se tratar de um problema de saúde pública internacional (COSTA, 2020).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (2020), o termo “pandemia” refere-se à distribuição geográfica de uma doença, e não à sua gravidade especificamente. Tal designação naquele momento (no ano de 2020) indicava a existência de surtos de covid-19 em variadas regiões e países no mundo.

Silva e Arbilla (2020) afirmam que a covid-19 evidenciou com clareza o despreparo dos países para a adoção de medidas rápidas objetivando a contenção do alastramento do vírus, além de falhas substanciais em não seguir as indicações de especialistas e cientistas da área da saúde. Segundo os mesmos autores, o despreparo mundial mostrou a falta de aptidão dos países em lidar com a disseminação do vírus tanto do ponto de vista das estruturas sanitárias, quanto do gerenciamento da crise instalada com a necessária rapidez requerida.

Para Costa (2020), a covid-19 trouxe a todos os países um desafio estratégico, que, além do auxílio em curto prazo aos mais necessitados monetariamente, também deveria ter como escopo a injeção de recursos no âmbito econômico. Igualmente, o momento pós-pandemia deveria receber a reformulação e a implementação de políticas econômicas de desenvolvimento.

Em encontro do que Costa (2020) destaca, observavam-se variadas consequências da pandemia que ainda impactavam setores, empresas e economias, inclusive no Brasil.

Nacionalmente, em 2 de abril de 2023, o total de óbitos registrados pela covid-19 é de 700.239, segundo o Painel Coronavírus (BRASIL, 2023).

### **3.1.2 Desemprego em tempos de pandemia**

Os impactos da pandemia no Brasil atingiram também o mercado de trabalho. Papp, Gerbelli e Midlej (2021) afirmam que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de abril de 2021, em média cerca de 377 brasileiros perderam o emprego por hora em um ano. Segundo os mesmos autores, o Brasil tinha 85,9 milhões de ocupados (trabalhadores em atividade), sendo 3,3 milhões a menos do que

o mesmo mês no ano anterior. A Pnad Contínua é calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e leva em consideração tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal.

Papp, Gerbelli e Midlej (citando Ottoni, 2021) destacam que, a partir de abril, maio e junho de 2020, houve expressiva retração do emprego e que tal fator evidencia a presença da pandemia de covid-19 também no mercado de trabalho.

O número de desempregados no país ultrapassou 15,2 milhões no primeiro trimestre de 2021. A crescente informalidade também é fator presente no mercado de trabalho brasileiro. A formalidade corrobora para melhorias sociais e para o crescimento econômico, sendo um sinalizador de economia aquecida, o que não acontece no país nos últimos anos (ZANOBIA, 2021).

Para Krein & Borsari (2020), houve um desafio adicional no enfrentamento da crise sanitária e econômica oriunda da pandemia de covid-19 em um cenário precário do mercado de trabalho nacional existente nos últimos anos, devido à paralisação de grande parte das atividades produtivas e de bens e serviços, operada pelas ações restritivas sanitárias.

Evidenciam os mesmos autores que um traço marcante no mercado de trabalho brasileiro, a alta taxa de informalidade, alcançou o patamar de 40% da população ocupada. A queda de 7% de empregados sem vínculo empregatício no setor privado, totalizando 832.000 pessoas em comparação ao trimestre anterior, apresenta quebra de percurso nesse tipo de ocupação, que, junto ao trabalho por conta própria, buscava a reativação precária do emprego depois da crise de 2015-2016.

Com o advento da covid-19, o quadro da precarização do trabalho tende a se agravar, pois, além dos altos índices de mortalidade no mundo, os impactos sobre o empobrecimento e a miserabilidade da classe trabalhadora brasileira são concretos. Mais de 40% do trabalho no Brasil era informal no final de 2019 (ANTUNES, 2020).

É provável que as consequências da pandemia para a economia e o trabalho se estendam nos próximos anos, alcançando outros governos. E para a sociedade como um todo, o “novo normal”

e os desdobramentos da pandemia ainda são recentes. Num futuro próximo saberemos se este ou se os futuros governos centrais do Brasil conseguirão agir à altura dos desafios, ou se continuarão abraçando o negacionismo e adotando uma agenda desconectada com a realidade nacional (LOUREDO; PEREIRA; SOUZA JÚNIOR; SANTOS, 2021, p. 114).

### 3.1.3 Empreendedorismo no Brasil

Empreender é a capacidade que uma pessoa possui a fim de identificar problemas e oportunidades, elaborar soluções e investir recursos na criação de algo que traga benefícios à sociedade (SEBRAE, 2021).

Tal capacidade pode resultar em um negócio, projeto ou movimento que produza mudanças concretas e impactos na vida cotidiana de pessoas. Ainda segundo Sebrae (2021), empreender se relaciona diretamente com inovar, sendo o empreendedor o responsável pela criação de novas combinações.

Segundo o Sebrae (2021), por meio da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), no Brasil, há mais de 53,4 milhões de empreendedores. Em 2019, o Brasil atingiu a taxa de 23,3% de empreendedorismo inicial, que corresponde à empresa que possui menos de 3,5 anos de existência, a maior já alcançada na história.

A atividade de empreender mostra a sua essencialidade na percepção e aproveitamento de novas oportunidades nos negócios. Tal fator se relaciona diretamente com a abertura de pequenas empresas partindo do pressuposto da formalização.

Para tanto, o processo de formalização no Brasil contempla alguns aspectos burocráticos, dos quais contempla o porte empresarial do negócio a ser constituído. A Lei Complementar nº 123/2006, Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, define as características prementes à categorização dos tipos empresariais quanto ao porte: a) microempresa: sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera, em cada ano-calendário, receita anual igual ou inferior a R\$ 360 mil; b) empresa de pequeno porte: a empresa de pequeno

porte não perderá o seu enquadramento se obtiver adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$ 4,8 milhões, ou seja, receita anual acima de R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões; c) microempreendedor individual (MEI): pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional. O microempreendedor pode ter um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa. Receita anual igual ou inferior a R\$ 81 mil (SEBRAE, 2022).

No ano de 2021, o número de empreendedores brasileiros com empresas que superaram 3,5 anos de existência subiu, alcançando um total de 14 milhões de pessoas com idades entre 18 e 64 anos, ou ainda, sendo 9,9% da população adulta que atua comandando um pequeno negócio. O numerário representa uma mudança de colocação no *ranking* mundial do empreendedorismo, ao realocar o país na sétima posição após este ocupar a 13ª anteriormente. O percentual demonstra ainda um crescimento de 1,2% em relação ao ano de 2020 (PODER 360, 2022).

Assim sendo, diante dos anos mencionados, é possível inferir que a crise da pandemia, juntamente com a crescente taxa de desemprego, são fatores prementes ao período analisado.

### 3.2 METODOLOGIA

A investigação se caracteriza, de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013) e com Severino (2001), como enfoque quantitativo, porque mede fenômenos, utiliza estatística, analisa a realidade objetiva e tem coletas baseadas em números. Apresenta-se como pesquisa aplicada, descritiva/exploratória e bibliográfica. O percurso metodológico contempla a abordagem quantitativa, com a análise de dados seguros e de notícias que promovem análise assertiva entre o cenário existente no período pesquisado. Para a identificação da natureza e circunstâncias presentes nas relações estabelecidas na investigação, o capítulo foi elaborado por meio da pesquisa descritiva exploratória.

Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva refere-se à ação de se explicarem os fenômenos que ocorrem devido aos aspectos observados, com o intuito de verificar quais são os elementos que contribuem para fenômenos encontrados aconteçam, além de buscar compreender o porquê de

acontecerem, juntamente à realidade da qual esses fenômenos fazem parte. A pesquisa exploratória se desenvolve mediante a coleta de informações sobre determinado objeto, mapeando as condições de manifestação do objeto (SEVERINO, 2012).

Os procedimentos metodológicos compreendem a identificação dos indicadores pertinentes, a coleta de dados em fontes oficiais, bem como a adaptação dos dados aos objetivos da pesquisa. Constitui-se ainda da tabulação dos resultados, da elaboração de gráficos e da formulação de considerações e reflexões pertinentes.

Em 31 de janeiro de 2019, segundo a Opas (2019), a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi avisada a respeito dos casos de certo tipo de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Apresentava-se como uma nova cepa de coronavírus que ainda não havia sido observada antes em seres humanos.

Em 14 de setembro de 2022, a OMS declarou que o fim da pandemia pode estar próximo. No texto lido pelo diretor-geral da OMS, é informado que o número de mortes semanais relatadas caiu para o menor nível desde março de 2020.

Face aos fatos e datas mencionados e por julgamento dos autores, a pesquisa se concentra em dados coletados entre janeiro de 2020 e novembro de 2022, no banco de dados do Ministério da Economia, Boletins (2020, 2021 e 2022) e Mapa de Empresas, Painel do Mapa de Empresas (2022). Também por julgamento dos autores, foram selecionadas e coletadas, nos bancos de dados citados, informações referentes às micro e pequenas empresas e MEIs (empresas ativas, empresas abertas, empresas fechadas, por posição geográfica, natureza, atividade e porte). Além dos dados referentes às empresas, coletaram-se, no IBGE, os valores dos indicadores da taxa de desocupação e PIB.

### 3.3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

O empreendedorismo, segundo o Ministério da Economia (2020), esteia o desenvolvimento de um país. Em outras palavras, é o sustentáculo no qual se assenta a atividade econômica. O Boletim do Mapa de Empresas e o Painel do Mapa de Empresas, editados e publicados pela Secretaria

Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, acessado no portal gov.br, presta-se a auxiliar o percurso gerencial dos empreendedores e a tomada de decisão em seus negócios.

### 3.3.1 Empresas ativas

A empresa é considerada em situação cadastral ativa quando não há débitos, os pagamentos dos impostos pertinentes estão quitados e não há impedimentos judiciais que prejudiquem a empresa. Na Tabela 1, mostram-se as empresas ativas em 2022.

**Tabela 1:** Empresas ativas em 2022

	2022 - Empresas ativas			
	Brasil	Sudeste	São Paulo (estado)	São Paulo (cidade)
	20.056.132	10.102.907	5.742.633	1.866.986
<b>ME</b>	<b>17.708.307</b>	<b>8.865.819</b>	<b>4.937.574</b>	<b>1.518.431</b>
<b>Pequenas</b>	<b>1.064.685</b>	<b>545.126</b>	<b>360.417</b>	<b>158.438</b>
<b>Outras</b>	<b>1.283.140</b>	<b>691.962</b>	<b>444.642</b>	<b>190.117</b>
	20.056.132	10.102.907	5.742.633	1.866.986
	<b>MEI</b>			
<b>ME</b>	<b>11.549.032</b>	<b>5.995.677</b>	<b>3.186.605</b>	<b>901.374</b>
<b>Pequenas</b>	<b>811</b>	<b>393</b>	<b>288</b>	<b>120</b>
<b>Outras</b>	<b>1.660</b>	<b>724</b>	<b>471</b>	<b>125</b>
	11.551.503	5.996.794	3.187.364	901.619
	<b>Não MEI</b>			
<b>ME</b>	<b>6.159.275</b>	<b>2.870.142</b>	<b>1.750.969</b>	<b>617.057</b>
<b>Pequenas</b>	<b>1.063.874</b>	<b>544.733</b>	<b>360.129</b>	<b>158.318</b>
<b>Outras</b>	<b>1.281.480</b>	<b>691.238</b>	<b>444.171</b>	<b>189.992</b>
	8.504.629	4.106.113	2.555.269	965.367

Fonte: elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

Classificam-se, em porcentagem, as empresas pela padronização da atividade econômica e pelos critérios de enquadramento utilizados, conforme Tabela 2.

**Tabela 2:** Empresas classificadas pela atividade econômica – Intervalo quadrimestral

Período	Serviços	Comércio	Ind Transformação	Construção Civil	Agropecuária	Extrativa Mineral	Outros
1Q2020	45,9%	35,1%	9,5%	8,1%	0,6%	0,2%	0,6%
2Q2020	45,9%	35,2%	9,5%	8,1%	0,6%	0,1%	0,5%
3Q2020	46,4%	34,8%	9,5%	8,1%	0,6%	0,1%	0,5%
1Q2021	48,0%	33,4%	9,4%	7,9%	0,7%	0,1%	0,5%
2Q2021	48,2%	33,2%	9,4%	7,9%	0,7%	0,1%	0,5%
3Q2021	48,5%	33,0%	9,3%	7,9%	0,7%	0,1%	0,5%
1Q2022	48,9%	32,6%	9,3%	7,9%	0,7%	0,1%	0,5%
2Q2022	49,4%	32,1%	9,2%	8,0%	0,7%	0,1%	0,5%

Fonte: elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

A predominância dos serviços e comércio (mais de 80%) se apresenta constante desde o primeiro quadrimestre de 2020 até o segundo quadrimestre de 2022.

### 3.3.2 Empresas abertas

Na Tabela 3, veem-se as empresas abertas por semestres e anual, no âmbito do período pesquisado (DP: desvio-padrão; CV: coeficiente de variação).

**Tabela 3:** Empresas abertas – Semestres

Abertas	MEI ME	MEI Pequena	Não MEI ME	Não MEI Pequena
1S2020	1.204.131	18	252.074	37.143
2S2020	1.373.998	29	350.312	59.187
2020	2.578.129	47	602.386	96.330
1S2021	1.605.446	6	364.720	59.986
2S2021	1.477.499	14	354.306	63.324
2021	3.082.945	20	719.026	123.310
1S2022	1.582.759	-	348.435	63.391
2S2022	1.435.266	-	340.481	66.874
2022	3.018.025	-	688.916	130.265
<b>Média</b>	<b>1.446.517</b>	<b>11</b>	<b>335.055</b>	<b>58.317</b>
<b>DP</b>	<b>147.592</b>	<b>11</b>	<b>41.419</b>	<b>10.732</b>
<b>CV</b>	<b>10,2%</b>	<b>102,0%</b>	<b>12,4%</b>	<b>18,4%</b>

Fonte: elaborada pelos autores.

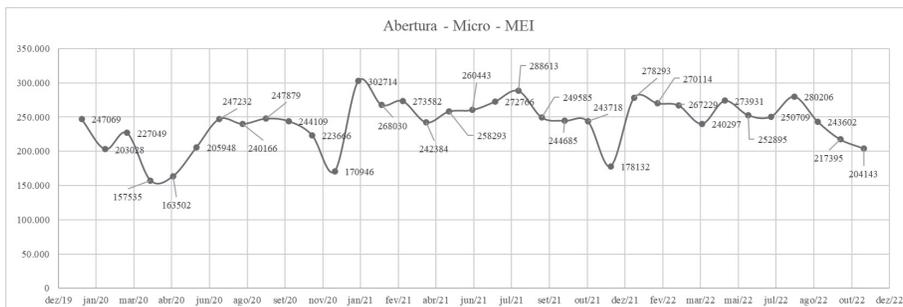
Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

### 3. PANDEMIA DE COVID-19, DESEMPREGO NO BRASIL E O SURGIMENTO DE NOVAS PEQUENAS EMPRESAS: UM QUANTITATIVO PREOCUPANTE OU EMPOLGANTE?

CARLOS VITAL GIORDANO - ROBERTA CRISTINA DA SILVA

As figuras 1, 2 e 3 a seguir mostram a abertura de microempresas MEI, microempresas não MEI e pequenas empresas não MEI, mensal, durante o período em análise.

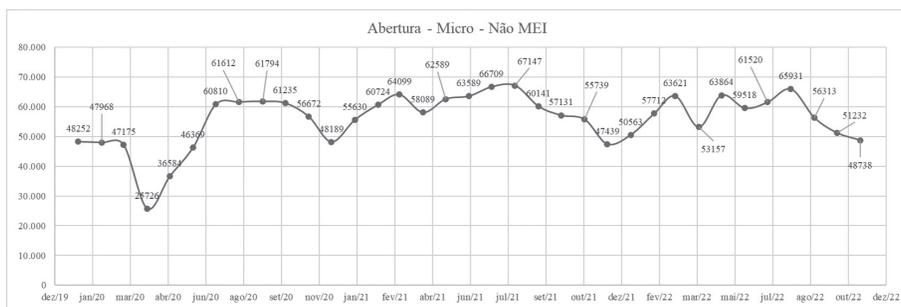
**Figura 1: Abertura de microempresas MEI – Mensal**



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

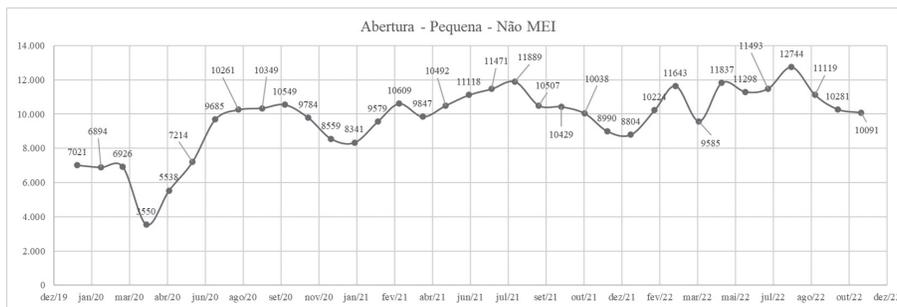
**Figura 2: Abertura de microempresas não MEI – Mensal**



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

**Figura 3: Abertura pequenas empresas não MEI – Mensal**



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

Observando-se as trajetórias das curvas das aberturas de empresas, notam-se aproximações acentuadas em seus comportamentos (subidas, estabilizações e descidas).

### 3.3.3 Empresas fechadas

Na Tabela 4, observam-se as empresas fechadas por semestres e anual, no espaço de tempo pesquisado (DP: desvio-padrão; CV: coeficiente de variação).

**Tabela 4: Empresas fechadas – Semestres**

Fechadas	MEI ME	MEI Pequena	Não MEI ME	Não MEI Pequena
1S2020	318.508	14	155.508	14.795
2S2020	307.080	10	186.851	20.281
2020	625.588	24	342.359	35.076
1S2021	439.903	28	181.151	18.099
2S2021	501.011	21	198.714	21.175
2021	940.914	49	379.865	39.274
1S2022	587.681	30	207.046	21.312
2S2022	604.567	22	206.855	22.722
2022	1.192.248	52	413.901	44.034
<b>Média</b>	<b>459.792</b>	<b>21</b>	<b>189.354</b>	<b>19.731</b>
<b>DP</b>	<b>128.602</b>	<b>8</b>	<b>19.627</b>	<b>2.859</b>
<b>CV</b>	<b>28,0%</b>	<b>37,3%</b>	<b>10,4%</b>	<b>14,5%</b>

**Fonte:** elaborada pelos autores.

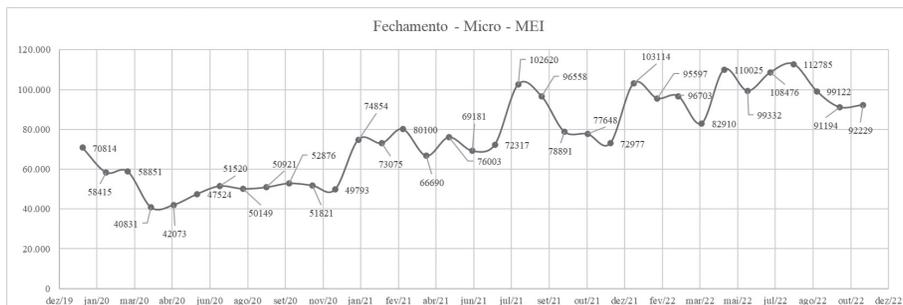
Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

### 3. PANDEMIA DE COVID-19, DESEMPREGO NO BRASIL E O SURGIMENTO DE NOVAS PEQUENAS EMPRESAS: UM QUANTITATIVO PREOCUPANTE OU EMPOLGANTE?

CARLOS VITAL GIORDANO - ROBERTA CRISTINA DA SILVA

As Figuras 4, 5 e 6 mostram o fechamento de microempresas MEI, microempresas não MEI e pequenas empresas não MEI, mensal durante o período em análise.

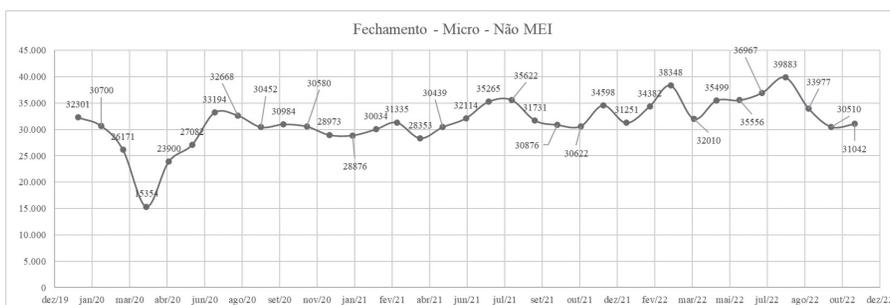
**Figura 4:** Fechamento de microempresas MEI – Mensal



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

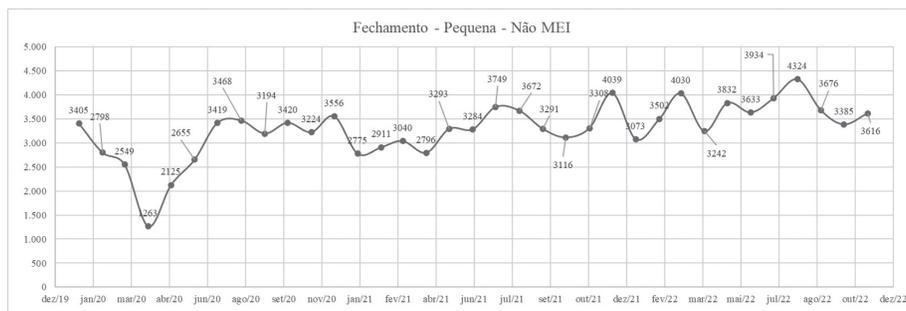
**Figura 5:** Fechamento de microempresas não MEI – Mensal



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

**Figura 6:** Fechamento pequenas empresas não MEI – Mensal



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

Apreciando-se as trajetórias das curvas dos fechamentos de empresas, notam-se aproximações acentuadas nas não MEI e diferenças entre estas e as micro MEI, em seus comportamentos (subidas, estabilizações e descidas).

### 3.3.4 Empresas abertas menos empresas fechadas

Na Tabela 5, apresenta-se o cálculo das empresas abertas menos as empresas fechadas por semestres, no intervalo de tempo pesquisado.

**Tabela 5:** Empresas abertas menos empresas fechadas – Semestres

Abertas - Fechadas	MEI ME	MEI Pequena	Não MEI ME	Não MEI Pequena
1S2020	885.623	4	96.566	22.348
2S2020	1.066.918	19	163.461	38.906
2020	1.952.541	23	260.027	61.254
1S2021	1.165.543	-	183.569	41.887
2S2021	976.488	-	155.592	42.149
2021	2.142.031	-	339.161	84.036
1S2022	995.078	-	141.389	42.079
2S2022	830.699	-	133.626	44.152
2022	1.825.777	-	275.015	86.231
<b>Média</b>	<b>986.725</b>	<b>-</b>	<b>145.701</b>	<b>38.587</b>
<b>DP</b>	<b>120.952</b>	<b>19</b>	<b>29.752</b>	<b>8.131</b>
<b>CV</b>	<b>12,3%</b>	<b>-193,4%</b>	<b>20,4%</b>	<b>21,1%</b>

**Fonte:** elaborada pelos autores.

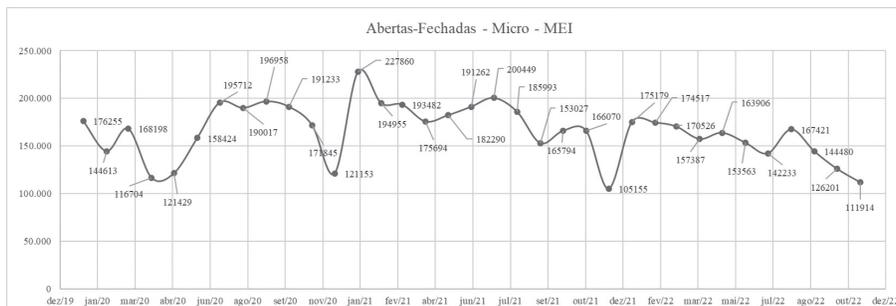
Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

### 3. PANDEMIA DE COVID-19, DESEMPREGO NO BRASIL E O SURGIMENTO DE NOVAS PEQUENAS EMPRESAS: UM QUANTITATIVO PREOCUPANTE OU EMPOLGANTE?

CARLOS VITAL GIORDANO - ROBERTA CRISTINA DA SILVA

Nas Figuras 7, 8 e 9, vê-se a abertura menos o fechamento mensal de microempresas MEI, microempresas não MEI e pequenas empresas não MEI, durante o período em análise.

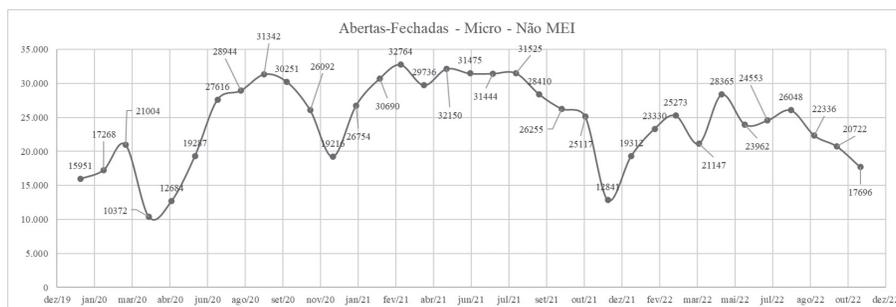
**Figura 7:** Abertura menos fechamento de microempresas MEI – Mensal



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

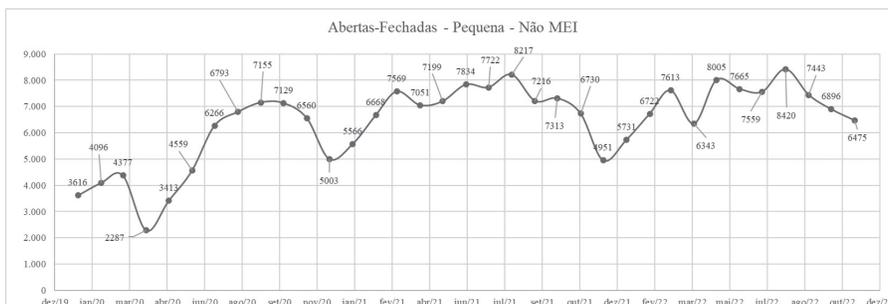
**Figura 8:** Abertura menos fechamento de microempresas não MEI – Mensal



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

**Figura 9:** Abertura menos fechamento pequenas empresas não MEI – Mensal



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

Observando-se as trajetórias das curvas das aberturas menos fechamentos de empresas, notam-se aproximações acentuadas em seus comportamentos (subidas, estabilizações e descidas).

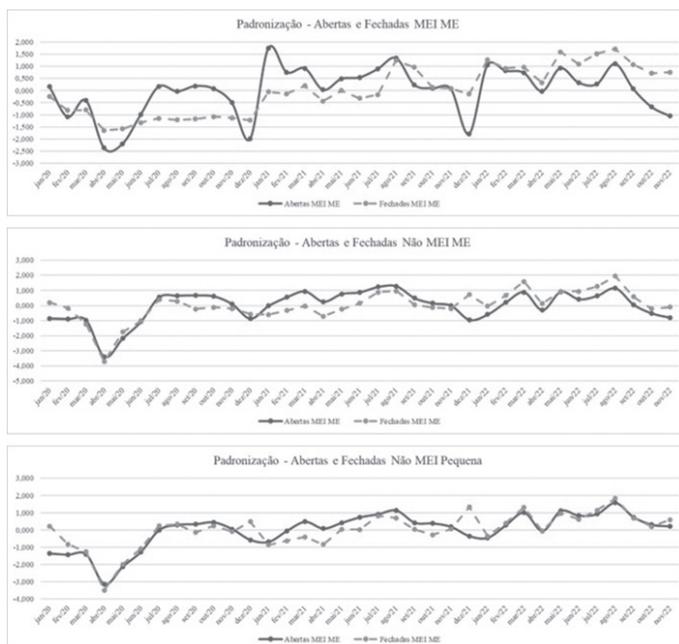
### 3.3.4.1 *Empresas abertas e fechadas – curvas padronizadas (Z)*

A fim de obter um entendimento mais inteligível das variações das curvas das aberturas e fechamentos das três modalidades de empresas estudadas, a Figura 10 mostra as curvas padronizadas (Z), sendo: linha cheia, abertura, e linha picotada, fechamentos.

### 3. PANDEMIA DE COVID-19, DESEMPREGO NO BRASIL E O SURGIMENTO DE NOVAS PEQUENAS EMPRESAS: UM QUANTITATIVO PREOCUPANTE OU EMPOLGANTE?

CARLOS VITAL GIORDANO · ROBERTA CRISTINA DA SILVA

**Figura 10:** Curvas padronizadas (Z) das modalidades de empresas estudadas



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

Pelos percursos das curvas similaridades nos comportamentos no tempo, indicando tendências próximas, mas respeitando-se as padronizações, é possível reparar alguns pontos divergentes em MEI-ME.

#### **3.3.4.2 Empresas abertas e fechadas por atividade econômica**

Na Tabela 6, apuraram-se as quantidades de empresas abertas, fechadas, bem como o saldo e a porcentagem de empresas fechadas em proporção às abertas e número de vezes abertas em relação a fechadas, no período do primeiro quadrimestre de 2020 ao segundo quadrimestre de 2022 (nove maiores quantidades).

**Tabela 6:** Empresas abertas e fechadas por atividade econômica – Quadrimestres

Empresas abertas e fechadas - 1Q2020 a 2Q2022					
Atividade econômica	Abertas	Fechadas	Saldo	% Fechadas	Nr. Vezes
Comércio varejista vestuário	847.052	360.726	486.326	29,9%	2,35
Promoção de vendas	689.469	217.619	471.850	24,0%	3,17
Cabeleiros, manicure e pedicure	559.539	140.735	418.804	20,1%	3,98
Obras de alvenaria	480.365	111.744	368.621	18,9%	4,30
Alimentos preparados para consumo	444.857	123.159	321.698	21,7%	3,61
Preparação e serviços documentais	415.797	128.734	287.063	23,6%	3,23
Restaurantes e similares	378.187	126.858	251.329	25,1%	2,98
Lanchonetes, casas de suco e chá	350.947	154.604	196.343	30,6%	2,27
Atividades transportes	318.615	81.705	236.910	20,4%	3,90

**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022).

### 3.3.5 Desemprego e PIB

De acordo com o IBGE (2022a), desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Ainda de acordo com referido levantamento, o Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, em geral calculado em um ano, ou ainda, em outro intervalo de tempo. Na Tabela 7, é possível observar o desemprego e o PIB trimestral apurado durante o período em análise.

**Tabela 7:** Desemprego e PIB

Desemprego	Quantidade (x mil)	PIB	Valor (x 1000000)
1T2020	13.148	1T2020	1.873.398
2T2020	13.228	2T2020	1.757.517
3T2020	14.598	3T2020	1.929.703
4T2020	14.412	4T2020	2.048.979
1T2021	15.257	1T2021	2.152.622
2T2021	14.832	2T2021	2.182.049
3T2021	13.453	3T2021	2.254.492
4T2021	12.011	4T2021	2.309.564
1T2022	11.949	1T2022	2.315.709
2T2022	10.080	2T2022	2.471.837
3T2022	9.460	3T2022	2.543.645

**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dados extraídos do IBGE (2022a).

### 3.3.6 Correlações

Objetivando calcular as possíveis associações entre o desemprego, o PIB e a abertura e fechamento das empresas em exame, calcularam-se os coeficientes de correlações lineares de Pearson entre as variáveis, conforme mostradas na Tabela 8.

**Tabela 8:** Correlação linear PIB x desemprego: -67,3%

<b>Variável</b>	<b>Empresas</b>	<b>MEI ME</b>	<b>Não MEI ME</b>	<b>Não MEI Pequena</b>
<b>Desemprego</b>	<b>Abertas-Fechadas</b>	<b>59,2%</b>	<b>37,1%</b>	<b>-21,6%</b>
<b>PIB</b>	<b>Abertas-Fechadas</b>	<b>-0,4%</b>	<b>34,8%</b>	<b>80,5%</b>

Fonte: elaborada pelos autores.

Dados extraídos do Ministério da Economia (2020, 2021 e 2022) e IBGE (2022a).

As correlações calculadas mostram que, quando o desemprego cresce, a diferença entre abertas menos fechadas MEI-ME também cresce (correlação moderada); o mesmo acontece com as Não MEI-ME (correlação moderada); quanto às Não MEI-Pequena, o sentido é inverso: uma cresce, a outra decresce (correlação fraca).

Em relação à outra variável PIB, não há correlação com as MEI-ME (correlação nula); correlação positiva (cresce, cresce) com as Não MEI-ME (correlação moderada); e correlação positiva com as Não MEI-Pequena (correlação forte).

### 3.3.7 Desemprego e empresas abertas

A Tabela 9 apresenta a evolução do desemprego e a abertura de empresas MEI.

**Tabela 9:** Desemprego e abertura de empresas – Períodos selecionados – Trimestre

Trimestre	Desemprego (x1000)	MEI (todas)
1T2020	13.148	841.382
2T2020	13.228	651.966
3T2020	14.598	949.788
4T2020	14.412	833.709
1T2021	15.257	1.053.308
2T2021	14.832	976.844

Fonte: elaborada pelos autores.

Percebe-se com clareza o avanço quantitativo entre o desemprego e as MEIs.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apurações estatísticas constatarem que há indícios de relação entre o aumento do desemprego e o surgimento de novos pequenos negócios em períodos simultâneos, ver Tabelas 3, 7 e 9, bem como Figuras 1, 2 e 3. Sendo assim, o período da pandemia de covid-19 traz impactos em diversos setores e apresenta também repercussão respeitável na vertente desemprego-empresariamento. É possível depreender que desempregados, por não conseguirem se recolocar no mercado de trabalho, inclusive devido às circunstâncias impostas pela pandemia, buscaram no empresariamento uma alternativa para a sobrevivência (questão de pesquisa 1).

Em termos de abertura e fechamento de empresas MEI, conforme Tabelas 3, 4 e 5, e Figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (principalmente a Tabela 5 e as Figuras 7, 8 e 9), constata-se que, no período da pesquisa, o saldo de abertura menos fechamento é positivo, ocasionando o expressivo total de empresas ativas mostradas na Tabela 1 (questão de pesquisa 2).

Quanto aos objetivos, geral e específicos, verifica-se que todos foram alcançados e identifica-se, além da relação estatística, a relevância da presença de inúmeros novos empreendimentos no cenário econômico brasileiro, ver Tabela 6.

Destacam-se, ainda, os formatos das curvas exibidas nas Figuras de 1 a 10. Em especial a 10, há valores padronizados (Z), em que se observam

trajetórias em sua maioria idênticas, refletindo aproximações dos resultados das variáveis pesquisadas.

Por fim, o título do capítulo traz uma indagação: pandemia de covid-19, desemprego no Brasil e o surgimento de novas pequenas empresas: um quantitativo preocupante ou empolgante? À luz das tabulações apresentadas, a resposta se inclina a empolgante. Ainda, a reflexão que se pretendeu motivar perpassa a precarização do trabalho versus a ação empreendedora de sucesso, como uma alternativa válida para que o cidadão brasileiro se recoloca no mercado (obtendo renda) ainda que como dono do próprio negócio.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL, C. Í. do. Desemprego registrou taxa média de 13,5% em 2020. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 10 março 2021. Disponível em: <https://agencia.brasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/desemprego-registrou-taxa-media-de-135-em-2020#:~:text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego,de%20desemprego%20em%2020%20estados>. Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL. **Painel Coronavírus**, 2023. Última atualização em: 2 abr. 2023, às 21h37. Recuperado de: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

COSTA, S. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 969-978, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-969.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENRIQUES, C.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da Crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid 19 no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-25.pdf/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados Sidra. (2022a). **Taxa de desocupação**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6381>. Acesso em: 7 nov. 2022.

KREIN, J. D.; BORSARI, P. Pandemia e desemprego: análise e perspectivas. **Cesit**, [2020], [Campinas]. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/pandemia-e-desemprego-analise-e-perspectivas/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

LOUREDO, F. M.; PEREIRA, P. H. F.; SOUZA JÚNIOR, P. D. de; SANTOS, R. A. B. dos. Pandemia e desemprego no Brasil: impactos e consequências para os jovens no mercado de trabalho. **Revista Acadêmica do Instituto de Humanidades**, 2021. v. 26, n. 52. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/7259>. Acesso em: 7 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mapa de empresas**: boletim de 1º. Quadrimestre de 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-1o-quadrimestre-2022.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mapa de empresas**: boletim de 3º. Quadrimestre de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-3o-quadrimestre-2021.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mapa de empresas**: boletim de 3º. Quadrimestre de 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-3o-quadrimestre-2020.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

OLIVEIRA, I. de; BUSINARI, M. Pandemia leva desempregados a abrir negócio por necessidade, não vocação. **UOL**, São Paulo, 26 junho 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2021/06/29/pandemia-leva-desempregados-empreender-por-necessidade.htm>. Acesso em: 7 nov. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de covid-19**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 7 nov. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de covid-19**, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em: 7 nov. 2022.

PAPP, A. C.; GERBELLI, L. G.; MIDDLEJ, A. Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora. **GloboNews e G1**, [São Paulo], 24 julho 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL É O 7º país com mais empreendedores, diz pesquisa. **Poder 360**, [Brasil], 24 março 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-e-o-7o-pais-com-mais-empreendedores-diz-pesquisa/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20empreendedores%20brasileiros,percentual%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202020>. Acesso em: 7 nov. 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da pesquisa**. McGraw Hill: Penso, 2013.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Confira as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI, 2022, **Sebrae**,

[S.l.]. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,-03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD\\_](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,-03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD_). Acesso em: 7 nov. 2022.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Mas afinal, o que é empreendedorismo?, 2021, **Sebrae**, [S.l.]. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/o-que-e-empreendedorismo>. Acesso em: 7 nov. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, C.; ARBILLA, G. Covid 19: Os desafios de uma nova época. [Brasil], **((o))eco**, 21 maio 2020. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/covid-19-os-desafios-de-uma-nova-epoca/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

ZANOBIA, L. IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado. **Veja**, [São Paulo], 30 novembro 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

# CAPÍTULO QUATRO

---

## Resumo

*O artigo analisa a importância das inovações tecnológicas na área de seguros contra incêndio, advindas da Quarta Revolução Industrial, tendo por objetivo avaliar as vantagens, desvantagens e desafios do uso das novas tecnologias. A metodologia é fundamentada em pesquisa exploratória aplicada, numa abordagem quali-quantitativa, associando a pesquisa bibliográfica referencial a informações factuais. Para tanto, serão identificados os pontos importantes na linha do tempo da história do seguro, particularizando a modalidade de incêndio. Serão levantadas as vantagens da identificação e do monitoramento de incêndios em prédios e florestas, através das novas ferramentas tecnológicas, bem como será ponderado o seu risco de implantação e o impacto ético, associado a emprego e trabalho. Conclui-se que os efeitos inovadores introduzidos pelas tecnologias avançadas causam impactos significativos na produtividade do mercado de seguro de incêndio, implicando transformações na gestão empresarial, o que torna necessário repensar esse mercado no Brasil, de forma a incorporar o novo processo disruptivo.*

**Palavras-chave:** seguro contra incêndio; inovação tecnológica; riscos.

**O impacto das inovações tecnológicas no seguro contra incêndio no Brasil**

4

# O impacto das inovações tecnológicas no seguro contra incêndio no Brasil

Elizabeth Borelli

Rodolfo Henrique de Paiva Cavalcante

Leandro Evangelista Poli

## INTRODUÇÃO

O seguro vem permeando as atividades contemporâneas de forma crescente, garantindo o ressarcimento de bens contra danos voluntários ou involuntários, permanentes ou não, causados pela natureza ou pela própria ação humana.

Entre os diferentes ramos de seguro, destaca-se, particularmente na atualidade, o seguro contra incêndio, devido à associação do crescente uso de acessórios tecnológicos, combustíveis e materiais inflamáveis.

O seguro contra incêndio é negociado na forma compreensiva, podendo também ser chamado seguro conjugado ou multirrisco, pois pode cobrir riscos de bens (patrimônio), de responsabilidades e de pessoas (AZEVEDO, 2008).

A evolução tecnológica vem permitindo o monitoramento, a detecção e o desencadeamento de medidas para controle de incêndios, inclusive à distância, contribuindo para identificação de fatores de risco e de medidas

de proteção contra incêndios em ambientes urbanos e rurais. Assim, a tecnologia vem sendo usada para melhor análise, especificidade e cálculo customizado para o seguro contra incêndio.

A questão que norteia este artigo, portanto, é: como o desenvolvimento da tecnologia vem impactando o seguro contra incêndio no século XXI?

O objetivo geral, portanto, centra-se na avaliação desse impacto, estabelecendo-se como objetivos específicos:

- verificar as vantagens que as novas tecnologias trouxeram para a área de seguros contra incêndio;
- verificar as desvantagens que as novas tecnologias trouxeram para a área de seguros contra incêndio;
- verificar os desafios impostos pelas novas tecnologias para a área de seguros contra incêndio.

A título de contextualização, vale lembrar que o seguro surgiu a partir do momento em que o homem começou a tomar consciência da efemeridade da sua existência e da falibilidade de suas criações (KRIGER FILHO, 2000) – isso se deu entre 1728 e 1686 A.C., na Babilônia, com os princípios do seguro incluídos no famoso Código de Hamurabi (FREITAS *et al.*, 1977), passando pelas Antiguidade Clássica, constando das leis gregas de Rhodes (RIBEIRO, 1994) e das leis do Império Romano (LARRAMENDI *et al.*, 2005).

No Brasil, o desenvolvimento dos seguros começou após a chegada da família real portuguesa, em 1808, com leis inicialmente regidas por Portugal, com foco no seguro marítimo (SUSEP, 1997).

No decorrer do século XIX, os seguros no Brasil tiveram um avanço, com a criação de novas políticas que permitiram evolução nos diversos ramos de seguros. Por volta de 1862, com a chegada de seguradoras internacionais, houve um crescimento dos seguros no Brasil, principalmente na modalidade terrestre e na de vida. No século XX, os seguros do Brasil apresentaram uma evolução significativa: em 1939, implantou-se o Instituto de Resseguro do Brasil (IRB) e, em 1966, criou-se a Superintendência dos Seguros Privados (Susep), que ainda hoje é o principal órgão controlador dos Seguros no Brasil, juntamente com o Conselho Nacional dos Seguros Privados (CNSP).

Em relação ao seguro contra incêndio — foco deste artigo —, o fator motivador para a sua criação foi o grande incêndio de Londres, em 1666, que

destruiu 18 mil casas e deixou 20 mil famílias desabrigadas (PÓVOAS, 2000). Após essa tragédia, foram criadas companhias seguradoras com o objetivo específico de realizar o ressarcimento das perdas e danos causados pelo fogo. Mais tarde, em 1791, as principais empresas seguradoras se reuniram para promover ações corporativas no combate aos incêndios, fundindo-se, em 1833, para formar o London Fire Engine Establishment (BAKER, 1970).

Nos Estados Unidos, algumas décadas depois, foram criadas companhias seguradoras contra incêndios, com enfoque no mercado local. Os Grandes Incêndios de Chicago, em 1871, e de Boston, em 1872, causaram a falência de uma centena de seguradoras, adotando-se como solução o compartilhamento de seguro por várias seguradoras. Em Nova York, foi desenvolvido um sistema de classificação uniforme de dados do setor, em 1914, que passou a adotar o desvio atuarial, dando origem à Ciência Atuarial no ramo de seguros contra incêndio. (BARANOFF, 2008).

No Brasil, a Constituição de 1934, do Estado Novo, estabeleceu o princípio de nacionalização do seguro. Após a promulgação da Constituição em 1937 e do Decreto nº 5.901, 20 de junho de 1940, foram criados seguros obrigatórios para comerciantes, indústrias, concessionários de serviços públicos, pessoas físicas ou jurídicas contra os riscos de incêndios e transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo, marítimo, fluvial ou lacustre) (SUSEP, 1997).

Hoje, no Brasil, o seguro de incêndio compreende danos causados por incêndios, queda de raios e explosão de gás de aparelhos de uso doméstico ou usados em iluminação, estando incluído como seguro de dano patrimonial. É obrigatório no Brasil para pessoas jurídicas e condomínios residenciais e está englobado no seguro residencial individual e no seguro de automóveis, aeronaves e embarcações. (PADOVEZE; FRANCISCHETTI, 2019).

## 4.1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1.1 Desenvolvimento da tecnologia: as quatro revoluções industriais

A análise dos impactos tecnológicos parte da consideração de que a indústria representou um marco importante na evolução da histórica

mundial, frente às constantes inovações tecnológicas, que ocasionaram mudanças profundas na sociedade, ao longo do tempo. Para abordar a Quarta Revolução Industrial, cabe rever como cada uma das três revoluções industriais anteriores mudou a forma de ser e estar no mundo, em sua época.

A Primeira Revolução Industrial (Indústria 1.0), iniciada em Londres, por volta de 1760, trouxe como principal inovação o desenvolvimento de sistemas organizados de manufatura, incluindo máquinas a vapor, que impulsionaram a indústria têxtil e contribuíram para a mecanização da agricultura da época. O carvão surgiu como nova fonte de energia e impulsionou a utilização de meios de transporte mecanizados, como barcos e trens a vapor, causando considerável impacto na economia (HARARI, 2016).

As repercussões dessa revolução não se fizeram sentir até cerca de 1830; grandes transformações sociais e políticas ocorreram de forma lenta, à medida que a produção foi se tornando, gradativamente, mais autossustentável. (HOBBSAWM, 2019).

O advento da Segunda Revolução Industrial (Indústria 2.0) aconteceu na década de 1850, com o surgimento de novas fontes de energia, como a eletricidade, o petróleo e seus derivados e a energia atômica. A humanidade aprendeu a converter um tipo de energia em outra, o que proporcionou a criação de máquinas mais potentes, com motor de combustão interna, usadas para aprimorar veículos de transporte, como automóveis, navios, trens e aviões. A Segunda Revolução Industrial foi, portanto, uma revolução na conversão de energia. Concomitantemente, o desenvolvimento de novas formas de comunicação — como o telégrafo e o telefone — permitiu uma maior integração entre o centro produtor e a sociedade de consumo (HARARI, 2016).

Em 1914, o fordismo surge como um modelo de produção em massa — a linha de produção —, constituído por linhas de montagem semiautomáticas, visando à racionalização do processo produtivo; entrou em declínio a partir da década de 1970, sucedido pela Terceira Revolução Industrial (Indústria 3.0), a Revolução Técnico-Científica-Informacional (VARGAS; ZANETTI, 2007).

Avanços tecnológicos consideráveis promoveram a integração do campo da ciência ao sistema produtivo, com a ampliação do uso de computadores, surgimento da telefonia móvel, novas pesquisas em biotecnologia e engenharia genética, desenvolvimento e emprego de robôs e controladores lógicos programáveis com alto nível de automação, e, ainda, o uso da energia atômica para fins pacíficos. O desenvolvimento alcançado pelas tecnologias avançadas alterou, também, as relações sociais, ao viabilizar a redução de tempo e a distância na transmissão de informações, que passaram a ser difundidas instantaneamente, promovendo o rompimento de barreiras físicas e a interligação social, econômica, política e cultural, que forjaram o processo de globalização. (RIFKIN, 2000).

A Quarta Revolução Industrial introduz o conceito da Indústria 4.0, desenvolvido por **Klaus Schwab (2016)**, diretor e fundador do Fórum Econômico Mundial. A ideia foi adotada por diversos teóricos da área. Em sua concepção, a industrialização atingiu uma quarta fase, que transformará fundamentalmente o modo de vida, o trabalho e os relacionamentos, constituindo uma mudança de paradigma. Assim, a Quarta Revolução Industrial não é definida por um conjunto de tecnologias emergentes em si mesmas, mas é produto da transição para novos sistemas, construídos a partir da infraestrutura da revolução digital. Tecnologias como a internet das coisas (IoT é a sigla em inglês), a impressão 3D, o Big Data e, principalmente, a inteligência artificial, estão promovendo uma transformação radical no processo de industrialização, com reflexos importantes no mundo do trabalho. (SCHWAB, 2016).

Do ponto de vista ambiental, as inovações tecnológicas contribuem para reduzir o uso de recursos naturais e, também, minimizar a produção de resíduos e o consumo de energia. O uso da alta conectividade, da inteligência artificial e do sistema *blockchain* favorecem o monitoramento das cadeias de fornecimento e a gestão de materiais. No entanto, a redução nos custos de produção e distribuição pode induzir a um aumento no consumo, levando a impactos ambientais negativos inesperados (MAGALHÃES; VENDRAMINI, 2018).

### 4.1.2 Risco Atuarial

Lopes (2019) considera risco como o resultado de um processo mais ou menos complexo, condicionado pela magnitude e gravidade das consequências, as quais podem ser danos materiais, ambientais ou humanos e que, em parte, são quantificáveis. O risco expressa o potencial de perda dos elementos em risco, cujos fatores nem sempre são integralmente evitáveis e/ou controláveis. Contudo, é possível estabelecer um sistema de segurança contra incêndio, combinando diferentes fatores em matrizes adequadas a cada situação, com intuito de reduzir o risco ao mínimo possível.

Cordeiro Filho (2014) refere que o risco é aleatório, incerto, não depende da vontade de ninguém e pode ser passível de medição com ferramentas estatísticas, como as probabilidades. Para que o risco seja segurável, é necessário que ele afete por igual todos os componentes do grupo e deve ressarcir os prejuízos sem constituir lucro.

O Risco Atuarial é definido por Rodrigues (2008, p. 3) como “um fenômeno que tem consequências econômicas e que está sujeito a incertezas com respeito a uma ou mais causas das variáveis do risco atuarial: ocorrência, prazo e severidade.”

Recentemente, na Europa, vem sendo utilizada uma atualização do modelo de cálculo para absorção de eventuais perdas, que incorpora mais elementos de incerteza, assumindo que o Value at Risk (VAR) é a melhor medida de risco, visando a garantir maior solidez no ramo de seguros, que foi denominada Solvência II (MARQUES, 2017).

Rodrigues (2008) menciona dois modelos de precificação pela teoria de risco atuarial: Modelo de Risco Individual Anual e Modelo de Risco Coletivo Anual.

O Modelo de Risco Individual anual baseia-se no fato de que a apuração do valor total das indenizações é individual, fundamentada na distribuição do valor do sinistro e suas ocorrências de forma individual por apólice. Baseia-se na premissa de que cada risco da carteira só ocorrerá uma vez no ano de avaliação e sua ocorrência não influi em qualquer outro risco do conjunto segurado. Nesse modelo, considera-se a

sinistralidade total, em determinado período, como a soma das variáveis aleatórias equivalentes à sinistralidade anual de cada uma das apólices individuais. Dois outros conceitos são fundamentais:

- não será considerado mais que um sinistro por apólice;
- os riscos são independentes entre si, relativamente às apólices.

Podem-se estabelecer outras relações: de probabilidade, de função de distribuição, esperança da distribuição e variância da distribuição, sendo possível resumir isso na fórmula:

$X_i = I_i \cdot B_i$ , sendo  $I_i$  a variável aleatória dicotômica indicadora da ocorrência de um sinistro com Distribuição de Bernoulli.

A precificação individual é constituída por uma pasta com diversas apólices independentes e individuais. Considera-se que os sinistros que chegam à  $i$ -ésima apólice, possuem algumas formas de probabilidades, chegando a um modelo parecido com a distribuição binomial de probabilidade. No modelo de precificação, esse coeficiente é conhecido como  $B_i$ . (RODRIGUES, 2008).

Os sinistros são calculados a partir da fórmula:  $S = \sum S_i$ , em que  $S_i$  é o montante dos sinistros sobre a apólice.

A Esperança e a Variância das sinistralidades das apólices são expressas a partir de:  $E[S] = \sum E[S_i]$  e  $V[S] = \sum V[S_i]$ , ressaltando que elas são independentes entre si.

Percebe-se, a partir desse comportamento, que o modelo de risco individual de sinistralidade segue uma função de distribuição de probabilidade binomial, em que suas formulações são expressas como:

$$E[S_i] = q_i \cdot x \cdot \mu_i$$

$$V[S_i] = q_i \cdot x \cdot \sigma_i^2 + q_i \cdot x \cdot (1 - q_i) \cdot x \cdot \mu_i^2$$

Esse modelo parte do princípio de que existe uma dicotomia, ou seja, existe uma dupla possibilidade para os resultados dessas apólices, ficando assim a formulação geral do modelo de risco individual para sua sinistralidade: Esperança Matemática e Variância.

$$S = \sum I \cdot x \cdot B$$

$$E[x] = B \cdot q$$

$$V[x] = B^2 \cdot x \cdot q \cdot (1 - q), \text{ em que:}$$

B: distribuição da variável aleatória em relação à indenização de cada apólice;

I: variável que representa a dicotomia do evento do sinistro;

$q_i$ : probabilidade de acontecimento de um sinistro em 12 meses.

O modelo de risco de precificação coletiva se comporta de maneira acoplada, isto é, os sinistros ocorridos saem a partir de um portfólio, sem levar em conta qualquer apólice que seja considerada como individual. (RODRIGUES, 2008).

No modelo coletivo, leva-se em conta, além da distribuição dos valores de cada sinistro, o total dos sinistros acontecidos, sendo assim sua soma aleatória:

$$S = E[\Sigma X].$$

Segundo Rodrigues (2008, p. 346): “A sinistralidade da Carteira será expressa pelas ocorrências verificadas no conjunto das apólices que a compõem, desprezando-se a individualidade de cada uma das apólices.”

Assim como no modelo de precificação individual, também é necessário realizar o cálculo de sua Esperança Matemática e de sua Variância, calculados, respectivamente, pelas fórmulas:

$$E[S] = E[X] \times E[N]$$

$$V[S] = V[X] \times E[N] + [E[X]]^2 \times V[N]$$

É fundamental compreender que a gestão do risco atuarial tem a finalidade de administrar os sinistros e as suas probabilidades de risco. Para tanto, foi proposto pelo Institute of Internal Auditors (EUA – 2013) o Modelo de Três Linhas de Defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles, a saber:

Primeira Linha — Controles de gerência e medidas de controle interno: implementação de ações corretivas a fim de resolver deficiências em processos e controles com gestão e supervisão. É composta por unidade de negócios e pode avaliar o limite de retenção.

Segunda Linha — Administração: propósito vital, mas sem oferecer análises independentes entre os órgãos controladores. Dupla função de supervisão e facilidade da primeira linha de defesa. É composta por gestão do risco e gestão de conformidade. Pode calcular o consumo de capital e avaliar eficiência.

Terceira Linha — Auditoria interna: acompanha a primeira e a segunda linha de defesa. Provisão de avaliações sobre a eficiência da governança, a gerência de riscos e os controles internos. Atua de forma independente.

Nos dias atuais, a gestão de risco deve lidar com a identificação e o gerenciamento de riscos, e, como exemplo de um dos mais relevantes, encontra-se o risco de incêndio, que pode causar perdas e danos materiais, patrimoniais, além de ferimentos e morte de profissionais em local de trabalho, de moradores em suas residências, bem como de visitantes/usuários de museus, escolas, shoppings e suas vizinhanças.

## **4.2 METODOLOGIA**

Este artigo se apoiou numa pesquisa teórica, quali-quantitativa, de natureza bibliográfica e documental, visando a identificar o impacto do uso da tecnologia no ramo de seguro contra incêndio. A pesquisa bibliográfica abrangeu, inicialmente, uma breve evolução histórica do seguro, particularizando o seguro contra incêndio.

O estudo da relação entre tecnologia e seguro de incêndio requer uma fundamentação teórica baseada na questão do desenvolvimento tecnológico e no conceito de risco, que baliza a atividade seguradora.

Para tanto, a pesquisa concentrou-se na avaliação das inovações tecnológicas, especialmente com enfoque na Quarta Revolução Industrial, buscando avaliar as influências (vantagens e desvantagens) na aplicação dessas tecnologias para a área de seguros contra incêndios, para as empresas seguradoras, e sua influência sobre o comportamento dos incêndios.

Buscou-se identificar o impacto das novas tecnologias no cálculo do risco atuarial, nos modelos de risco mais prevalentes, na sua gestão e nos principais desafios a serem enfrentados.

## **4.3 SEGUROS NA INDÚSTRIA 4.0**

### **4.3.1 Vantagens e desvantagens das novas tecnologias na indústria de seguros**

Cuomo (2016) criou o acrônimo TRAMBID para exemplificar as novas tecnologias que estão impactando a cadeia de valores dos seguros, em

que T refere-se à telemática, R à robótica, A à realidade aumentada, M ao *machine learning*, B à *blockchain*, I à internet das coisas e D aos drones.

O processo de automação robótica (RPA, sigla em inglês para Robotic Process Automation) usa computadores para auxiliar a troca de dados entre sistemas que não podem ser conectados de forma efetiva e tem sido usado pelas seguradoras para reduzir custos e aumentar a acurácia.

A realidade aumentada é uma visão composta pela superposição de imagens geradas por computador sobre as imagens do mundo real do usuário, mas tem utilização ainda limitada na área de seguros, basicamente usada em treinamentos.

O aprendizado de máquina (*machine learning*) utiliza computadores para identificar e interpretar informação, de forma a reduzir o esforço humano e identificar padrões que possam passar despercebidos. Seu uso ainda é limitado na indústria de seguros.

A Internet das Coisas é o uso de dados derivados de uma ampla variedade de dispositivos para aumentar a compreensão e prever situações. Tem uso ainda limitado na área de seguros. Algumas inovações têm surgido como equipamentos domésticos inteligentes capazes de identificar falhas em maquinários e determinar quando é necessária uma manutenção. Por exemplo, um forno inteligente pode detectar superaquecimento de suas peças e alertar o cliente, os bombeiros e a seguradora sobre um provável incêndio.

Os drones são veículos aéreos não tripulados capazes de tirar fotos, fazer vídeos, transportar equipamentos, fazer reparos. Seu uso tem crescido na indústria de seguros em relação às reclamações e ajustes.

Esse conjunto de inovações trará um impacto significativo no cálculo de riscos e na prevenção de reclamações junto às seguradoras.

No passado, o foco do seguro era reduzir o risco financeiro. Por meio de fórmulas matemáticas, obtinha-se um cálculo abstrato do risco potencial; esse risco era precificado e estabelecia-se uma apólice para a cobertura do risco. De um modo geral, o objetivo das apólices de seguro não era reduzir o risco em si, mas apenas reduzir o impacto financeiro das perdas.

Lyons (2019) ressalta que, na era 4.0, emergiram novos segmentos de mercado, novas atividades de trabalho e novos riscos a serem focalizados pelas seguradoras. O conceito de risco mudou. Hoje as sociedades têm

que lidar não apenas com mudanças climáticas, instabilidades políticas e crises financeiras, mas também com o crime cibernético, terrorismo internacional e, mais recentemente, pandemias.

Com a influência cada vez maior da tecnologia na cadeia de valor do seguro, foi criado um ecossistema envolvendo seguradoras, corretoras e segurados: a Insurtech, termo originado da junção das palavras *insurance* (seguro) e *technology* (tecnologia). A Insurtech transformou todo o modelo da indústria de seguros, incluindo o desenvolvimento, *marketing*, preços, reclamações e distribuição de produtos, de forma a modernizar processos, automatizar operações e permitir uma melhora dos processos analíticos da organização, reduzindo os custos de aquisição de apólices (MORRISSEY, 2019).

Cortis *et al.* (2020, p. 73-74) argumentam que:

A proliferação de dados, ou “big data”, permitiu que os negócios da InsurTech e companhias de seguros estabelecidas com visão de futuro aproveitassem uma proposta de venda única e vantagem competitiva sobre outros participantes do mercado.

Com o uso da tecnologia, agora é possível coletar dados de tal forma que se consegue obter uma inferência muito mais próxima da realidade e conhecer o risco, ao ponto de ter a possibilidade de controlá-lo e então reduzir a probabilidade de perdas. Ou seja, prever para prevenir ou mitigar resultados indesejados.

Com o surgimento da Internet das Coisas, a coleta de dados acontece em tempo real. Além disso, a interconexão dessas novas tecnologias acelera muito a análise desses dados e, por meio de algoritmos, recomenda ações para que a tomada de decisões de negócios se torne mais descentralizada e rápida e, em muitos casos, independente da interação humana. Isso resulta em processos mais inteligentes, mais eficientes e mais eficazes.

A adoção de procedimentos de negócios mais transparentes e automatizados pode ajudar a superar a lacuna de confiança que existe entre os consumidores e as companhias de seguro, possibilitando que os clientes sintam que estão sendo beneficiados pelo processo. O Seguro

4.0 vem melhorando o nível de satisfação dos clientes, fornecendo uma interface mais amigável e uma experiência que inclui serviço móvel e personalizado, com o uso da Inteligência Artificial e de *Chatbots* (conversas de *chats* com robôs).

A robótica também veio somar-se às soluções do setor de seguros, por meio de análises preditivas por inteligência artificial e, também, pelo uso de ferramentas de processamento de linguagem natural para se comunicarem com os clientes em potencial, adaptando os produtos de seguro às necessidades específicas desse cliente.

Uma outra vantagem está relacionada à utilização de plataformas gráficas, como o “*Simulator Capital*” com finalidade de cálculo de seguro.

A partir de conhecimento preexistente, ou seja, a partir do modelo mais usado para cálculo e classificação de risco — método conhecido como Teoria da Ruína, associando a possibilidade de ajustes com a Modelagem de Cópulas e Testes de Cenários Probabilísticos —, torna-se possível estabelecer de forma mais fluida e dinâmica o cálculo do seguro.

No modelo de ruína, a seguradora recebe um valor adicional (prêmio) para que possa cobrir, parcial ou totalmente, perda financeira futura e incerta. Mas, apesar de ocorrer dependência entre os riscos, os coeficientes calculados podem não conseguir expressá-los plenamente, limitando sua aplicação (MARQUES, 2017).

Para melhor correlação entre os riscos dependentes, Marques (2017) propõe o uso de “*Simulator Capital*”, que correlaciona os riscos com a Modelagem via Cópulas e a simulação probabilística de Monte Carlo, combinadas em uma plataforma gráfica.

A Indústria 4.0 irá criar grandes oportunidades para a área de seguros de propriedade. Mas essa nova indústria também trará novos riscos, incluindo o risco cibernético, os riscos de falha de infraestrutura crítica e os riscos de efeitos não correlacionados (RONKEN, 2018).

A Indústria 4.0 é controlada por redes e fluxos de dados. Um ataque cibernético ou falha de segurança em um ponto da cadeia de produção pode produzir efeitos em cascata, e até mesmo causar o colapso de toda a cadeia de valor.

Para o setor de seguros, o resultado de um evento como esse pode ser comparável às perdas atuais de catástrofes naturais ou a um evento de pandemia. A proteção contra os ataques cibernéticos deve ser levada em consideração, cada vez mais, nos atuais conceitos de cobertura, que devem incluir os problemas de segurança de dados, de rede e dispositivos.

As seguradoras ainda têm pouca experiência com os riscos decorrentes da rede e da automação dos processos de negócios. Vulnerabilidades na rede podem causar falhas no sistema, e, para que exista estabilidade e confiabilidade nos dados, é necessário investimento, com a consequente elevação dos custos.

Em uma cadeia de valor virtualizada, existe uma interdependência de múltiplos sistemas, fornecedores e clientes. A ocorrência de uma perda por interrupção em um elo da cadeia de negócios, causada, por exemplo, por um incêndio ou catástrofe natural, afetará várias linhas de negócios simultaneamente. Isso dificultará não apenas a identificação de uma pessoa responsável pela perda, mas trará obstáculos para a atribuição dessa perda a uma determinada linha de negócios. Dessa forma, os acordos de reivindicações (*claims settlements*) vão se tornar muito mais complexos.

Finalmente, há a questão do impacto ético e social da indústria 4.0. Vários setores têm sido afetados pela substituição de mão de obra, causando profundas mudanças no mercado de trabalho e elevado risco aos empregos em várias áreas.

Outro questionamento ético envolve as interferências geradas pelos algoritmos de decisões críticas, que poderiam ser aplicados para fins comerciais e políticos, cujas consequências podem ser positivas ou negativas (MAGALHÃES; VENDRAMINI, 2018).

O setor de seguros precisará adaptar seus processos e produtos de seguros atuais, de forma a identificar novos riscos e desenvolver soluções de seguros apropriadas. Do mesmo modo, os novos produtos de seguros devem envolver medidas de prevenção e mitigação de perdas dos segurados. Medidas de gerenciamento preventivo de riscos incluem: manutenção preditiva, defesa contra os ataques cibernéticos, planos de continuidade de negócios, medidas contra falhas de infraestruturas críticas.

### 4.3.2 Implicações do Uso da Tecnologia no Seguro Contra Incêndio

A tecnologia tem sido cada vez mais usada para a prevenção, detecção precoce, manejo de incêndios e redução de danos materiais e humanos, bem como para a análise de riscos e cálculos atuariais na área de seguros contra incêndios em florestas, edificações e meios de transportes.

As mudanças climáticas, com falta de chuvas e temperaturas elevadas, aumentaram a frequência e a gravidade dos incêndios florestais nas últimas décadas. Uma média de 67.000 incêndios florestais por ano foram registrados nos últimos 10 anos nos Estados Unidos, de acordo com o National Interagency Fire Center (NIFC) (ALTAWEEL, 2019).

Em 2019, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil (INPE, 2019) registrou, por meio de sistemas de monitoramento via satélite, mais de 80.000 incêndios em todo o Brasil, um aumento de 77% ano a ano no mesmo período de rastreamento, com mais de 40.000 na Amazônia Legal brasileira. Esses dados foram corroborados pelo observatório espacial da NASA no mesmo ano. Estima-se que mais de 906 mil hectares de floresta dentro do bioma Amazônia foram perdidos para incêndios em 2019.

Os incêndios florestais envolvem múltiplos fatores dinâmicos e em escalas espaciais. Por isso, sua monitorização é complexa, exigindo soluções inovadoras para sua prevenção e combate.

Vários sistemas de monitoramento têm sido usados em todo o mundo para detectar e prever incêndios florestais em tempo real. Esses sistemas são compostos por combinações de redes de câmeras, sistemas baseados em satélites, redes de sensores *wireless* e sistemas baseados em veículos aéreos não tripulados (VANTs), além de uma central para processamento dos dados provenientes desses equipamentos (LIU *et al.*, 2018).

Os dados dos sensores podem ser usados para alimentar diretamente simulações que tentam prever mudanças em um incêndio. A técnica denominada abordagem de reinicialização utiliza os modelos de incêndio já conhecidos e os reinicializa, usando os dados mais recentes para executar uma simulação de previsão (JONES *et al.*, 2018).

Sistemas baseados em monitoramento por satélite são caros, além de altamente dependentes das condições climáticas e do período orbital do satélite, porém são capazes de monitorar grandes extensões de florestas. Os satélites meteorológicos mais avançados incorporam imagens térmicas aos dados climáticos. Essas imagens podem ser analisadas usando algoritmos, como o Wildfire Automated Biomass Burning Algorithm (WF-ABBA), processando imagens térmicas para detectar incêndios ativos. Esses algoritmos também podem ser usados para determinar mudanças prováveis na direção de propagação do incêndio, permitindo uma resposta mais direcionada, coordenada e eficaz em relação ao tipo de incêndio que está ocorrendo, de forma a salvar vidas e propriedades.

Em áreas frequentemente envolvidas em incêndios florestais, como a região sul da Califórnia, onde incêndios causam bilhões de dólares em perdas anualmente, companhias de seguros estão recorrendo a imagens de satélite e análises por drones para avaliar se um imóvel está em área de risco.

Na Amazônia brasileira, já estão sendo usadas Redes Neurais Artificiais treinadas por meio de imagens dos sensores MODIS/Terra-Aqua a fim de detectar áreas com alto risco de incêndio florestal na região (COCHRANE; SCHULZE, 2018).

Imagens de alta resolução podem classificar as condições dos telhados das residências e, também, a condição de vegetação ao redor dos imóveis, diminuindo a necessidade de inspeção presencial e reduzindo o custo total da inspeção em grandes áreas. A combinação dos dados geoespaciais com dados históricos de seguros naquela localização proporciona um método mais eficiente para avaliação de risco de sinistro, permitindo um cálculo mais acurado dos preços das apólices.

Drones têm sido usados não apenas no monitoramento das áreas de floresta, mas também para apagar incêndios por meio da técnica de ignição aérea, uma queima controlada de áreas cobertas de vegetação com a intenção de conter a propagação do incêndio (CASBEER *et al.*, 2005). Além de eliminar os riscos para os pilotos humanos, os drones são capazes de voar baixo, em áreas com pouca luminosidade e com fumaça (HOOIJDONK, 2015).

O Seguro Empresarial cobre danos ao patrimônio material e ameniza o impacto causado pela perda de vidas. A cobertura básica indeniza o segurado por danos decorrentes de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza. A essa garantia básica poderão ser adicionadas outras coberturas adicionais na modalidade de seguros denominada Multirriscos ou Compreensivos, a qual pode incluir explosão de caldeiras, queda de aeronaves ou ainda coberturas contra danos provocados por granizo, vendaval, impacto de veículos, danos elétricos, acidentes pessoais, roubo e furto qualificado de bens e valores, quebra de vidros, responsabilidade civil, entre outros (BUENO, 2019).

Apesar de obrigatório, o seguro contra incêndio ainda enfrenta resistência por parte das empresas, conforme revelou a Pesquisa Global Zurich PMEs. Um levantamento feito em 15 países, reunindo 3 mil companhias de pequeno e médio porte, revela que a adesão ainda é baixa. Apenas 8,5% das empresas se preocupam com as consequências do fogo. No Brasil, porém, esse índice chegou a 23% de um total de 200 empresas ouvidas. O resultado fez com que o Brasil ficasse na primeira posição com o maior índice do mundo de preocupação com incêndio, seguido da Espanha e do México (BUENO, 2019).

Em 2018, o Instituto Sprinkler Brasil (ISB) contabilizou 531 ocorrências de incêndios estruturais. Entre as diferentes categorias de estruturas, a que registrou o maior número de ocorrências foi a dos estabelecimentos comerciais (lojas, shoppings e supermercados), com 190 registros, seguida por depósitos, com 114 registros (BUENO, 2019).

Em um *webinar* em 2020, o Instituto Sprinkler Brasil e Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Edifício Hospitalar revelaram que foram registrados 32 incêndios em unidades hospitalares no Brasil em 2019. As grandes causas dos acidentes foram relacionadas à cozinha, a geradores e a curtos-circuitos em equipamentos elétricos (LIMA; KHAN, 2020).

Lopes (2019) propôs uma matriz para avaliação do grau de risco de incêndio em edifícios que considera vários fatores como tipo de construção, vulnerabilidade da malha urbana, acessibilidade do Corpo de Bombeiros, materiais de construção usados, disponibilidade de água e de outras medidas de controle de incêndio, existência de materiais, produtos e equipamentos inflamáveis no local, instalações elétricas e técnicas, características dos

ocupantes, rapidez de intervenção dos bombeiros, capacidade de controle de fumaça, organização da segurança e plano municipal de emergência.

Segundo Xin e Huang (2013), algumas medidas apropriadas devem ser implementadas para prevenção e eventual manejo do risco de incêndios em edificações. Entre elas, estão a criação de brigadas de incêndios e treinamento periódico dos usuários sobre medidas de prevenção, para uma eventual necessidade de evacuação segura em caso de incêndio na edificação.

O conhecimento do grau de segurança contra incêndio de uma edificação serve como base para o manejo do risco de incêndio, com instituição das medidas preventivas mais adequadas em cada caso. O ideal é trabalhar com modelos de análise do risco de incêndio em edificações, baseados em agrupamentos de cenários que caracterizem as situações perigosas para ocorrência de incêndio e as suas possíveis consequências indesejadas, como mortes e perdas materiais.

O manejo do risco inclui, primeiramente, avaliação do risco e, posteriormente, o tratamento do risco (XIN; HUANG, 2013).

O cálculo do risco pode ser obtido pela média ponderada dos valores de risco em cada cenário, usando-se a fórmula:

$$FR = \sum_{i=1}^n P_{fi} C_{fi}$$

Em que,

**FR:** é o risco de incêndio (mortes por ano ou custo em dinheiro por ano).

**P<sub>fi</sub>:** é a probabilidade de ocorrência do cenário de incêndio **i** (ano<sup>-1</sup>).

**C<sub>fi</sub>:** é a consequência do cenário **i** (fatalidades ou dinheiro).

**N:** representa o número total de cenários,

Existem vários métodos qualitativos e quantitativos para análise e mapeamento de risco de incêndio, que propõem uma visão mais particular sobre cada edificação, possibilitando adotar soluções alternativas com a otimização de custos e de mesmo nível de segurança.

O Método de Gretener, de caráter semiquantitativo, avalia as formas de propagação de um incêndio, as medidas de proteção adotadas e as probabilidades de ocorrência do sinistro. Com esses parâmetros pondera-

dos, é possível fazer um comparativo entre o risco efetivo de incêndio e o “risco máximo admissível”, que resulta em um índice global de segurança e conclui pela suficiência, ou não, das medidas de prevenção e proteção consideradas (PIRES, 2015).

O Método FRAME (Fire Risk Assessment Method for Engineering) executa uma avaliação sistemática de três grupos de riscos: os riscos para a edificação e seu conteúdo, os riscos para os usuários da edificação e os riscos para a atividade desenvolvida nessa edificação. Cada um deles é analisado separadamente, porque o pior cenário em um incêndio, bem como a melhor forma de proteção, pode ser diferente para os três sujeitos (edificação, pessoas e atividade desenvolvida). Para a edificação e seu conteúdo, o pior cenário é a destruição total. Para os ocupantes da edificação, qualquer princípio de incêndio já pode ser entendido como o pior cenário. Para a atividade desenvolvida, um incêndio que danifique o espaço ou equipamento, mesmo que não ocorra a destruição total, já pode ser extremamente prejudicial, não apenas pela interrupção das atividades, mas também pelo dano causado na credibilidade junto aos clientes (SMET, 2020).

### **4.3.3 A Quarta Revolução Industrial e o mercado de seguros contra incêndio no Brasil**

O mercado de seguros do Brasil segue normas e diretrizes do CNSP e tem a Susep como principal órgão controlador. O seguro contra incêndio está na modalidade de Seguro Compreensivo, que conjuga vários ramos ou modalidades numa mesma apólice, compreendendo a cobertura básica simples e a cobertura básica ampla. A Susep define três modalidades de seguro contra incêndio: fixo, ajustável e flutuante. O Prêmio de Seguro inclui o Prêmio Direto, Cosseguro e Riscos Vigentes, mas não emitidos (RVNE).

Com intuito de avaliar possíveis impactos do uso de Tecnologia sobre as Empresas Seguradoras contra Incêndio no Brasil, buscou-se analisar o comportamento das empresas de Seguro antes e depois da Quarta Revolução Industrial no Brasil, de forma a:

- avaliar a evolução dos resultados de prêmios em Seguro contra Incêndio entre 2001 e 2019, englobando o período de impacto da indústria 4.0;

- identificar mudanças importantes no mercado, como abertura de novas empresas seguradoras, falências e fusões;
- identificar modificações ocorridas na CNSP e Susep que sejam relacionadas à indústria 4.0.

Para a análise quantitativa, procedeu-se à consulta à base de dados do Sistema de Estatística da Susep (SES). A escolha dessa base de dados ocorreu por ser tratar de uma base pública e não revelar dados confidenciais das empresas.

Em levantamento no SES, incluindo o período entre 2001 e 2019, com foco na parte dos prêmios, e através de consulta ao setor de Fiscalização Direta da Unidade de São Paulo da Susep, foram obtidas as informações resumidas no Quadro 1.

**Quadro 01:** Resultados dos Prêmios de Seguro Contra Incêndio antes e depois da implantação das Tecnologias da Quarta Revolução Industrial

Ano	Prêmio Direto	Prêmio de Seguros	Prêmio Ganho
2001	1.461.982.976	1.451.959.141	812.124.703
2002	1.955.030.760	1.986.587.954	956.611.719
2003	1.409.995.557	1.380.000.831	829.109.683
2004	948.486.358	955.149.020	651.869.347
2005	1.001.213.511	1.001.417.862	718.831.082
2006	1.035.616.918	1.067.734.641	756.788.550
2007	1.100.049.771	1.104.985.019	807.321.023
2008	1.203.735.111	1.212.421.134	900.192.120
2009	1.258.734.519	1.260.014.118	958.348.212
2010	1.437.543.710	1.437.736.240	1.047.116.838
2011	1.588.051.929	1.584.335.980	1.232.904.632
2012	1.748.588.942	1.746.446.754	1.383.763.915
2013	2.028.161.629	2.010.661.246	1.596.258.991
2014	2.041.739.975	2.051.221.891	2.032.127.260
2015	2.073.868.774	2.058.249.178	2.072.673.984
2016	2.109.822.000	2.106.633.934	2.107.751.894

#### 4. O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO SEGURO CONTRA INCÊNDIO NO BRASIL

ELIZABETH BORELLI · RODOLFO HENRIQUE DE PAIVA CAVALCANTE · LEANDRO EVANGELISTA POLI

Ano	Prêmio Direto	Prêmio de Seguros	Prêmio Ganho
2017	2.111.154.904	2.098.893.377	2.120.245.231
2018	2.435.289.853	2.438.152.532	2.255.821.293
2019	2.597.061.047	2.625.072.119	2.533.059.819

Fonte: Susep (2021).

Ao longo dos anos, ocorreu importante redução nos Prêmios: Direto, de Seguros, Retido e Ganho. O Prêmio Retido está zerado desde 2014. O Prêmio Direto e o Prêmio de Seguros chegaram a zero em 2017 e em 2019, respectivamente. O Prêmio Ganho caiu progressivamente até 2019. O Prêmio Emitido, que passou a ser contabilizado em 2013, também atingiu valor zero em 2019.

O mercado de resseguro mudou muito após a abertura ao setor externo, em 2008. Os planos de contas foram alterados e novas contas foram criadas e os campos de Prêmios do SES foram modificados. Por exemplo, o campo de Prêmio Retido parou de ser utilizado, como ficou evidenciado no Quadro 1.

A partir de 2014, os valores sofreram mudanças de conceito para compatibilização com o novo plano de contas, conforme a Circular n. 483 da Susep, posteriormente revogada pela Circular n. 508 da Susep.

Os resultados dos principais prêmios passaram por alterações, no período analisado, em decorrência de ajustes nos conceitos. Em virtude das alterações ocorridas no período de estudo, o SES pode não ser a fonte de dados mais adequada. Dados mais consistentes poderiam ser obtidos a partir dos bancos de dados de seguradoras e dos quadros analíticos da FIP-Susep, porém esses dados são confidenciais ou de acesso restrito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, sintetizou-se como principais vantagens que as novas tecnologias trouxeram para a área de seguros contra incêndio:

- Monitoramento em tempo real, local e à distância, por meio de tecnologias interconectadas que aceleram a análise de dados e que, por meio de algoritmos, recomendam ações que permitem tomadas de decisões descentralizadas e rápidas, resultando em processos mais inteligentes, mais eficientes e mais eficazes.

- Procedimentos de negócios automatizados, permitindo melhor identificação e conhecimento dos riscos, o que torna possível prevenir ou mitigar desfechos indesejados, para todos os envolvidos (seguradoras, clientes e terceiros).
- Celeridade nos processos de contratação de seguros.
- Seguro centrado no consumidor usando interface mais amigável e personalizada, que aumenta a satisfação e a confiança dos clientes, com a ajuda da Internet das Coisas, da Inteligência Artificial e da Telemática, fornecendo diversos dados aos seus consumidores.
- Seguro adequado às necessidades do cliente, com subsequente impacto em sua precificação.
- Uso de plataformas gráficas com finalidade de cálculo do seguro customizado por testes de cenários probabilísticos.
- As Tecnologias de Razões Distribuídas, juntamente à Internet das Coisas e a Inteligência Artificial, estão sendo introduzidas e usadas cada vez mais no mercado de seguros; todavia, ainda se desconhece o que ocorrerá futuramente com a total implementação das novas tecnologias, dependendo do desempenho das Insurtechs nos anos seguintes.
- Eliminação do uso de papel, o que contribui para reduzir a necessidade de locais para armazenamento de materiais impressos e facilita a transparência em fiscalizações, por exemplo.
- Possibilidade de parcerias com empresas internacionais e ampliação do mercado de seguros.
- Internacionalização de empresas nacionais que passam a ter acesso a outros mercados.

Por outro lado, pode-se considerar como principais desvantagens:

- O risco de ataques cibernéticos ou de falhas críticas em um ponto da cadeia de produção constitui possíveis vulnerabilidades dos sistemas em rede de fluxo de dados, uma vez que isso produz efeito em cascata sobre várias linhas de negócios, simultaneamente. A prevenção desses riscos implica investimentos elevados na estabilidade e na segurança do sistema, além do treinamento continuado de colaboradores.

- O grande volume de dados coletados tem como desvantagem o risco de desvio de finalidade, como o uso para fins comerciais alheios ao objetivo inicial ou para motivos políticos.
- As novas tecnologias podem produzir impacto negativo no mercado de trabalho com risco potencial de gerar desemprego.
- O ambiente disruptivo de mudanças tem contribuído para falências de algumas companhias de seguro.
- Outras ameaças cibernéticas geradas pelas inovações ao consumidor e ao mercado de seguros. Para minimizar tais impactos, foi criado um ambiente de inovação experimental para Insurtechs (*Sand Box*), sob supervisão da Susep.

Consideradas as vantagens e desvantagens mencionadas, podem-se apontar os principais desafios impostos pelas novas tecnologias para a área de seguros contra incêndio:

- A tecnologia tem sido cada vez mais utilizada para a prevenção, detecção precoce, manejo de incêndios e redução de danos materiais e humanos, bem como para a análise de riscos e cálculos atuariais na área de seguros contra incêndios em florestas, edificações e meios de transportes.
- Com o surgimento de novos segmentos de mercado, como a venda por aplicativos, *home banking*, ensino à distância, e de novas formas de trabalho, como o *home office* e a telemedicina, o setor de seguros precisará desenvolver soluções apropriadas às suas novas necessidades. Processos e produtos deverão ser adaptados para identificar novos riscos, como disseminação de vírus, roubo de dados e fraudes em sistemas informatizados, de forma a desenvolver as soluções de seguros cabíveis.
- Outro desafio para o setor de seguros será a compatibilização da implementação das novas tecnologias dentro de custos mais viáveis.
- Atualizar Normas e Diretrizes que regulam o Mercado de Seguros. Foram emitidas as Resoluções nº 294, de 2013, e nº 359, de 2017, pelo CNSP, e as Circulares nº 483, de 2014, e nº 508, de 2015, pela Susep. Também houve a criação da Comissão Especial de Inovação e *Insurtech* em 2017 pela Susep.

- Estabelecer mecanismos regulatórios que permitam acompanhar o desenvolvimento de *Insurtechs* e possíveis impactos no mercado de seguros.

A partir da reflexão e das informações apresentadas neste artigo, pode-se concluir que os efeitos inovadores introduzidos pela indústria 4.0 trazem oportunidades de mudanças radicais no mercado de seguro de incêndio, tornando-se necessário repensar, com urgência, esse mercado no Brasil, de forma a incorporar, criticamente, esse novo processo disruptivo.

## REFERÊNCIAS

ALTAWHEEL, M. Real-time Fire Mapping and Satellite Data. **GIS Lounge**, Santa Clara, 30 maio 2019. Disponível em: <https://www.gislounge.com/real-time-fire-mapping-and-satellite-data/>. Acesso em: 20 out. 2021.

AZEVEDO, G. H. W. **Seguros, matemática atuarial e financeira**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Saraiva, 2008.

BAKER, R. G. M. **Fire Insurance Wall Plaques**. Walton & Weybridge: History Society, 1970.

BARANOFF, D. Fire Insurance in the United States. **EH.Net Encyclopedia**, [S.l.], 16 março 2008. Disponível em: <http://eh.net/encyclopedia/fire-insurance-in-the-united-states/>. Acesso em: 12 nov, 2021.

BUENO, D. Seguro Empresarial no centro das atenções com incêndio em Hospital Badim. **Sonho Seguro**, 18 setembro 2019. Disponível em: <https://www.sonhoseguro.com.br/2019/09/artigo-seguro-empresarial-no-centro-das-atencoes-incendio-em-hospital-badim/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CASBEER, D. W.; SAI-MING, L.; BEARD, R. W.; MEHRA, R. K.; MCLAIN, T. W. Forest fire monitoring with multiple small UAVs. **Proceedings of the 2005, American Control Conference**, Portland, p. 3.530-3.535, 2005. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/1470520/>. Acesso em: 15 set. 2021.

COCHRANE, M. A.; SCHULZE, M. D. Forest Fires in the Brazilian Amazon. **Conservation Biology**, v. 12, n. 5, p. 948-950, 2018.

CORDEIRO FILHO, A. **Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

CORTIS, D.; DEBBATISTA, J.; DEBONO, J.; FARRELL, M. Insurtech. In: LYNN, T.; MOONEY, J. G.; ROSATI, P.; CUMMINS, M. **Disrupting Finance: FinTech and Strategy in the 21st Century**, p. X-X. California: Palgrave Macmillan, 2019.

CUOMO, P. TRAMBID: Getting the tech conversation going. **Medium**, [S.l.], 25 julho 2016. Disponível em: [https://medium.com/@pgc\\_at\\_work/trambid-getting-the-tech-conversation-going-c1b4e8c7fd0c](https://medium.com/@pgc_at_work/trambid-getting-the-tech-conversation-going-c1b4e8c7fd0c). Acesso em: 10 out. 2021.

FREITAS, E. S.; JOUPERT, J. B. S.; GONZALEZ, J. E. **Recursos Humanos, a verdadeira luz nos seguros**. Rio de Janeiro: IRB, 1977.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

HOOIJDONK, R. How artificial intelligence, satellites, and drone tech could help fight climate change-driven wildfires, **Blog Richard Hooijdonk**, Amsterdam, 8 novembro 2019. Disponível em: <https://www.richardvanhooijdonk.com/blog/en/how-artificial-intelligence-satellites-and-dro>

ne-tech-could-help-fight-climate-change-driven-wildfires/\_. Acesso em: 12 nov. 2019.

JONES, S.; HALLY, B.; REINKE, K.; WICKRAMASINGHE, C.; WALLACE, L.; ENGEL, C. Next Generation Fire Detection from Geostationary Satellites. **IGARSS 2018 – 2018 IEEE International Geoscience and Remote Sensing Symposium**, Valencia, p. 5.465-5.468, 2018. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8518812/>. Acesso em: 8 maio 2019.

KRIGER FILHO, D. A. **O contrato de seguro no direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Frator e Labor, 2020.

LARRAMENDI, I. H.; PRADO, J.A.; CASTELO, J. **Manual Básico de Seguros**. Coleção Manuais Maphre. Rio de Janeiro: Edições Técnicas, 2005.

LIMA, M.; KHAN, M. **Proteção Contra Incêndio em Hospitais**. Instituto Sprinkler do Brasil. Webinar realizado em 11 de março de 2020. Disponível em: <https://sprinklerbrasil.org.br/biblioteca-item/webnair-protecao-contraincendio-em-hospitais/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

LIU, X.; HE, B.; QUAN, X.; YEBRA, M.; QIU, S.; YIN, C. Near Real: Time Extracting Wildfire Spread Rate from Himawari-8 Satellite Data. **Remote Sensing**, v. 10, n. 10, p. 16-54, 2018.

LOPES, J. P. G. O. **Matriz de avaliação de risco de incêndio em edifícios**. Lisboa: Marine, 2019.

LYONS, D. Insurance 4.0: six winning strategies in the fourth industrial revolution. **Digital Insurance**, [S.l.], 2019. Disponível em: [https://www.dig-in.com/opinion/insurance-4-0-six-winning-strategies-in-the-fourth-industrial-revolution\\_](https://www.dig-in.com/opinion/insurance-4-0-six-winning-strategies-in-the-fourth-industrial-revolution_) Acesso em: 19 jul. 2020.

MAGALHÃES, R.; VENDRAMINI, A. Os Impactos da Quarta Revolução Industrial: o Brasil será uma potência sustentável com condições de capturar

as oportunidades que surgem com as mudanças econômicas, ambientais, sociais e éticas provocadas pelas novas tecnologias?. **GV Executivo**, v. 17, n. 1, 2018, p. 40-43.

MARQUES, R. Simulador capital: uma interface gráfica para análise de solvência actuarial e projeção de requerimento de capital. **Revista Brasileira de Atuária**, Rio de Janeiro, 2017, v. 1, p. 50-75. Disponível em: [https://atuarios.org.br/wp-content/uploads/2021/11/rev\\_bras\\_atuaria\\_1.pdf](https://atuarios.org.br/wp-content/uploads/2021/11/rev_bras_atuaria_1.pdf). Acesso em: 15 out. 2020.

MORRISSEY, M. Insurance and Fourth Industrial Revolution. **Insurance Thought Leadership**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.insurance-thoughtleadership.com/insurance-and-fourth-industrial-revolution/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PADOVEZE, C.L.; FRANCISCHETTI, C.E. **Contabilidade Atuarial: Fundamentos Seguro e Previdência, Contabilização e Tributação**. São Paulo: Intersaber, 2019.

PIRES, A. L. **Avaliação de risco de incêndio: método *gretener* aplicado ao centro de tecnologia**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia Civil (Graduação em Engenharia Civil). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: [http://www.ct.ufsm.br/engcivil/images/PDF/1\\_2015/TCC\\_AMANDA%20LAURA%20PIRES.pdf](http://www.ct.ufsm.br/engcivil/images/PDF/1_2015/TCC_AMANDA%20LAURA%20PIRES.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

PÓVOAS, M. S. **Na rota das instituições do bem-estar: seguro e previdência**. São Paulo: Green Forest do Brasil, 2000.

RIBEIRO, P. G. **História do seguro: um resumo**. Rio de Janeiro: Funenseg, 1994.

RIFKIN, J. **A terceira revolução industrial**. São Paulo: M. Books, 2000.

RODRIGUES, J. A. **Gestão de Risco Atuarial**. São Paulo: Saraiva, 2008.

RONKEN, L. Industry 4.0: What It Means for Insurance. **Insurance thought leadership**, [S.l.], 15 agosto 2018. Disponível em: <https://www.insurancethoughtleadership.com/industry-4-0-what-it-means-for-insurance/>. Acesso em: 10 out. 2021.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SMET, E. de. Fire **Risk Assessment Method (for) Engineering**, 2020.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. **Anuário estatístico**. 1997. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/glossario>. Acesso em: 9 out. 2020.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. **Entidades em Regime Especial**. Falências. 2021. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/mercado-supervisionado/entidades-em-regime-especial>. Acesso em: 16 mar. 2021.

VARGAS, J. T.; ZANETTI, A. **Taylorismo e Fordismo na Indústria Paulista**. São Paulo: Humanitas, 2007.

XIN, J.; HUANG, C. Fire risk analysis of residential buildings based on scenario clusters and its application in fire risk management. **Fire Safety Journal**, v. 62. p. 72-78, 2013.

### Resumo

*Em 2015, durante a COP211 (Conferência das Partes), foi firmado o Acordo de Paris, que indicou a urgência de maior direcionamento de recursos financeiros para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, reconhecendo a necessidade de investimentos de fontes públicas e privadas. O objetivo geral do acordo é manter o aumento da temperatura média global abaixo de dois graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais e, para tanto, os países signatários foram convocados a indicar as medidas que implementarão nos próximos anos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e contribuir para o cumprimento do acordo. No caso do Brasil, as medidas anunciadas estão concentradas em duas grandes áreas: energia e uso da terra pelo agronegócio. O presente estudo objetiva explorar a evolução das opções de instrumentos financeiros disponíveis no período de 2016 a 2021 para atender a demanda de capital para o atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Paris e mobilizar investimentos em atividades com características ambientais e climáticas positivas, os chamados Títulos Verdes (Green Bonds) ou Títulos ESG, sigla que representa, em inglês, meio ambiente, social e governança (Environmental, Social and Governance). A partir deste cenário, serão descritas as principais características de tais títulos, como qual o tipo de remuneração é oferecido no valor mobiliário, qual o prazo da operação, quais tipos de lastro e garantia estão sendo usados, qual o custo das operações, entre outras características. Como conclusão desse estudo, foi possível identificar grande potencial do Brasil para a emissão de títulos ESG.*

**Palavras-chave:** *green bonds; títulos ESG; securitização; mercado de capitais; Acordo de Paris.*

5

# Títulos ESG no mercado nacional

Bárbara Jorge Neves dos Santos

Renata Mendonça de Fazio

Ícaro Luiz de Sousa Silva

Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos

## INTRODUÇÃO

Em 2015, durante a COP21 (Conferência das Partes), foi firmado um acordo histórico para combater mudanças climáticas. O acordo abrange 195 países-membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês para United Nations Framework Convention on Climate Change), os quais se comprometeram a intensificar ações e investimentos para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. O Acordo de Paris indicou a urgência de um maior direcionamento de recursos financeiros para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, reconhecendo que serão necessários investimentos tanto de fontes públicas, quanto de fontes privadas.

O objetivo geral do acordo é manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e, para tanto, os países signatários foram convocados a indicar as medidas que implementarão nos próximos anos para reduzir as emissões de gases de

efeito estufa (GEE) e, assim, contribuir para o cumprimento do acordo. No caso do Brasil, as medidas anunciadas estão concentradas em duas grandes áreas: energia e uso da terra pelo agronegócio.

Estima-se, segundo o relatório publicado pela CEBDS e Febraban (2016), que serão necessários mais de US\$ 5 trilhões por ano para aplicação das medidas previstas no Acordo de Paris. Tal volume é superior ao que era estimado à época da assinatura do acordo e, nesse sentido, para atender à demanda por recursos para financiamento, o mercado financeiro — e em especial o de capitais pode ser uma alavanca crucial para o atendimento desses montantes.

O presente estudo objetiva explorar e estudar a evolução das opções de instrumentos financeiros disponíveis no período de 2015 a 2021 para atender a demanda de capital e, conseqüentemente, as metas estabelecidas no Acordo de Paris, mobilizando investimentos em atividades com características ambientais e climáticas positivas, os chamados Títulos Verdes (Green Bonds) ou Títulos ESG (Environmental, Social and Governance). A partir desse cenário, serão descritas as principais características de tais títulos, como qual o tipo de remuneração que o valor mobiliário é oferecido, qual é o prazo da operação, quais são os tipos de lastro e garantia que estão sendo usados, qual é o volume e o custo das operações, entre outras características.

A metodologia será exploratória e descritiva, utilizando como base as informações coletadas através dos prospectos de cada emissão, documento que possui as características da operação. Espera-se obter informações suficientes para se traçar quais são as características mais recorrentes dentre todas as operações, bem como destacar possíveis pontos fora do padrão.

## 5.1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1.1 Estrutura de Capital

De acordo com Brigham e Ehrhardt (2016), para financiar os projetos de expansão de uma empresa, os gestores financeiros fazem uso tanto de capital próprio, ou seja, o aporte dos acionistas da empresa, como de recursos de terceiros. Trata-se, portanto, de instrumentos de endivida-

mento disponíveis no mercado, como a emissão de títulos. A combinação entre essas duas formas de captação de recursos é a chamada estrutura de capital.

O conceito de estrutura de capital vem desde os anos 1950, com Modigliani e Miller (1958) pontuando que a estrutura de financiamento adotada por uma empresa não impactaria o seu valor, e sim as decisões relacionadas a investimento. Essa teoria deu início a outras vertentes e abriu espaço para discussão acerca de estrutura de capital.

A academia busca identificar os fatores que determinam uma estrutura de capital ótima. O fato é que não há um consenso sobre esse ponto, mas existem teorias amplamente discutidas ao longo dos anos, sendo as principais, segundo Burkowski, Perobelli e Salgueiro Perobelli (2019), as teorias do Trade-Off e Pecking Order.

A Teoria do Trade-Off, vertente iniciada por Modigliani e Miller (1958) pontua que a estrutura de capital balanceia os custos e benefícios do endividamento. A Teoria *Pecking Order*, de Myers (1984) e Myers & Majluf (1984), aponta uma hierarquia que as empresas seguem para compor a estrutura de capital: recursos internos (retenção de lucros), endividamento e emissão de ações.

Com base nessas teorias, é possível compreender que o endividamento é uma parcela relevante na composição da estrutura de capital das empresas e as decisões de financiamento de projetos inevitavelmente passam por esse pilar. Algumas das formas mais comuns de empresas contraírem dívidas é através de empréstimos bancários que, dependendo da análise de crédito realizada pela instituição financeira, pode trazer um alto custo para a empresa, e através de emissão de títulos que trazem benefícios à empresa, como a redução do custo em comparação com um empréstimo, bem como a ausência de necessidade de atrelar garantias, de acordo com a B3, na seção Debêntures (B3, 2021).

### 5.1.2 Títulos ESG no Brasil e no mundo

Os Títulos ESG são instrumentos financeiros utilizados pelas empresas para financiar seus projetos sustentáveis, emitindo títulos de dívida para que os investidores comprem frações da dívida e sejam remunerados

por esse capital investido. A destinação desse recurso captado depende do tipo de título que foi emitido. De acordo com a B3, na seção Títulos Temáticos (B3, 2021), existem quatro tipos de títulos temáticos ESG no mercado: Títulos Verdes (ou *Green Bonds*), Títulos Sociais (*Social Bonds*), Títulos de Sustentabilidade (*Sustainability Bonds*) e os Títulos Vinculados à Sustentabilidade (*Sustainability-Linked Bonds*).

Esses títulos podem ser classificados de duas formas, conforme Relatório disponibilizado pela Sitawi (2021). A primeira categorização se refere aos instrumentos baseados no uso do recurso, ou seja, títulos de dívida que financiam um projeto relacionado a temas ESG, pertencendo a essa categoria os Títulos Verdes, Sociais e de Sustentabilidade. A segunda categorização se refere aos instrumentos baseados em desempenho, no qual o tomador do recurso se compromete a melhorar seu desempenho ESG. Com isso, a principal diferença desses tipos de título é a destinação do recurso: enquanto os títulos baseados no uso de recurso têm destinação específica para financiamento de projetos ESG, os títulos baseados no desempenho não têm destinação específica do recurso, mas ainda assim contribuem para o desenvolvimento do ambiente ESG através das metas atribuídas ao tomador.

De acordo com o portal Capital Reset (2021), para um título ser considerado ESG, é necessário seguir as regras definidas por organizações globais amplamente aceitas no mercado de finanças sustentáveis, como o Climate Bonds Initiative e a International Capital Markets Association (ICMA). Esta última publica periodicamente guias que norteiam as empresas nas emissões de títulos ESG: *Green Bonds Principles*, *Social Bonds Principles*, *Sustainability Bonds Principles* e *Sustainability-Linked Bonds Principles*. Além de seguir esses guias, as empresas buscam revisores que atestam se as regras seguidas pelo título em questão estão de acordo com os padrões globais.

De acordo com Sitawi (2021), um tema que vem sendo amplamente discutido no mercado de capitais é o *greenium*, ou seja, a hipótese de que os tomadores conseguem taxas reduzidas nessa captação ESG em comparação com uma captação-padrão. Apesar de ainda não existirem evidências estatísticas sobre esse ponto no Brasil, por conta da pequena

quantidade de emissões de títulos ESG, a discussão tende a seguir nos bastidores do mercado.

Em relação ao tamanho do mercado de títulos ESG, ainda de acordo com Sitawi (2021), no ano de 2020, foram emitidos no Brasil 38 títulos ESG, sendo 8 deles vinculados a desempenho. Em valores, o mercado de títulos ESG nesse mesmo ano representa USD 5,3 bilhões, sendo 30% desse valor referente aos títulos vinculados a desempenho.

Já levando em conta o mercado global, segundo relatório disponibilizado pelo portal Environmental Finance (2021), no ano de 2020, o mundo emitiu 1.744 títulos ESG, sendo 16 vinculados ao desempenho, o que mostra a relevância do Brasil nessa modalidade de título. Ainda segundo Environmental Finance (2021), em valores, o mercado global emitiu USD 608 bilhões em títulos ESG, sendo apenas USD 8 bilhões em títulos vinculados ao desempenho, o que mostra que globalmente esse tipo de título ainda não tem tanta expressividade.

## 5.2 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, tendo como base Gil (2002), que ressalta os objetivos de uma pesquisa exploratória: (i) proporcionar informações detalhadas sobre um tema, (ii) orientar fixação de objetivos, (iii) dar um novo enfoque a um determinado assunto, (iv) facilitar delimitação de pesquisas futuras.

Tendo a luz o exposto acima, as características dos títulos ESG emitidos por empresas brasileiras no Brasil e no mundo entre 2015 e 2021 serão exploradas ao longo da pesquisa, conforme apresenta a Figura 1.

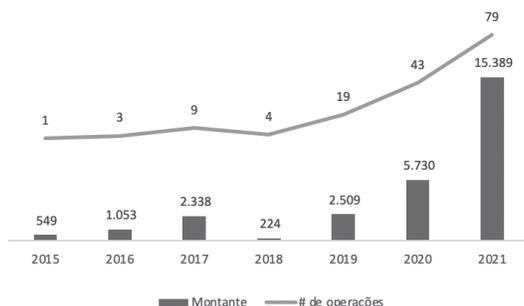
Os dados utilizados no presente artigo foram obtidos junto a algumas fontes públicas recorrentes do mercado de capitais, bem como empresas do setor financeiro focado em impacto social e análise de performance socioambiental. Foram consultados endereços eletrônicos da Brasil, Bolsa e Balcão (B3), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), UQBAR, Sitawi, Resultante ESG e sites de relações com investidores de empresas emissoras de títulos no mercado de capitais nacional e internacional.

## 5. TÍTULOS ESG NO MERCADO NACIONAL

BÁRBARA JORGE NEVES DOS SANTOS · RENATA MENDONÇA DE FAZIO · ÍCARO LUIZ DE SOUSA SILVA  
NEUSA MARIA BASTOS FERNANDES DOS SANTOS

O presente estudo tem como base as informações que são periodicamente consolidadas pela Sitawi, divulgadas na CVM, B3, Anbima e outras fontes do setor.

**Figura 1:** Número e volume de operações ESG de empresas brasileiras entre 2015 e 2021



**Fonte:** B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

Considerando o levantamento das operações de cunho ESG nos últimos anos, a presente pesquisa se debruçará nos documentos de cada operação para que os itens elementares sejam consolidados e expostos, a fim de caracterizar os títulos ESG emitidos por empresas brasileiras no Brasil e no mundo.

A série analisada tem pouco mais de 175 operações ao longo de sete anos (2015-2021).

## 5.3 ANÁLISE DE RESULTADOS

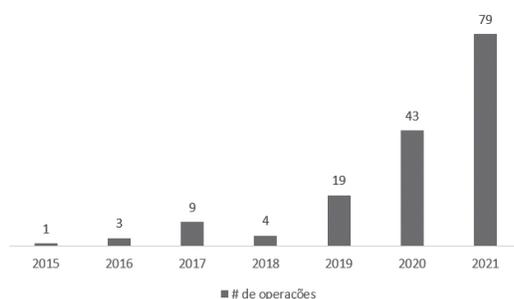
### 5.3.1 Datas das Operações

A base de dados consolidada expõe uma operação ESG por empresa brasileira no ano de 2015. O tema dentro do país estava em seu nascer, sendo que BRF, empresa do setor alimentício já conhecida no mercado de capitais fazia a abordagem ESG com um título verde no mercado internacional.

A partir de então, o país começou a olhar com maior atenção para esse mercado de títulos verdes e o crescimento entre 2015 e 2020 foi considerável, conforme apresenta a Figura 2, com apenas um ano dentre

esse intervalo apresentando queda (2018). Destaque para o recorde de operações em 2020, quando se observa já um alto apelo no mercado de capitais por esse tipo de emissão — considerando o surgimento de fundos específicos para finanças sustentáveis, além de outras iniciativas que buscam fomentar a emissão de títulos ESG.

**Figura 2:** Número de operações ESG de empresas brasileiras entre 2015 e 2021



**Fonte:** B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

### 5.3.2 Emissores

Do total de 178 operações ao longo da série analisada, algumas empresas se destacam na quantidade de emissões de títulos verdes, indicando que é uma fonte considerada para empresas na hora de levantar capital no mercado. No total, 113 empresas acessaram o mercado verde de capitais, com menção especial à Suzano, Klabin, FS Bioenergia, ISA CTEEP e Taesa, que emitiram pelo menos cinco vezes dentro do período analisado, conforme Sitawi (2021).

### 5.3.3 Montante

No que toca ao volume de emissão, a distribuição ao longo dos anos não mostra uma tendência e os valores são heterogêneos — o que pode ser explicado pela entrada de cada vez mais emissores no mercado, fazendo com que haja diversidade no volume dos títulos emitidos.

## 5. TÍTULOS ESG NO MERCADO NACIONAL

BÁRBARA JORGE NEVES DOS SANTOS · RENATA MENDONÇA DE FAZIO · ÍCARO LUIZ DE SOUSA SILVA  
NEUSA MARIA BASTOS FERNANDES DOS SANTOS

**Tabela 1:** Montante emitido em dólar

Métrica/Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Máximo	549,5	700,0	1.000,0	181,3	500,0	750,0	1.570,0
Média	549,5	351,1	259,8	56,0	139,4	133,3	155,4
Mínimo	549,5	61,6	3,2	1,5	4,5	0,2	1,5

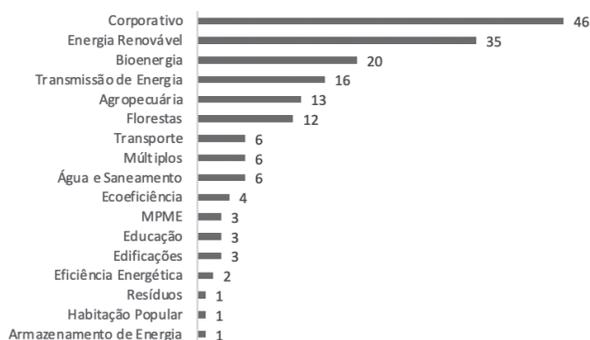
Métrica/Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Máximo	549,5	700,0	1.000,0	181,3	500,0	750,0	1.570,0
Média	549,5	351,1	259,8	56,0	139,4	133,3	155,4
Mínimo	549,5	61,6	3,2	1,5	4,5	0,2	1,5

Fonte: B3, 2021; SITAWI, 2021– Tabela elaborada pelos autores.

### 5.3.4 Destinação de Recursos

Para destinação de recursos, grande parte das emissões estão relacionadas a usos corporativos em um geral, relacionados em si com uma empresa com bases em ESG, e não para usos específicos, conforme apresentado na Figura 3.

**Figura 3:** Destinação de recursos



Fonte: B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

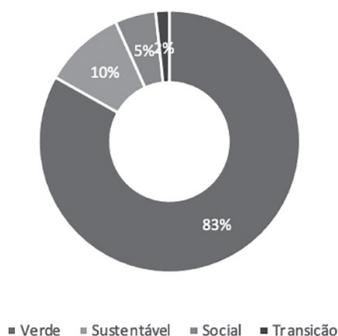
Em geral, as emissões corporativas não representam a primeira emissão de uma empresa, que notadamente precisa se inserir no mercado para mostrar que segue os preceitos ESG, para na sequência fazer uma

emissão menos específica. Outras empresas que não estão diretamente relacionadas com o meio ambiente se utilizam desse tipo de emissão, em especial as relacionadas às metas sociais ou de governança.

### 5.3.5 Tipo de Emissão

Conforme a Figura 4 destaca, grande parte das emissões brasileiras ainda estão concentradas em emissões verdes, sendo que para outras vertentes o crescimento se iniciou a partir de 2018, apenas.

**Figura 4:** Tipo de Título



**Fonte:** B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

Ainda, as duas operações de transição que trazem tal informação para o gráfico acima são de uma única empresa — a Eneva, do setor petrolífero, e é relacionada com infraestrutura para energia térmica, com potencial para redução de gases agressores da atmosfera, sendo classificada como transição, uma vez que a matriz energética da Eneva está relacionada com petróleo.

### 5.3.6 Duration

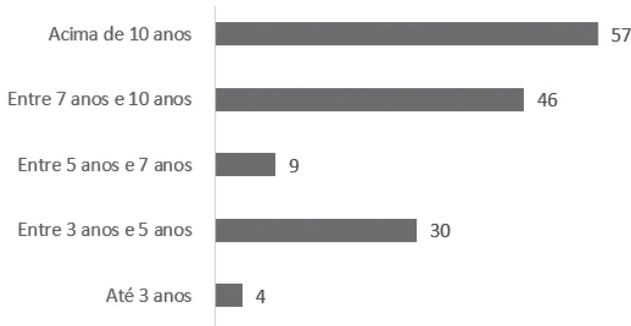
Conforme ilustrado na Figura 5, os títulos emitidos são, em sua maior parte, de longo prazo, considerando que financiam projetos de longo prazo ou metas a serem desenvolvidas durante um horizonte de tempo maior. Os títulos com prazo menor estavam relacionados com projetos sociais

## 5. TÍTULOS ESG NO MERCADO NACIONAL

BÁRBARA JORGE NEVES DOS SANTOS · RENATA MENDONÇA DE FAZIO · ÍCARO LUIZ DE SOUSA SILVA  
NEUSA MARIA BASTOS FERNANDES DOS SANTOS

ou títulos SLB, que também não possuem um projeto a ser financiado ou podem estar relacionados com empresas já estabelecidas no mercado ESG.

**Figura 5:** *Duration* dos títulos



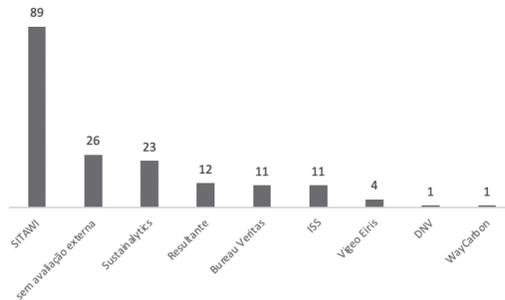
**Fonte:** B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

### 5.3.7 Entidade avaliadora dos critérios ESG

No Brasil e no Mundo, os investidores ou possuidores de recursos usualmente solicitam que uma empresa especializada em finanças verdes certifique a emissão ou empréstimo de uma empresa, para que possa haver uma opinião de especialista no tema e validar a tese de investimentos.

A Figura 6 mostra a quantidade de títulos classificados por cada entidade avaliadora no Brasil no período analisado.

**Figura 6:** Quantidade de títulos classificados por entidades avaliadoras



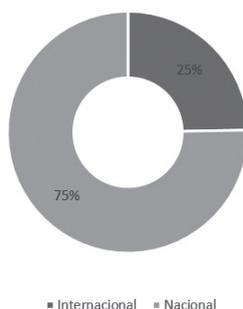
**Fonte:** B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

Conforme mostra a Figura 6, a Sitawi é a empresa que concentra a maioria das avaliações das emissões ESG para com as empresas emissoras brasileiras, sendo que outro ponto a ser chamado atenção é a falta de avaliação para algumas emissões — que estão classificadas como empréstimos. Nesse sentido, potencialmente os investidores e/ou detentores de recurso devem possuir maneira própria de verificação dos critérios ESG.

### 5.3.8 Mercado de Emissão

Do ponto de vista do local onde o recurso incentivado está sendo buscado, temos uma concentração relevante no mercado nacional, conforme apresentado na Figura 7. O mercado nacional começou a ser destaque para busca de recursos a partir de 2016.

**Figura 7:** Mercado de emissão

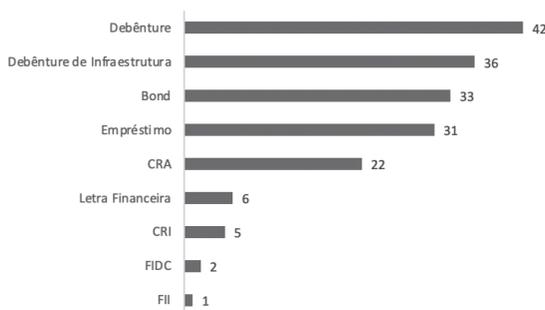


**Fonte:** B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

### 5.3.9 Tipo de Instrumento

Conforme é elucidado na Figura 8, as debêntures, emitidas por sociedades anônimas nos termos da “Lei das S.A.”, Lei nº 6.404/1976, são os títulos mobiliários que mais concentram a usabilidade para emissão de títulos verdes — com investimentos pouco menos tradicionais no mercado de capitais brasileiros como fundo de investimentos imobiliários e em direitos creditórios (FII e FIDC, respectivamente).

**Figura 8:** Tipo de instrumento usado na emissão verde



**Fonte:** B3, 2021; SITAWI, 2021 – Gráfico elaborado pelos autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de explorar e estudar a evolução das opções de instrumentos financeiros disponíveis no período de 2016 a 2021 para atender a demanda de capital para o atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Paris e mobilizar investimentos em atividades com características ambientais e climáticas positivas, os chamados Títulos Verdes (*Green Bonds*) ou Títulos ESG foi cumprido através da análise de 178 operações de Títulos Verdes. Com os resultados deste estudo, foi possível identificar grandes oportunidades de emissão de títulos ESG no Brasil, uma vez que uma das metas acordadas para o Brasil no Acordo de Paris está relacionada ao uso de terra, que está diretamente correlacionada ao agronegócio, mercado esse que representa mais de  $\frac{1}{4}$  do PIB brasileiro (26% em 2020). Nesse sentido, os dados obtidos apontam que o Brasil apresenta grande e ascendente representatividade na emissão de títulos ESG.

Além disso, o fato de os títulos ESG estarem disponíveis no mercado de capitais é muito positivo, considerando que a empresa que escolhe captar por essa fonte observa custos relativamente menores que o *spread* tradicional cobrado pelos bancos.

Como sugestão para futuros estudos, os autores propõem investigar as principais dificuldades apontadas pelas entidades para a manutenção dos níveis de governança requeridos para a captação de recursos através da emissão de títulos ESG.

B3. **Títulos Temáticos ESG**. 2021. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/green-bonds/](https://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/green-bonds/). Acesso em: 22 abr. 2023.

B3. **Debêntures**. 2021. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/debentures.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/debentures.htm). Acesso em: 22 abr. 2023.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522124008>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BURKOWSKI, E., PEROBELLI, F.; SALGUEIRO PEROBELLI, F. Efeito setorial da intermediação financeira na dinâmica da estrutura de capital. **Economia Aplicada**, <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/150878> v. 23, n. 3, p. 177-210, 2019. Acesso em: 22 abr. 2023

CAPITAL RESET. **O que são os green bonds?: O ABC da dívida ESG**, 2021. Disponível em: <https://www.capitalreset.com/o-que-sao-os-green-bonds-o-abc-da-divida-esg/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016**, 2016. Disponível em: <https://cebds.org/publicacoes/guia-para-a-emissao-de-titulos-verdes-no-brasil/#.Ybf9373MI2w>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ENVIRONMENTAL FINANCE. **Sustainable Bonds Insight 2021**, 2021. Disponível em <https://www.environmental-finance.com/assets/files/research/sustainable-bonds-insight-2021.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

## 5. TÍTULOS ESG NO MERCADO NACIONAL

BÁRBARA JORGE NEVES DOS SANTOS · RENATA MENDONÇA DE FAZIO · ÍCARO LUIZ DE SOUSA SILVA  
NEUSA MARIA BASTOS FERNANDES DOS SANTOS

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. The cost of capital, corporation finance, and the theory of investment. **American Economic Review**, v. 48, n. 3, p. 261-297, 1958.

MYERS, S. C. The capital structure puzzle. **Journal of Finance**, v. 39, n. 3, p. 574-592, 1984. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6261.1984.tb03646.x> . Acesso em: 22 abr. 2023

MYERS, S.; MAJLUF, N. Corporate financing and investments decisions when firms have information that investors do not have. **Journal of Financial Economics**, v. 13, n. 2, p. 187-221, 1984. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0304405X84900230> Acesso em: 22 abr. 2023.

SITAWI. **Tendências de Finanças Sustentáveis no Brasil para 2021**. 2021.

## **Gestão rural — abordagem sobre a estrutura das pequenas propriedades rurais no estado de São Paulo**

### **Resumo**

*Buscando retratar a realidade rural do estado de São Paulo, tomando por base as pequenas e médias empresas rurais, ratifica-se a informação de que em sua maioria trata-se de estruturas geridas na condição de pessoa física sem a devida estrutura necessária à condução de um negócio. Com isso, este trabalho objetivou demonstrar a importância do controle sistemático dos processos, informando quanto aos principais custos e como os pequenos e médios proprietários rurais operam de forma a obter seus resultados. Demonstrando uma realidade ainda precária em termos de controle e gestão, confirmou-se ao longo do desenvolvimento desse tema que o segmento rural tem muito a desenvolver na busca por um modelo aplicável ao negócio rural. A necessidade se faz presente, uma vez que o estado tem registrado 340 mil unidades de produção rural, sendo em sua maioria pequenas propriedades de até 20 hectares, conforme relatório da CATI/CDRS, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Verifica-se ainda bastante rudimentar os controles, sendo que o principal deles, feito pelo próprio produtor rural, se dá por meio das anotações de gastos, e sua apuração, bastante prejudicada, despreza os principais conceitos de controle, importantes à real apuração dos valores de custos, à formação do preço, à boa gestão e, por fim, à obtenção da sustentabilidade e à manutenção do homem no campo. Por meio de pesquisa bibliográfica, foi possível coletar materiais atualizados retratando o cenário rural paulista, contribuindo para o fortalecimento de medidas que venham a contribuir para a continuidade do negócio rural familiar, indicando pontos a serem trabalhados nesse importante segmento da economia.*

**Palavras-chave:** custos; agricultura; sustentabilidade.

# **Gestão rural – abordagem sobre a estrutura das pequenas propriedades rurais no estado de São Paulo**

Sergio Luiz de Oliveira  
José Roberto Securato  
Mario Heimer Florez Guzmán

## **INTRODUÇÃO**

Conceitos amplos em termos de controle, nos diversos segmentos da economia, foram desenvolvidos buscando a otimização dos resultados das operações, nas práticas variadas de negócios. Em verdade, nota-se, ao observar cada atividade em cada um dos segmentos da economia, e aqui utiliza-se a definição genérica subdividida em quatro (Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços), que a modelagem de custos e procedimentos se transformam com o objetivo do atendimento pleno, na busca pelo melhor modelo de controle.

No segmento rural, muito também se desenvolveu em termos de controle, atingindo principalmente as grandes propriedades rurais, ainda que administrada diretamente por pessoa física e por grandes negócios rurais empresariais, ligados muitas vezes à sua continuidade industrial.

Para os pequenos negócios rurais, o desenvolvimento de controles se torna árduo, tendo em vista a falta de estrutura necessária à implantação de controles mais elaborados, à falta de conhecimento técnico para apuração dos dados e ainda à falta de tecnologia requerida para o uso das ferramentas de controle.

Na contramão dessa situação, encontra-se o produtor rural, que busca alternativas para manter o controle maior de seus gastos, visando à melhoria da rentabilidade do negócio rural, uma vez que ele enfrenta a competitividade crescente com o aparecimento de inúmeras alternativas de produção rural.

Assim, este estudo enfocou o retrato da situação dentro do estado de São Paulo, analisando as alternativas de custeio presentes e sua aplicação aos pequenos negócios, dentro das possibilidades de simplificação de procedimentos, visando à adoção de maior controle.

Elucida-se neste estudo que o produtor rural, em sua maioria retratado como simplesmente produtor rural, refere-se ao trabalho exercido pela pessoa física, que mantém a propriedade sem necessariamente constituir uma empresa rural para esse fim. Vale-se dos benefícios impostos pelas regras do imposto de renda, sem as obrigações inerentes às empresas rurais devidamente constituídas como pessoa jurídica.

## 6.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Como afirma Marion (2012), para se evidenciarem os resultados, o produtor rural deve manter os controles por meio da adoção da contabilidade rural, demonstrando o desempenho do negócio rural. Além disso, a contabilidade traz subsídios, guiando o produtor rural no dia a dia.

Com essa afirmativa da necessidade de maior controle, verifica-se ser fundamental a qualquer negócio a aplicação de metodologia e controle, imaginando ser sempre a forma esperada para obtenção e conhecimento do real resultado das operações. Nesse mesmo sentido, Marion e Segatti

(2010) afirmam que, para ter sucesso, o empresário rural necessita das premissas básicas da administração, que são: planejar, organizar, dirigir, controlar e se informar.

Contrário aos conceitos mencionados pelos autores, o empresário rural, na prática de suas atividades, opera de forma pragmática e sem critérios técnicos desenvolvidos em estudo, mas sim por seu conhecimento prático. Assim, passa a operar sem ao certo conhecer os custos incorridos de sua prática, deixando de saber, ao final da operação, seu real resultado.

Segundo Dalmolin e Silvério (2011, p. 4):

A Contabilidade vem como um meio de se proteger dos seus riscos a que o produtor rural está exposto. A contabilização dos registros, e os relatórios gerados através dos fatos ocorridos, podem influenciar muito na análise e na tomada de decisão. O que se espera da Contabilidade é isso, gerar informações úteis e relevantes, para fornecer segurança ao usuário.

É fundamental o conhecimento do negócio, o conhecimento dos riscos incorridos no negócio e o efetivo controle das atividades na busca pelo maior controle e gestão. Além disso, cabe esclarecer que o conhecimento e o controle não levam somente ao melhor resultado para a propriedade, mas para toda a sociedade, uma vez que com controles ajustados é possível atribuir preço justo ao produto, beneficiando a sociedade como um todo.

Nesse sentido, afirma Arbage (2003) que, à medida que se conhece o negócio, os produtores podem vir a ter menor custo na produção, possibilitando preços mais baixos, contribuindo inclusive para o controle inflacionário.

Para tanto, sabe-se que a formação do preço dos produtos agrícolas não depende exclusivamente dos custos inseridos na produção de cada cultura, mas da combinação de uma série de fatores, internos e externos que acarretam efeito sobre o preço. Dentre os fatores internos, destacam-se os custos da terra, o preço da mão de obra envolvida, a tecnologia empregada e os insumos utilizados na produção agrícola, que dependem de fatores internos e externos.

O preço da água ou a qualidade do solo determinará o custo do produto. Quanto ao solo, se haverá ou não a necessidade de ajuste da terra para o plantio, este será impactado pelo preço de corretivos. No caso da água, há a possibilidade de uso desse recurso disponível na terra ou a utilização de rede de fornecimento externo.

Sobre os fatores externos, pode-se dizer que o preço do produto terá grande distorção a depender de preços do calcário, de adubos, de defensivos, da própria água e ainda da logística. Nesse sentido, destacam Godinho *et al.* (2002) sobre a dificuldade de atribuir um custo padrão ao produto devido às peculiaridades de cada propriedade, como topografia, fertilidade dos solos, equipamentos, tecnologia, área etc.

Na mesma linha, afirmam Godinho *et al.* (2002) que, em consequência dessas especificidades, a composição dos fatores de produção se diferencia, inclusive de uma região para outra, resultando em custos de produção maiores em uma propriedade em relação à outra e em uma região em relação à outra.

Os aspectos logísticos são impactantes e primordiais para a formação do preço e escoamento da produção. Muitas vezes, a depender da região em que está localizada a propriedade rural, a produção de determinada cultura torna-se inviável.

Vários são os aspectos a serem tratados, como já comentado. No entanto, é importante dizer que ao produto rural ou outro empreendedor, na gestão de seu negócio, cabe o conhecimento amplo do negócio. Nesse sentido, quanto mais informações tem o gestor, maior a chance de acertos na condução. Levando-se em consideração que a formação do preço depende de vários fatores, o detalhamento e o conhecimento de cada um trarão a clareza do processo e a compreensão das limitações.

### **6.1.1 Custos logísticos**

Quando se aborda a produção rural, um dos pontos primordiais para a viabilidade do negócio é a localização da propriedade. Isso porque vários fatores influenciarão a rentabilidade e conseqüentemente a continuidade do negócio.

Há grande ganho e maior vantagem competitiva quando há aplicação de conceitos de uma logística eficiente, principalmente quanto à agilidade, permitindo a expansão de atuação (CARVALHO, 2002). O gestor, na busca por alavancar os resultados de seu negócio, deve ter foco especial na análise logística e de seus custos para a avaliação de alternativas viáveis (FARIA; COSTA, 2012).

Padoveze, Takakura e Franco (2013) informam que, dentro de um quadro logístico, os dois pontos que mais se destacam são armazenagem e transporte, destacando a alocar materiais para produção e distribuição, assim como o transportar para distribuição.

No caso do produto rural, tanto a produção quanto a distribuição demandam estrutura e custo que podem comprometer a lucratividade, já que a armazenagem própria, tendo em vista o tipo do material utilizado, deve ser estruturada preservando suas características. Quanto à logística de transporte, a depender da região localizada e da estrutura industrial e/ou comercial da região, haverá grande dificuldade de mobilização.

### **6.1.2 Custo de produção: a melhor escolha**

Procedendo com o levantamento dos dados para a produção, o produtor rural busca a otimização de sua produção, por meio do uso do espaço físico denominado nessa oportunidade de propriedade rural. Ao fazer o levantamento, vale ressaltar a importância do destaque do custo da terra, inserido no cômputo dos dados e na combinação dos fatores que levarão à maximização dos resultados para o atingimento da situação “ótima” esperada.

A escolha do produto a ser trabalho vincula-se aos fatores anteriormente mencionados, quais sejam: armazenamento e transporte. Esses dois fatores, principais dentro do custo logístico, têm vinculação restrita tendo em vista os seguintes fatos:

- Região da produção.
- Procura pelo produto.
- Capacidade de produção e distribuição.
- Capacidade de armazenamento.

Assim, a escolha do produto deveria ser algo amplamente estudado, com pesquisa de mercado e análise dos demais fatores já detalhados. No entanto, sabe-se que a escolha passa pelo critério pessoal, empírico e intuitivo, variando conforme o nível de conhecimento. Nesse sentido, dois outros aspectos são importantes e destacam-se neste momento:

- Análise climática e peculiaridades da propriedade rural: Esse fator, importantíssimo, relaciona-se com a quantidade e a qualidade da produção, tendo em vista necessitar de aspectos como frio ou calor e água.
- Carência do produto no mercado: essa escolha, muitas vezes motivada por um momento de escassez, faz com que os produtores rurais optem por produzir algo que foge ao conhecimento técnico que eles detêm visando a grandes ganhos, considerando o preço de mercado que vem sendo praticado.

Por fim, dentro dos aspectos que envolvem a rentabilidade, um fator muito comum toma especial atenção de todos os segmentos de mercado, no entanto, o segmento rural é o grande penalizado. Em muitas situações, principalmente dentre os produtos agrícolas mais comuns de mercado, o preço final do produto é estabelecido pelo mercado, ou seja, ainda que para a produção de determinado item o custo tenha sido elevado, este não poderá ser repassado ao preço, tendo em vista a não aceitação pelo mercado, fazendo com que a produção fique parada, prejudicando o produtor, que necessita do giro da produção para a continuidade de seu negócio rural.

Nesse entendimento, descreve Menegatti (2006) que conhecer os custos de produção é fundamental para que o produtor agrícola possa tomar a decisão sobre a melhor combinação de culturas, além de indicar o sistema de produção mais adequado para cada situação, possibilitando avaliar não somente a rentabilidade da produção, mas também a sustentabilidade do empreendimento.

### **6.1.3 Custo de oportunidade**

Em uma visão mais técnica da área agrícola, uma nova definição com relação a custo de produção tem grande utilidade na busca pela facilitação

e escolha de um modelo que viabilize o levantamento das informações, a correta alocação e a melhoria dos processos dentro das propriedades rurais. Trata-se da definição de custos explícitos e custos implícitos.

Essa mensuração de custos agrícolas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2007), traz essa perspectiva dos custos explícitos e dos custos implícitos, sendo que os custos explícitos têm seus valores mensurados de forma direta e são determinados de acordo com os preços praticados pelo mercado, sendo esses os custos desembolsados pelo agricultor no decorrer de sua atividade produtiva, o que inclui as sementes, fertilizantes, agrotóxicos, mão de obra temporária, serviços de máquinas e animais, juros, impostos e outros.

Quanto aos custos implícitos, conforme a Conab (2007), eles não são diretamente desembolsados no processo de produção e incluem a remuneração de fatores e recursos disponíveis aos quais devem ser atribuídos preços. Nesse sentido, a aplicação de seus custos será indiretamente vinculada e representa o custo de oportunidade de seu uso.

Nessa categoria, enquadram-se os gastos com amortização de benfeitorias, instalações, máquinas e implementos agrícolas, e a remuneração do capital fixo e da terra. Na abordagem da Conab, há dois enfoques do custo de oportunidade: a) os custos explícitos são representados pelo preço de mercado; e, b) os custos implícitos são mensurados a partir da utilização dos insumos.

Embora se possa pensar que contadores não efetuam tais registros, verifica-se somente a diferenciação da abordagem, tendo em vista que a remuneração do capital e do trabalho se dá na condição de margem de ganho sobre a produção. Assim, estima-se o custo de oportunidade pela utilização dos recursos de formas diferenciadas, senão aquelas aplicadas à produção agrícola em si.

Quando se discute custo de oportunidade, vem à mente sempre a busca pelo melhor resultado possível com a utilização dos recursos disponíveis. Assim, aplicar recursos na produção rural ou em uma alternativa que torne viável seu uso é uma decisão que deve ser tomada pelo gestor.

Oliveira (2014) contribui com seu entendimento de que a teoria da decisão se refere à forma como as escolhas devem ser feitas diante de

alternativas, com base na decisão racional. Informa ainda que, em virtude de críticas, outros modelos vêm sendo propostos, mas a análise decisória com base no pensamento racional fornece *insights* valiosos, contribuindo para a diminuição de riscos.

A ideia do risco está sempre presente na vida do gestor relacionado às atividades agrícolas de um modo geral, dadas as incertezas presentes envolvendo aspectos econômicos, culturais, climáticos e de mercado.

#### **6.1.4 Sazonalidade como aspecto decisório**

Muitos são os fatores que condicionam a determinação da criação de uma produção sazonal ou não. Aspectos como clima, cultura, políticas e outros fatores têm preponderância sobre as decisões do empreendedor rural.

Nessa mesma linha afirmam Pino *et al.* (1994) que tais movimentos decorrem normalmente das variações climáticas relacionadas às estações do ano, ou a fatores culturais relacionados ao calendário. Este último tem implicação com os fatores de produção, com o produto e com os custos de oportunidade das máquinas e equipamentos.

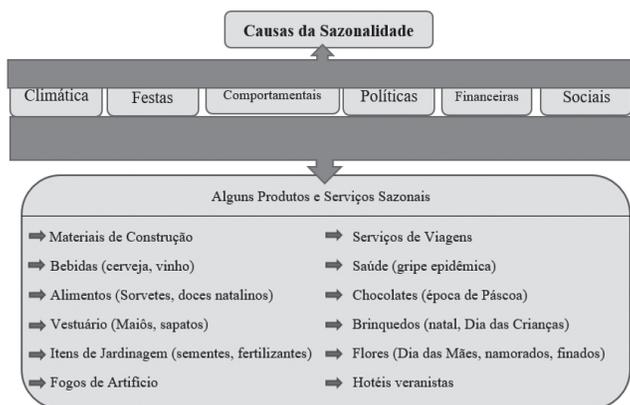
Assim, estando ou não o produto dentro das condições de produção que envolvem a sazonalidade, esse fato interferirá na programação de produção, na estruturação e orçamentação da produção e no planejamento de modo geral. A depender da cultura que se estabelece como ideal, um fator importante a ser relatado é a programação para envolvimento e mão de obra, primordial para algumas culturas em que envolvem grande volume de trabalho.

Seguindo o comentário, pode-se citar a cultura do café, que tem colheita estimada para ocorrer no início do inverno. Essa característica, chamada de sazonalidade, é determinada basicamente do comportamento dos preços desses produtos.

De acordo com Azevedo (1997), o cafeicultor pode armazenar seu café, mas essa é uma atividade custosa. Possivelmente, sua capacidade de armazenagem é limitada, de tal modo que é necessário desfazer-se de parte da produção. Além do custo direto da armazenagem, há o custo financeiro de imobilizar-se o capital em estoques. O cafeicultor que não transforma sua colheita em dinheiro está abdicando da taxa de juros que

o valor da colheita poderia receber no mercado financeiro. Na figura abaixo, ficam demonstrados os aspectos que influenciam a sazonalidade.

**Figura 1:** Análise das Causas de Sazonalidade



Fonte: Slack et al, adaptado pelos autores.

## 6.2 METODOLOGIA

Para este artigo, buscou-se levantar os principais aspectos que afetam a apuração dos custos da propriedade rural, mas, mais que isso, os critérios ou procedimentos a serem tomados para que o negócio rural tenha efetivo resultado.

Assim, a pesquisa contou com publicações acerca do assunto, levantando dados mais atualizados sobre o panorama da estrutura agrária e agrícola paulista, sua caracterização e demais aspectos relevantes que demonstram a importância de estudos relacionados com o tema, como base de contribuição para o desenvolvimento de metodologias visando ao atendimento desse importante segmento da economia.

Segundo Dmitruk (2012), a pesquisa bibliográfica é o conjunto de procedimentos, com a finalidade de coletar, analisar e sintetizar conteúdos teóricos sobre determinado assunto, elaborando um trabalho o estudo em questão.

No entanto, comenta o mesmo autor que a revisão bibliográfica é constituída por quatro tópicos: levantamento bibliográfico, quando se

coletam obras conforme o tema escolhido; lê-se o material; registram-se e documentam-se os tópicos analisados; e por fim, fundamenta-se a pesquisa, momento em que se colocam as ideias no papel, em forma de textos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva. Segundo Andrade (2004), nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador altere os dados, mas tão somente retratando o assunto sem a real interferência.

Para Gil (2002), a pesquisa descritiva é caracterizada por possuir objetivos bem-definidos, procedimentos formais, bem-estruturados e dirigidos para uma solução de problemas ou avaliação de alternativas de curso de ação.

Para tanto, a proposta inicial está baseada no levantamento dos dados, sendo a proposta de relatar os aspectos relevantes para a obtenção dos resultados positivos no desenvolvimento das atividades, retratando os diversos aspectos que interferirão na condução do negócio.

## **6.3 ANÁLISE DOS DADOS**

### **6.3.1 Retrato da estrutura rural paulista**

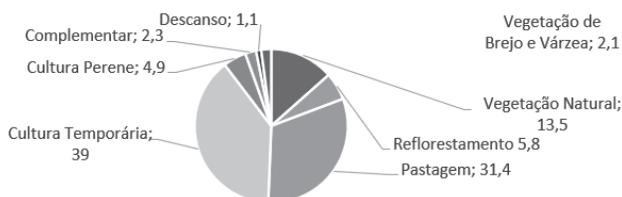
Como amplamente comentado e conhecido no que se refere ao mundo do campo quando se aborda a estrutura voltada à agricultura e à pecuária no estado de São Paulo, o território paulista é ocupado em boa parte por pequenos produtores rurais. Dentre os pequenos produtores, a grande maioria atua e é classificados como agricultor familiar.

Característico desses produtores é o emprego essencialmente por membros da própria família, sendo que a renda produzida é gerada pelas atividades da propriedade rural. Há também o entendimento da diversificação de sua produção, buscando não somente a geração de renda, mas a produção de alimento para sua sustentabilidade.

Sendo os produtores responsáveis por grande parte do alimento que se produz no âmbito do estado de São Paulo, o estado tem, em sua plenitude de áreas cultiváveis uma gama de produtos, tornando o estado suficiente em produção de diversos alimentos.

A Figura 1 demonstra a diversificação no uso das terras do estado, conforme levantamento feito pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CATI/CDRS). O estudo foi realizado no ano de 2019.

**Figura 1:** Mapa de Utilização do Solo

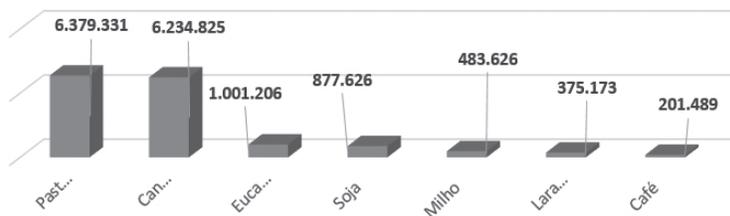


**Fonte:** Ocupação do Solo no Estado de São Paulo (LUPA, 2019).

Do total da área abrangida e caracterizada por área destinada às atividades agrossilvipastoril, segundo Brunelli Junior *et al.* (2021), totalizam 154.093 de hectares de terras cultiváveis.

Esse total segue distribuído entre as culturas cultivadas e as terras preparadas para pastagens, com vistas à criação de animais, além daquelas relacionadas às atividades de extração, apresentadas na Figura 2:

**Figura 2:** Utilização do Solo – em hectares

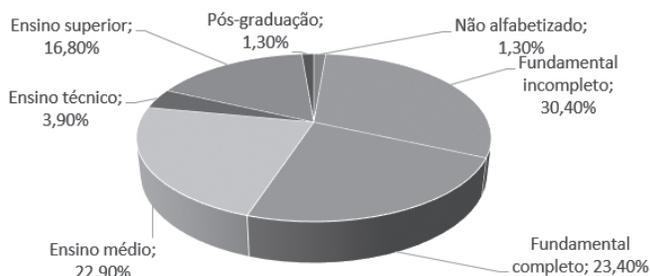


**Fonte:** Principais atividades agropecuárias no Estado de São Paulo (LUPA, 2019).

Fator impactante quando se cita a orientação técnica e a escolha e gestão diz respeito ao entendimento das complexidades que envolvem os processos de gestão de uma propriedade rural. Os conceitos fundamentais a serem aplicados, na tentativa de que sejam abrangidos todos os aspectos de custos relacionados nos tópicos anteriores, podem ser alcançados por meio do envolvimento e aprofundamento do conhecimento do negócio.

Nesse sentido, é fundamental que se tenham condições de receber informações técnicas e condições de análise dos fatores primordiais para a tomada de decisão. Buscando retratar esse aspecto e em levantamento efetuado pela pesquisa comandada por Brunelli Junior *et al.* (2021), verificou-se uma distribuição da escolaridade dos produtores no estado com diferenças importantes a serem relatadas, conforme Figura 3:

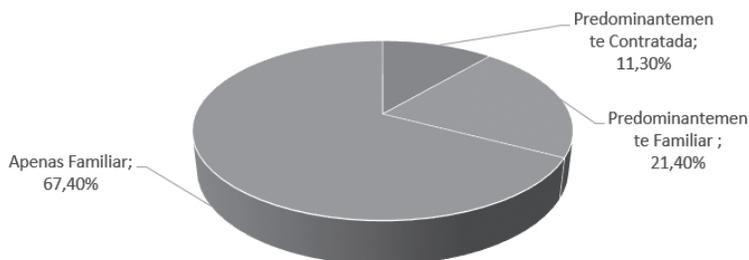
**Figura 3:** Escolaridade dos Produtores Rurais Paulista



**Fonte:** (BRUNELLI JUNIOR *et al.*, 2021).

Ainda com relação à pesquisa comentada, nota-se que a condição de estrutura familiar, visando à criação de alternativa de rendimento e sua subsistência é predominante, como se pode verificar na Figura 4:

**Figura 4:** Diagnóstico da Mão de Obra



**Fonte:** (BRUNELLI JUNIOR *et al.*, 2021).

Verifica-se, pela análise dos dados, que a cultura temporária, ou seja, aquelas culturas que necessitam de replantio quando finalizada sua fase de colheita, tem um percentual das áreas em 39% do total. São nessas áreas que o planejamento e os gastos inseridos no processo são revisados de tempos em tempos, o que em tese necessita de análise e planejamento.

Cruzando essa informação com as trazidas na Figura 03, que demonstra a escolaridade, temos que mais de 55% das propriedades são ocupadas por produtores com nível de escolaridade distribuídos em não alfabetizados, fundamental incompleto e fundamental completo.

Com isso, imagina-se um cenário que necessitaria de investimento na intensificação da assistência técnica voltada aos pequenos proprietários rurais ou, ainda, ao aprimoramento técnico dos envolvidos a fim de levar o conhecimento, buscando a disseminação do entendimento da importância do planejamento e o crescimento por meio da educação.

### **6.3.2 Informatização das propriedades rurais**

Em todos os segmentos da economia, os meios de comunicação devem caminhar juntos para trazer a melhoria dos processos produtivos, a busca por alternativas de comercialização, a melhoria contínua da rentabilidade e a sustentabilidade das estruturas rurais. Em todas as pesquisas realizadas no estado de São Paulo, com o propósito de conhecer a realidade dos produtores, buscando auxiliar o setor por meio do uso da tecnologia, depara-se com uma realidade bastante distinta dos centros urbanos.

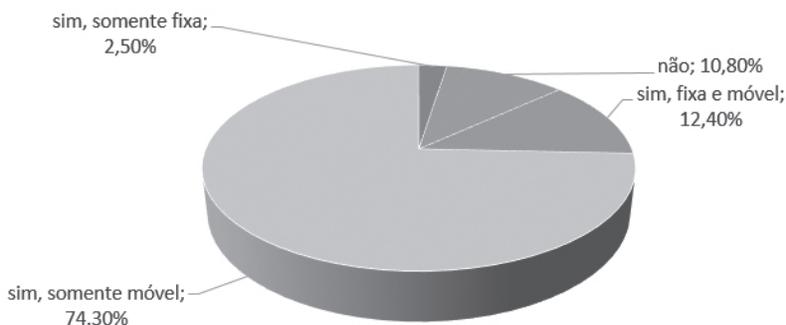
Conforme informações constantes no portal da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-SP) (FAESP; SENAR, 2021), é possível observar essa realidade:

De acordo com um estudo realizado pela Esalq/USP, a adoção de métodos mais tecnológicos no campo poderia trazer mais de R\$ 100 bilhões, até 2026, para o valor da produção agrícola no Brasil. Isso indica que tornar o trabalho mais digital pode ser uma medida necessária para assegurar o aumento da produtividade, a redução dos custos e a oferta de alimentos com qualidade.

Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de trabalhos relacionados à tecnologia com o intuito de alcançar os objetivos maiores do setor. O desenvolvimento, o crescimento e a melhoria da rentabilidade e qualidade estão intimamente associados ao envolvimento dos produtores com a tecnologia. Pensar nas possibilidades de alcance de informação técnica, visando ao aprimoramento dos processos e à troca de informações, nos leva à melhoria consequente da qualidade do produto e por fim da rentabilidade esperada.

Destacando os aspectos de comunicação existentes no mercado, nos depararemos com situações ainda piores. Com relação à telefonia, conforme estudo elaborado pela CATI/CDRS, verifica-se que 10,9% das pequenas propriedades rurais do estado de São Paulo não têm sinal de telefonia, dificultando a interação externa e impossibilitando a agilização de processos imprescindíveis ao bom andamento dos negócios. Com relação à telefonia, seguem ainda as demais informações apresentadas na Figura 05:

**Figura 5: Sistema de Telefonia**

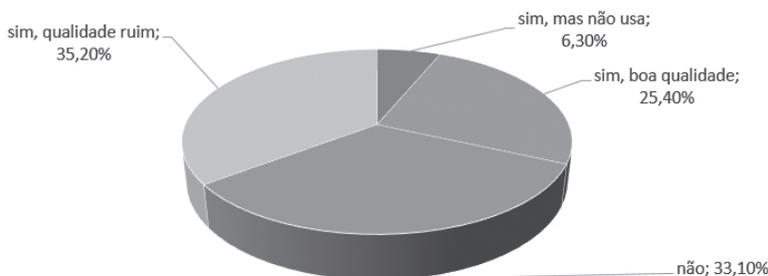


**Fonte:** (BRUNELLI JUNIOR *et al.*, 2021).

Verifica-se a inversão no uso do tipo de telefonia, afetando diretamente o meio rural, o que corresponde a aproximadamente 75% do total das propriedades. Esse fator é importante, uma vez que a telefonia móvel, em termos de acesso e comunicação, é muito mais efetiva que a fixa.

Outro fator importante diz respeito à utilização de somente telefonia fixa, que ocupa a margem de 2,5% da totalidade envolvida no estudo. No entanto, cabe destaque o fato de que 10,80% da totalidade das pequenas propriedades rurais paulista não têm disponível nenhum tipo de telefonia.

Trata-se aqui de algo grave e impeditivo ao progresso do negócio, tendo em vista seu isolamento em termos de comunicação, o que prejudica não somente a comunicação em si e a questão de segurança, mas a evolução da qualidade do negócio, do produto ofertado e da possibilidade de criar oportunidades para negociação, contribuindo para a rentabilidade da propriedade. Ainda com relação à disponibilização e ao uso da internet, apontam os estudos apresentados na Figura 6:

**Figura 6:** Sistema de Comunicação — Internet

Fonte: (BRUNELLI JUNIOR *et al.*, 2021).

Na contramão do dado de telefonia móvel, o uso da internet apresenta uma informação alarmante. Do total dos participantes na pesquisa, 33,10% não têm acesso à internet. Esse fato contribui para fatores como a não utilização de telefonia, isolando a propriedade rural das informações e do mercado.

Outro fator que tem se apresentado como um problema diz respeito à qualidade da internet. Se problemas existem nos centros urbanos da maioria dos estados brasileiros, no campo essa situação é ainda pior. Na Figura 6, observa-se que 35,20% utilizam a internet e têm disponibilidade de sinal, porém com qualidade ruim.

Somando-se aos 33,10% que não utilizam a internet, temos 6,30% que, embora tenham internet de qualidade, não utilizam. Nesse sentido, a informação, o treinamento e a aproximação das entidades de ensino, pesquisa e demais organizações têm um papel importantíssimo no processo de difundir a importância do uso dessas ferramentas, como forma de obter melhores resultados em um cenário já bastante competitivo.

### 6.3.3 Formas de controle de custos – gestão

Conclui-se a pesquisa com análises de informações com relação aos controles, à forma, e aos resultados obtidos, adotando-se o modelo utilizado. Sabe-se que a propriedade rural sempre tem uma forma de controle, ainda que rudimentar em comparação às tecnologias disponíveis hoje no mercado.

Favato e Nogueira (2016) informam que habitualmente os produtores rurais, familiares ou não, não utilizam controle de custos no processo produtivo e comercial, fazendo com que se perca o registro e o conhecimento do negócio rural, além de provocar a perda da possibilidade de melhores rendimentos.

Nessa linha, Santos (2018) informa que a experiência no campo faz com os produtores rurais utilizem o próprio conhecimento para esse fim, afixando na sequência o resultado da pesquisa, conforme a Tabela 1:

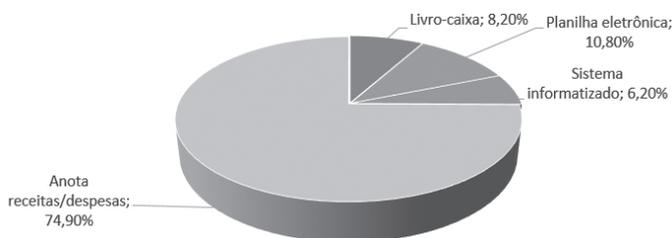
**Tabela 1:** Definição do preço de venda

Definição do preço de venda	Frequência	Porcentagem
Oferecido por cooperativas	3	4,62%
Informado por sindicatos	0	0
Oferecido pelo mercado	57	87,69%
Definido pelo produtor	5	7,69
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100</b>

Fonte: (SANTOS, 2018).

No cruzamento dessa informação com as informações apuradas na pesquisa realizada pela CATI/CDRS, verifica-se um cenário que demonstra conformidade. A princípio, tem-se a informação com relação à apuração do custo de produção, conforme demonstrado na Figura 7:

**Figura 7:** Custo de Produção – Forma de Apuração



Fonte: (BRUNELLI JUNIOR *et al.*, 2021).

Do cenário demonstrado no gráfico acima, verifica-se que 74,90% fazem anotações em caderno. As anotações são uma forma de estabelecer regra e desenvolvimento do conhecimento, mas nem sempre contribuem para a apuração real dos custos e a formação do preço, como se viu na Tabela 1.

Esse cenário, demonstrado na Figura 7, trata do detalhamento de 57,5% do total dos pesquisados, sendo que 42,5% excluídos desse detalhamento não fazem nenhum tipo de controle.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, no levantamento efetuado e na análise conjunta dos fatos, grande coerência na pesquisa e uma gigante incoerência no que diz respeito aos procedimentos adotados pelos produtores rurais e ao modo como eles vêm lidando com as questões relacionadas à gestão da propriedade rural.

Em âmbito urbano, esse fato assemelha-se à sobrevida das empresas e ao esforço de seus gestores para dar continuidade aos negócios, mas é também habitual que cada novo negócio a ser implantado muitas vezes seja antecedido por pesquisas de mercado e de região, para a alocação do ponto e para a o alcance de potenciais compradores.

Da mesma forma que se observa o empresário urbano, deve-se olhar para o empresário rural. Este, para ter sucesso, deve observar critérios que possam dar sustentação ao negócio, colaborando a competitividade.

Verificou-se, pelos dados da pesquisa, que as informações quanto à forma de apuração dos custos, bastante simples, não colabora para o entendimento de sustentabilidade. Além disso, alinha-se a outros dados importantes, que impactam a continuidade do negócio, tais como a formalização da emissão de nota fiscal e registro de resultados, o que poderia colaborar para o financiamento e a elaboração de projetos com vistas a liberar recursos públicos ou privados.

Conclui-se que é necessário ter grande esforço das entidades e de empresários na busca por conhecimento na gestão agropecuária, visando a tornar o negócio rural lucrativo e promissor, além de garantir sua função social de bem alimentar.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: Noções práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ARBAGE, A. P. **Economia rural**: conceitos básicos e aplicações. Chapecó: Argos, 2003.

AZEVEDO, P. F. de. Comercialização de Produtos Agroindustriais. *In*: BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRUNELLI JÚNIOR, J.; VIGANÓ, V. A; MORAES, M. C. (coord.). **Perfil da Gestão das Propriedade Rurais de Pequeno Porte no Estado de São Paulo**. Campinas: CATI/CDRS, 2021.

CARVALHO, J. M. C. de. **Logística**. 3. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2002.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Safra 2006/2007**, 2007. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/serie-historica-das-safra>. Acesso em: 21 nov. 2022.

DALMOLIN, A.; SILVÉRIO, A. C. Os benefícios da contabilidade rural para uma empresa agrícola de pequeno porte: um estudo caso. **Revista e-Estudante: electronic accounting and management**, Pato Branco, v. 3, n. 3, 2011.

DMITRUK, H. B. (org.). **Cadernos metodológicos**: diretrizes de metodologia científica. 8. ed. Chapecó: Argos, 2012.

FAESP/SENAR – (2021). **CONEXÃO NO CAMPO** – A importância da tecnologia no meio rural. Disponível em: <<https://faespssenar.com.br/conexao-no-campo-a-importancia-da-tecnologia-no-meio-rural/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FARIA, A. C.; COSTA, M. F. G. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2002.

FAVATO, K. J.; NOGUEIRA, D. R. **Produtor Rural Familiar**: um estudo sobre a Adesão aos Controles da Contabilidade de Custos. 13º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GODINHO, V. P. C.; UTUMI, M; OLIVEIRA, S. J. de M. **Estimativa de custo de produção de soja em Rondônia**: safra 2001/2002. **Embrapa**, Brasília, n. 191, p. 1-4, 2001. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/100237/1/Cot191-soja.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LUPA. Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. **Dados Consolidados do Estado de São Paulo 2016/2017**, 2019. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado1617.php/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária. 13. ed. São Paulo Atlas, 2012.

MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Contabilidade da pecuária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEGATTI, A. L. A. **Custo de produção para soja convencional e transgênica à luz das metodologias utilizadas pelos órgãos públicos no Brasil e nos Estados Unidos**: um estudo para o estado do Mato Grosso

do Sul. 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2006.

OLIVEIRA, A. B. S. **Controladoria: Fundamentos do Controle Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PADOVEZE, L, TAKAKURA, C.; FRANCO, K. **Custo e preços de serviços: logística, hospitais, transportes, hotelaria, mão de obra, serviços gerais**. São Paulo, Atlas, 2013.

PINO, F. A; FRANCISCO, V. L. F dos S; CEZAR, S. A. G. Sazonalidade em séries temporais econômicas: um levantamento sobre o estado da arte. **Agricultura de São Paulo**, v. 41. n. 3, p. 103-133, 1994.

SANTOS, G. M. dos. **Gestão de Custos nas Pequenas Propriedades Rurais de Ivinhema – MS**. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2018.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

# CAPÍTULO SETE

---

## Resumo

*Um dos aspectos muito relevantes para controle de fluxo de caixa e acompanhamento dos resultados econômico-financeiros é a alocação custos e precificação adequada de bens e serviços. Observa-se, porém, que há muita dificuldade de calcular para serviços devido à intangibilidade. Este relato tecnológico foi elaborado com o objetivo de apresentar uma proposta de precificação para serviços contábeis. A pesquisa foi elaborada com dados reais de um escritório de Contabilidade e ao final busca formular uma proposição que possibilite a diminuição nos gastos operacionais, melhoria na produtividade e melhoria nas margens de lucro nos serviços prestados. Este relato poderá contribuir com profissionais e escritórios de contabilidade, além de possibilitar para as empresas contratantes uma proposta ética e real de precificação.*

**Palavras-chave:** *precificação; contabilidade; controladoria; custos; serviços.*

**Proposta para desenvolvimento de métricas de precificação dos honorários contábeis**

# **Proposta para desenvolvimento de métricas de precificação dos honorários contábeis**

Paulo Henrique Vaz da Silva  
Fernando de Almeida Santos

## **INTRODUÇÃO**

As teorias de custos e de precificação inicialmente foram construídas em conjunto com a revolução industrial. Com o passar do tempo, com a necessidade de produtos físicos e com o desenvolvimento de teorias como a Administração Científica, o Fordismo e a Administração por Objetivos, foram consolidadas as teorias de Custos Industriais, mas serviços nunca foram a prioridade para época.

Adicionados aos aspectos citados, está o fato de os serviços serem intangíveis e, muitas vezes, até associados aos produtos, tornando perceptível a dificuldade de estabelecer padrões de aquisição e valoração.

Veiga e Santos (2016) afirmam existir administradores, empreendedores e gestores que somente identificam os custos que estão diretamente relacionados aos produtos ou serviços, não considerando itens indiretos

importantes. Destacam ainda que as empresas de serviços são muito relevantes para a sociedade, principalmente na atualidade, em que toda empresa tem serviços prestados agregados, ainda que seja na indústria ou na comércio.

O Brasil possui, segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2023), 525.712 profissionais e 85.752 escritórios de Contabilidade (dados obtidos em consulta no dia 22 de abril de 2023), o que demonstra a relevância para área, além de ser possível citar que todas as empresas necessitam de serviços contábeis.

Atualmente, em uma sociedade de serviços e de informação, com alta competitividade de mercado e de tecnologia de ponta, ter critérios técnicos para precificar é fundamental para muitas empresas e profissionais prosperarem seus negócios.

Observou-se que há empresas prestadoras dos serviços contábeis em formato on-line que são regulares juntos aos conselhos de contabilidade de cada estado, pois oferecem serviços de prestação dos serviços contábeis de forma virtual, utilizando-se plataformas tecnológicas para o processo de atendimento e prestação dos serviços contábeis a clientes. Nesse formato de prestação dos serviços contábeis, há uma interação entre o cliente e um sistema de coleta robotizada de informações e dados, utilizando-se de recursos tecnológicos ou com a própria inserção do cliente no ambiente tecnológicos disponibilizado via web. Todas as informações coletadas pelo sistema de coleta são integradas com o sistema especialista (contábil, tributário e trabalhista), prontamente parametrizado para a realização dos lançamentos contábeis e as respectivas apurações tributárias e trabalhistas utilizado pela empresa contábil prestadora dos serviços on-line. No momento seguinte, são disponibilizados aos clientes, relatórios contábeis (Demonstrações Contábeis), bem como apurações tributárias e trabalhistas por meio do próprio sistema de coleta de informações e dados disponibilizado pela Empresa Prestadora dos Serviços Contábeis, que são prontamente disponibilizados aos clientes e são enviados ao poder público por meio das obrigações acessórias. Esse cenário dificulta que as empresas atuem em outro formato, aumentando o interesse por esta pesquisa.

Portanto, a pesquisa foi elaborada com dados reais de um escritório de Contabilidade e ao final busca formular uma proposição que possibilite a diminuição nos gastos operacionais, a melhoria na produtividade e um aumento nas margens de lucro nos serviços prestados.

Observa-se que, com as novas tecnologias, é necessário, ainda mais, rever procedimentos e práticas, portanto se espera contribuir de forma efetiva com os profissionais e as empresas.

## 7.1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 7.1.1 Gestão de Custos e Precificação de Serviços Contábeis

A gestão estratégica de custos em empresas de serviços no mercado atual é um significativo diferencial, pois o mercado é muito competitivo, mas os controles de custos são muito falhos e imprecisos ou inexistentes.

Oliveira, Perez Jr. e Silva (2015) afirmam que a análise de custos é conhecida e praticada como o processo de avaliação do impacto financeiro das decisões gerenciais alternativas.

Silva, Ramalho e Jordão (2015) consideram que, imersos em um ambiente cada vez mais competitivo, decorrente da globalização, os escritórios de contabilidade têm se ressentido da ausência de um Sistema de Controle Gerencial (SCG), notadamente da falta de um sistema de apuração e controle de custos que possa nortear uma estratégia de precificação adequada dos seus serviços.

Vizzotto, Motta e Camargo (2019) por sua vez, consideram que quando a Gestão Estratégica de Custos (GEC) está alinhada com a estratégia da empresa as organizações tendem a apresentar um maior desempenho.

Domingues *et al.* (2017) afirmam que o preço de venda dos produtos, mercadorias e serviços podem ser analisados sob três aspectos: Custos e Despesas, Competitividade e Rentabilidade.

Silva, Ramalho e Jordão (2015) afirmaram que, em razão da inexistência de uma tabela de preços de serviços contábeis padronizada, tanto pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, como pelos Sindicatos Contábeis, é comum a precificação de tais serviços com base no salário mínimo vigente. Tal prática é realizada sem nenhum estudo dos custos,

margem de lucro desejada ou utilização de métodos específicos para a formação de preço.

Observa-se que a falta de critérios e a ausência de teorias e até de formação de profissionais para o cálculo dos serviços dificultam a atuação das empresas e dos profissionais.

### **7.1.2 Pesquisas anteriores sobre e temática**

Um dos aspectos motivadores para o desenvolvimento da pesquisa foi o fato de encontrar poucas pesquisas publicadas sobre a temática.

Há muitas pesquisas sobre custos de serviços de escritórios, conforme pesquisa no Portal de Periódico da Capes, porém poucos levam em consideração as novas tecnologias e apenas foram encontrados dois que abordam a precificação.

- a. Almeida, Vieira e Bennett (2019), por meio de estudo de caso sobre um escritório de Contabilidade da região de Campo Grande (MS), utilizaram análise comparativa de dados e apresentaram uma proposta efetiva de precificação.
- b. Silva, Ramalho e Jordão (2015) realizaram multicaseos em três escritórios de contabilidade de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais. Utilizaram-se, inicialmente, de uma abordagem quantitativa mediante a aplicação de um modelo de apuração e controle de custos seguidos de uma abordagem qualitativa constituída por entrevistas semiestruturadas e semidiretivas com os gestores desses escritórios. Por meio dessa triangulação, foi possível testar o modelo que haviam sugerido e verificaram que contribuía efetivamente para a solução do problema da ausência de uma estratégia de precificação dos serviços contábeis

Castro e Santos (2012) descrevem uma forma de implantação do método de custeio baseado em atividades (ABC) em uma empresa limitada de serviços contábeis fiscais e destacam os aspectos considerados positivos e negativos que foram observados na implantação. Com a implantação, evidenciou-se que o sistema possibilita melhor visualização para tomada de decisões, além de possibilitar aprendizado para a empresa, sendo que o método implantado deverá ser usado por período indeterminado.

Observa-se, porém, que na pesquisa não foi abordada a forma de precificação. O mesmo acontece em outros trabalhos.

Veiga e Santos (2016) propõem uma forma de identificar e elaborar os componentes básicos da formação do preço de venda para micro e pequenas empresas de serviços enquadradas no Simples Nacional, além de identificar os custos e elementos que impactam a formação do preço de vendas.

Observa-se, também, que as publicações sobre precificação de serviços contábeis não são recentes, logo não abordam muitas tecnologias atuais, sendo isso um diferencial desta pesquisa.

## 7.2 MÉTODOS E TÉCNICAS

O estudo de caso foi realizado em um escritório contábil da cidade de São Paulo, que foi selecionado pelas seguintes características:

- a. Estava em um momento em que uma consultoria era realizada para a implementação do sistema de controladoria para um escritório, com foco no desenvolvimento de métricas de precificação dos honorários contábeis recorrentes (mensalidade) e não recorrentes (consultoria), bem como a avaliação de desempenho econômico e financeiro para o processo de tomada de decisão operacional e estratégica.
- b. Permitiu a verificação e a validação de métricas utilizadas para a modelagem de precificação dos honorários contábeis para serviços contábeis em formato on-line, em decorrência da transformação no formato de prestação dos serviços contábeis a empresas de pequeno porte com foco na prestação dos serviços.
- c. A prestação dos serviços contábeis por meio on-line utiliza-se, em ampla quantidade, do uso de recursos tecnológicos, por meio da interação entre um sistema de captação de dados e informações, integrado a um sistema especialista de escrituração contábil, tributário e trabalhista. Tal fato deve-se às transformações ocorridas no mercado de prestação dos serviços contábeis, que, por meio de inovações tecnológicas, transformaram os processos operacionais no atendimento de clientes tomadores dos serviços contábeis, proporcionando transformações operacionais e estratégicas nos

negócios dos clientes atendidos pelas empresas contábeis e nas próprias empresas contábeis.

- d. O escritório contábil, em decorrência do processo de transformação ocorrido no mercado na prestação dos serviços contábeis, passou a ter dificuldades em captar e fechar propostas de serviços com novos clientes no segmento de empresas de prestação dos serviços de profissionais liberais (programadores, consultores, analistas etc.). Isso ocorreu devido à forte concorrência com empresas de prestação dos serviços contábeis na modalidade on-line.

Em decorrência das dificuldades encontradas pelo escritório pesquisado, realizou-se um trabalho de análises econômicas dos resultados gerenciais do escritório, dos quais foi gerada uma série de relatórios, sendo eles:

- a. Folha de Pagamento.
- b. Financeiro e Contábil.
- c. Acompanhamento de desempenho operacional.
- d. Pesquisa de opinião de clientes.
- e. Níveis de inadimplência.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pela análise das documentações e processos.

## 7.3 ANÁLISE E DISCUSSÕES

A seguir, apresenta-se a síntese das observações do estudo de caso:

### 7.3.1 Capacidade Operacional e Rotinas

No processo de identificação dos resultados gerenciais do escritório, iniciou-se pelo entendimento na distribuição dos recursos operacionais aplicados (horas dos colaboradores) em processos operacionais, que foram divididos em processos digitais e processos consultivos, descritos:

**Processos Digitais:** rotinas operacionais automatizáveis, com o uso de recursos tecnológicos para sistematizar integralmente ou parcialmente a execução de processos para a escrituração contábil, tributária e trabalhista.

- a. Rotina de Imputação: processo de coleta de dados e informações por meio de recursos tecnológicos ou manuais que têm por finalidade ser inserido no sistema de informação contábil, tributário e trabalhista

para que seja alimentada uma base de dados primária a ser utilizada na construção de relatórios e informações destinadas ao poder público ou disponibilizadas aos clientes tomadores dos serviços.

- b. Rotina de Conferência: após o processo de imputação, há necessidade de conferência técnica nos dados imputados para a mitigação e eliminação de potenciais incorreções nas classificações contábeis, tributárias e trabalhistas. Utilizando-se como parâmetro as normas e legislações vigentes a cada época, critérios técnicos estabelecidos por metodologias científicas aceitas e documentação utilizada para a evidenciação do evento contábil, tributário e econômico.
- c. Geração de Relatórios: com as informações e dados primários imputados e conferidos, são estruturados relatórios contábeis, tributários e trabalhistas para servirem de base de informações a serem enviadas a clientes e arquivos eletrônicos que serão enviados ao poder público por meio de obrigações acessórias entregues regularmente.

**Processos Consultivos:** rotinas operacionais que estão focadas em questões de atendimento às demandas dos clientes tomadores dos serviços contábeis das empresas contábeis que estão diretamente voltadas para as questões operacionais do dia a dia.

- a. Acompanhamento à Legislação: processo que está diretamente relacionado aos estudos à legislação e às normas contábeis, tributárias e trabalhistas que as operações recorrentes de cada cliente tomador dos serviços contábeis demandam em suas atividades operacionais e institucionais. Esse processo está diretamente relacionado às pessoas envolvidas no processo de prestação dos serviços aos clientes e que utiliza recursos tecnológicos para dinamizar o processo de estudo, como vídeos, conteúdos escritos, lives e treinamentos técnicos.
- b. Atendimento: processo executado por pessoas envolvidas na prestação dos serviços nas demandas de atendimentos aos gestores e tomadores de decisões que utilizam informações egressas da contabilidade, tributos e trabalhistas, quanto às demandas recorrentes em processos comerciais, operacionais, estratégicos e jurídicos no processo de gestão dos negócios.

Todos esses processos estão diretamente ligados à prestação dos serviços recorrentes juntos aos clientes e justificam a cobrança de mensalidades pelas empresas de prestação dos serviços contábeis.

Identificando-se a necessidade de verificar a composição de alocação de horas recorrentes dos colaboradores em cada processo operacional, executou-se o processo por meio de entrevistas junto aos colaboradores para identificar as atividades realizadas. Posteriormente, elas foram refinadas junto aos gestores das respectivas áreas e apresentou-se a seguinte composição, apresentada consolidada na Tabela 1:

**Tabela 1:** Rotinas de Escrituração Contábil

ROTINAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	HORAS ALOCADAS	PROPORÇÃO
<b>ROTINAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.360</b>	<b>100%</b>
Imputação	1.488	44%
Conferência	1.000	30%
Geração de relatórios	491	15%
Acompanhamento à legislação	131	4%
Atendimento	250	7%
<b>PROCESSOS</b>	<b>HORAS</b>	<b>PROPORÇÃO</b>
SERVIÇOS DIGITAIS	2.979	89%
SERVIÇOS CONSULTIVOS	381	11%

**Fonte:** dados da pesquisa.

Nos processos operacionais de escrituração contábil, foi identificada a distribuição dos recursos de horas dos colaboradores em uma proporção muito grande em serviços digitais (89%) e nos serviços consultivos em apenas (11%). Tal distribuição evidenciou uma concentração muito grande por parte da equipe no processo de construção do banco de dados primário do sistema de informação contábil de todos os clientes e uma pouca utilização em recursos de automatização nos processos de captura de informações, conciliação e organização nas informações contábeis, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2:** Rotinas de Escrituração Tributária

<b>ROTINAS DE ESCRITURAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>HORAS ALOCADAS</b>	<b>PROPORÇÃO</b>
<b>ROTINAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.040</b>	<b>33%</b>
Imputação	672	22%
Conferência	712	23%
Geração de relatórios	478	16%
Acompanhamento à legislação	480	16%
Atendimento	698	23%
<b>PROCESSOS</b>	<b>HORAS</b>	<b>PROPORÇÃO</b>
<b>SERVIÇOS DIGITAIS</b>	<b>1.862</b>	<b>61%</b>
<b>SERVIÇOS CONSULTIVOS</b>	<b>1.178</b>	<b>39%</b>

**Fonte:** dados da pesquisa.

Nas rotinas de escrituração tributária, há uma proporção de menor discrepância entre os serviços digitais (61%) e os serviços consultivos (39%). Essa relação teve uma contribuição das notas fiscais eletrônicas, bem como das demandas de estudos à legislação e do atendimento aos clientes na área fiscal. Entretanto, no entendimento da gestão da empresa, há um desnivelamento muito grande entre os processos digitais e consultivos em decorrência dos recursos tecnológicos existentes para o processo de apuração tributária dos clientes atendidos, conforme apresenta a Tabela 3:

**Tabela 3:** Rotinas Trabalhistas

<b>ROTINAS TRABALHISTAS</b>	<b>HORAS ALOCADAS</b>	<b>PROPORÇÃO</b>
<b>ROTINAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.720</b>	<b>30%</b>
Imputação	584	21%
Conferência	528	19%
Geração de relatórios	480	18%
Acompanhamento à legislação	376	14%
Atendimento	752	28%

PROCESSOS	HORAS	PROPORÇÃO
SERVIÇOS DIGITAIS	1.592	59%
SERVIÇOS CONSULTIVOS	1.128	41%

**Fonte:** dados da pesquisa.

Nas rotinas trabalhistas, identificou-se um equilíbrio entre os serviços digitais (59%) e os consultivos (41%), em decorrência de necessidades dos clientes, além de uma melhor adaptação dos colaboradores do escritório no manuseio dos recursos tecnológicos e operacionais.

### 7.3.2 Consolidação

A gestão da empresa realizou a consolidação na distribuição dos recursos operacionais entre serviços digitais e serviços consultivos com o objetivo de identificar o quanto é investido mensalmente nas atividades operacionais dos serviços digitais e consultivos, conforme apresenta a Tabela 4:

**Tabela 4:** Processos Consolidados

PROCESSOS	HORAS	PROPORÇÃO
SERVIÇOS DIGITAIS	6.434	71%
SERVIÇOS CONSULTIVOS	2.686	29%
<b>TOTAL</b>	<b>9.120</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** dados da pesquisa.

Com os números apresentados, identificou-se que existe a eminente necessidade de ajuste na distribuição dos recursos operacionais dos serviços digitais e consultivos. Entretanto, para que houvesse uma clareza nessa evidenciação, foi elaborada uma composição de quanto custam esses processos operacionais para o escritório e quais são suas proporções entre os serviços digitais e consultivos, apresentados na Tabela 5:

**Tabela 5:** Gastos com Rotinas de Escrituração Contábil

ROTINAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	HORAS	TOTAL	GASTO HORA
	3.360	157.945,05	47,01
Imputação	1.488	70.330,27	47,26
Conferência	1.000	45.880,16	45,88
Geração de relatórios	491	22.233,94	45,26
Acompanhamento à legislação	131	6.372,17	48,57
Atendimento	250	13.128,51	52,60
ROTINAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	HORAS	GASTOS	PROPORÇÃO
SERVIÇOS DIGITAIS	2.979	138.444,36	88%
SERVIÇOS CONSULTIVOS	381	19.500,68	12%
<b>TOTAL</b>	<b>3.360</b>	<b>157.945,05</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Observou-se um gasto operacional total, somente em processos digitais nas rotinas de escrituração contábil no montante de R\$ 138.444,36 mensais, contra um montante de R\$ 19.500,68 com processos consultivos. Tal resultado, apresentado na Tabela 6, segundo a gestão da empresa, não é compatível com os investimentos realizados em tecnologia nas atividades operacionais da empresa, que tinha como meta um crescimento na produtividade operacional e uma significativa redução de gastos mensais com processos digitais na escrituração contábil dos clientes atendidos pela empresa.

**Tabela 6:** Gastos com Rotinas de Escrituração Tributária

SERVIÇOS DE ROTINAS TRIBUTÁRIAS	HORAS	TOTAL	TOTAL GASTO HORA
	3.040	162.499,40	53,45
Rotinas Operacionais – Tributárias			
Imputação	672	31.621,85	47,06
Conferência	712	36.777,93	51,65

SERVIÇOS DE ROTINAS TRIBUTÁRIAS	HORAS	TOTAL	TOTAL GASTO HORA
Geração de relatórios	478	24.842,82	51,93
Acompanhamento à legislação	480	27.388,51	57,06
Atendimento	698	41.868,29	60,02
ROTINAS TRIBUTÁRIAS	HORAS	GASTOS	PROPORÇÃO
SERVIÇOS DIGITAIS	1.862	93.242,60	59%
SERVIÇOS CONSULTIVOS	1.178	69.256,80	44%
<b>TOTAL</b>	<b>3.040</b>	<b>162.499,40</b>	<b>103%</b>

**Fonte:** dados da pesquisa.

Nas rotinas de escrituração tributária, identificou-se um gasto em processos digitais de R\$ 93.242,60 e nos processos consultivos de R\$ 69.256,80. Esse resultado não foi aceito pela gestão da empresa em decorrência dos investimentos realizados com a implantação de ferramentas tecnológicas para automatizar os processos operacionais digitais com dados tributários. Na percepção da gestão, essas informações trouxeram: 1) exposição aos riscos de inconsistência nas informações prestadas ao fisco e, consequentemente, potenciais infrações fiscais em clientes; 2) diminuição na produtividade nos fechamentos fiscais dos clientes atendidos. A Tabela 7 apresenta os gastos com rotinas de escrituração trabalhista:

**Tabela 7:** Gastos com Rotinas de Escrituração Trabalhista

SERVIÇOS DE ROTINAS TRABALHISTAS	HORAS	TOTAL	TOTAL GASTO HORA
	2.720	145.275,54	53,41
Rotinas Operacionais – Trabalhistas			
Imputação	584	30.141,58	51,61
Conferência	528	27.257,52	51,62
Geração de relatórios	480	24.203,73	50,42
Acompanhamento à legislação	376	20.452,57	54,40
Atendimento	752	43.220,15	57,47

ROTINAS TRABALHISTA	HORAS	GASTOS	PROPORÇÃO
SERVIÇOS DIGITAIS	1.592	81.602,83	56%
SERVIÇOS CONSULTIVOS	1.128	63.672,71	44%
<b>TOTAL</b>	<b>2.720</b>	<b>145.275,54</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Os gastos com rotinas trabalhistas apresentaram diferenças entre os processos digitais e consultivos, dos quais foram gastos R\$ 81.602,83 para os digitais e R\$ 63.672,71 para os consultivos. Todavia, a gestão da empresa entende que as rotinas trabalhistas estão com o processo de robotização das rotinas digitais mais adiantadas que os processos de escrituração contábil e tributária. Os resultados apresentados demonstram necessidades de melhorias na distribuição dos recursos operacionais em atividades consultivas e um aumento na robotização dos processos digitais no intuito de melhorar a produtividade e a mitigação nos riscos de inconformidade com as informações prestadas ao poder público.

### 7.3.3 Aspectos Estratégicos

A gestão do escritório efetuou a consolidação dos números apresentados pela área financeira da empresa, no intuito de analisar os resultados e estabelecer estratégias para melhorar a competitividade com o mercado de empresas que ofertam serviços online, com dois focos: 1) Melhoria nos preços dos serviços prestados; 2) Melhoria na produtividade com tomadores de serviços no modelo online.

Para a identificação de oportunidade no mercado de prestação dos serviços contábeis por meio do formato online, a gestão da empresa iniciou a análise econômica para a realização dos ajustes operacionais e alinhou os gastos a serem praticados na formulação dos preços ofertados ao mercado online na prestação dos serviços contábeis. Por meio do relatório consolidado, identificou-se a composição econômica, apresentada na Tabela 8:

**Tabela 8:** Composição Econômica

<b>PROCESSOS</b>	<b>CONTÁBIL</b>	<b>TRIBUTÁRIO</b>	<b>TRABALHISTA</b>	<b>TOTAL</b>
Imputação	70.330,27	31.621,85	30.141,58	<b>132.093,70</b>
Conferência	45.880,16	36.777,93	27.257,52	<b>109.915,61</b>
Geração de relatórios	22.233,94	24.842,82	24.203,73	<b>71.280,49</b>
<b>PROCESSOS DIGITAIS</b>	<b>138.444,36</b>	<b>93.242,60</b>	<b>81.602,83</b>	<b>313.289,79</b>
Acompanhamento à legislação	6.372,17	27.388,51	20.452,57	<b>54.213,25</b>
Atendimento	13.128,51	41.868,29	43.220,15	<b>98.216,94</b>
<b>PROCESSOS CONSULTIVOS</b>	<b>19.500,68</b>	<b>69.256,80</b>	<b>63.672,71</b>	<b>152.430,19</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>157.945,05</b>	<b>162.499,40</b>	<b>145.275,54</b>	<b>465.719,98</b>

**Fonte:** dados da pesquisa.

De forma consolidada, identificou-se um gasto consolidado mensal com processos digitais no montante de R\$ 313.289,79. Esse valor foi avaliado como alto para a gestão da empresa, e houve, por parte dos gestores, uma reflexão para que fosse ajustada a distribuição dos gastos entre digitais e consultivos.

No entendimento da gestão da empresa, serviços contábeis, tributários e trabalhistas, em conjunto, justificam da cobrança de mensalidades dos clientes. Entretanto, para a realização da prestação dos serviços, há necessidade de existirem processos que poderão ser consumidos pelos clientes em sua totalidade ou de forma parcial.

No processo de prestação dos serviços online de contabilidade, são ofertados de forma recorrente aos clientes os processos digitais; os consultivos são ofertados de forma variável, em decorrência do uso e necessidade.

Nesse contexto, o escritório, em decorrência da forte concorrência do segmento de prestação dos serviços contábeis em formato online, estabeleceu uma estratégia de adequar uma célula de trabalho dedicada a atender somente empresas com perfil de atendimento por serviço online, estabelecendo mensalidade nos serviços digitais e valores variáveis nos serviços consultivos em decorrência de demandas específicas de cada cliente.

### 7.3.4 Estruturação dos serviços contábeis e tributários

Ficou estabelecido pela empresa que os serviços contábeis e tributários, inicialmente, serão ofertados a clientes no modelo online, por meio do uso de uma ferramenta tecnológica que permite a coleta de informações de forma automatizada junto aos clientes. Os serviços trabalhistas foram descartados, no primeiro momento, em decorrência de uma melhor estrutura tecnológica à empresa na coleta de informações trabalhistas.

Mediante a estratégia estabelecida, houve um ajuste na alocação dos recursos operacionais nas áreas contábil e tributárias para o devido atendimento dos serviços online, mediante demonstrativo na Tabela 9:

**Tabela 9:** Rotinas

SERVIÇOS DE ROTINAS CONTÁBEIS	HORAS	TOTAL	TOTAL GASTO HORA
	1.760	65.889,69	37,44
Imputação	176	6.353,39	36,10
Conferência	208	7.275,82	34,98
Geração de relatórios	32	1.582,90	49,47
Acompanhamento à legislação	512	18.596,81	36,32
Atendimento	832	32.080,77	38,56

SERVIÇOS DE ROTINAS TRIBUTÁRIAS	HORAS	TOTAL	TOTAL GASTO HORA
	1.600	22.107,90	13,82
Imputação	160	2.150,78	13,44
Conferência	64	878,32	13,72
Geração de relatórios	96	1.302,47	13,57
Acompanhamento à legislação	640	8.938,60	13,97
Atendimento	640	8.837,73	13,81

VALOR CONSOLIDADO	HORAS	TOTAL	TOTAL GASTO HORA
	3.360	88.024,08	51,27
Imputação	272	6.149,97	49,15
Conferência	176	4.877,52	49,43
Geração de relatórios	128	2.885,37	63,03
Acompanhamento à legislação	1.232	30.368,88	50,17
Atendimento	1.552	43.742,33	52,08

Fonte: dados da pesquisa.

Por meio dos relatórios apresentados, com os respectivos ajustes realizados na composição dos recursos operacionais alocados em processos digitais e consultivos e nos gastos realizados em cada processo operacional, identificou-se uma redução nos gastos operacionais em rotinas digitais. Tal redução visa a ajustar os gastos-hora que servirão de base para o processo de precificação nos serviços digitais a serem ofertados aos clientes consumidores desse formato de prestação dos serviços contábeis.

### 7.3.5 Proposta dos serviços online

A gestão do escritório motivou-se a realizar os ajustes na estrutura de gastos e recursos operacionais para ofertar serviços online, em decorrência de uma situação inusitada com um cliente estratégico, que possui aproximadamente 120 contratantes de prestação dos serviços jurídicos (formato PJ). O escritório pesquisado presta serviços contábeis em formato tradicional há mais de 3 anos, e os honorários das 120 empresas são bancados por esse cliente, como benefícios aos seus prestadores de serviços.

Essa empresa recebeu uma oferta de serviço de um negócio especializado em prestação dos serviços contábeis em formato online para prestar serviços aos 120 prestadores de serviços (PJ), contemplando o modelo de serviços digitais pelo valor de R\$ 135,00 (cada empresa), totalizando o montante de R\$ 16.200,00 mensais, que serão gastos como benefício para os prestadores de serviços desse cliente estratégico.

Essa proposta chegou ao escritório, e houve uma preocupação com os valores praticados, visto que o escritório cobra o valor de R\$

300,00 para cada empresa, totalizando o montante de R\$ 36.000,00 mensais no faturamento do escritório. Em reunião com esse cliente, ficou claro que a economia nos valores mensais seria de R\$ 19.800,00, e, no ano, isso correspondia a R\$ 237.600,00, portanto o escritório precisaria dar uma posição para essa empresa estratégica de sua carteira de contratações.

Vale salientar que existe uma relação de confiança mútua entre o escritório e o cliente nas relações comerciais e profissionais. Nesse caso, o cliente estratégico atribuía uma excelente avaliação aos serviços ofertados aos prestadores dos serviços e ao ele mesmo.

A questão em discussão decorreu que uma queda relevante no faturamento mensal desse cliente estratégico o levou a efetuar uma análise nos gastos mensais para equilibrar as entradas e saídas de recursos financeiros.

Esse cenário é preocupante para os gestores do escritório pesquisado, e, em decorrência da eminente queda no faturamento mensal, tomou-se a decisão de estruturar uma Célula de Trabalho focada em clientes tomadores de serviços por meio online, em decorrência de ser uma tendência de mercado irreversível na prestação dos serviços contábeis. A ideia seria iniciar essa nova modalidade de atividade com os 120 clientes desse cliente estratégico. Entretanto, o maior desafio das gestões é ajustar os preços dos honorários praticados com os honorários propostos pela empresa concorrente sem perder a margem de lucro na prestação dos serviços.

Mediante esse desafio, a gestão do escritório iniciou um realinhamento no formato da prestação dos serviços com os 120 clientes, quanto aos serviços prestados e aos respectivos gastos operacionais alocados a cada cliente.

Inicialmente, houve uma análise na base existente de precificação dos honorários praticados aos 120 clientes prestadores de serviços (PJ), para uma compreensão nos ajustes necessários nos honorários, conforme a Tabela 10:

**Tabela 10:** Resultado Consolidado

SERVIÇOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS	HORAS OFERTADAS
Imputação	0,5 – 30 min.
Conferência	0,5 – 30 min.
Geração de relatórios	0,5 – 30min.
Acompanhamento à legislação	0,1 – 10 min.
Atendimento	0,4 – 20 min.
<b>TOTAL</b>	<b>2:00 horas</b>

SERVIÇOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS	GASTO UNIT. HORA	MARGEM DE LUCRO	FATOR TRIBUTÁRIO	PV UNITÁRIO
Imputação	94,32	1,3000	1,1364	69,67
Conferência	97,53	1,3000	1,1364	72,04
Geração de Relatórios	97,19	1,3000	1,1364	71,79
Acompanhamento a Legislação	105,63	1,3000	1,1364	15,60
Atendimento	112,62	1,3000	1,1364	66,55
<b>TOTAL</b>				<b>295,66</b>

RESULTADO CONSOLIDADO		
	POR CLIENTE	TOTAL
<b>PREÇO AJUSTADO EM CONTRATO</b>	<b>300,00</b>	<b>36.000,00</b>
GASTO TOTAL	(200,13)	(24.016,05)
<b>RESULTADO</b>	<b>99,87</b>	<b>11.983,95</b>
<b>MARGEM</b>	<b>33,29%</b>	<b>33,29%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Na proposta elaborada anteriormente ao cliente estratégico, ofereceram-se duas horas de trabalho na prestação dos serviços contábeis e tributários em formato convencional, portanto digital e consultivo, com os honorários ajustados em contrato no montante de R\$ 300,00 mensais. Por meio do controle gerencial do escritório, apurou-se o resultado de R\$ 99,87 por cliente, totalizando o total de R\$ 11.983,95 para os 120

## 7. PROPOSTA PARA DESENVOLVIMENTO DE MÉTRICAS DE PRECIFICAÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTÁBEIS

PAULO HENRIQUE VAZ DA SILVA · FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS

clientes mensais. Em decorrência de uma boa estrutura operacional e pela centralização no cliente estratégico, há condições de obter-se esse resultado mensal.

Todavia, em decorrência da nova situação apresentada pelo cliente estratégico, há necessidade de recalcular os honorários a serem praticados em um novo formato de prestação dos serviços contábeis, formato online, pois nele haverá uma plataforma de coleta de informações por meio de robotização e inserção dos clientes. Para a viabilidade ou não da prestação dos serviços contábeis em um novo formato de valor, apresentaram-se os resultados:

**Tabela 11: Resultado Consolidado**

SERVIÇOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS – ONLINE		HORAS OFERTADAS		
Imputação		0,2 – 15 min.		
Conferência		0,3 – 25 min.		
Geração de Relatórios		0,5 – 30 min.		
<b>TOTAL</b>		<b>1:00 HORA</b>		

SERVIÇOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS – ONLINE	GASTO UNIT. HORA	MARGEM DE LUCRO	FATOR TRIBUTÁRIO	PV UNITÁRIO
Imputação	49,15	1,3000	1,1364	14,52
Conferência	49,43	1,3000	1,1364	21,91
Geração de Relatórios	63,03	1,3000	1,1364	46,56
<b>TOTAL</b>				<b>82,99</b>

RESULTADO CONSOLIDADO		
	POR CLIENTE	TOTAL
<b>PREÇO AJUSTADO (MERCADO)</b>	<b>135,00</b>	<b>16.200,00</b>
GASTO TOTAL	(56,18)	(6.741,08)
<b>RESULTADO</b>	<b>78,82</b>	<b>9.458,92</b>
<b>MARGEM</b>	<b>58,39%</b>	<b>58,39%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Mediante os resultados apresentados, houve um ajuste considerável nos gastos dispendidos nos processos operacionais digitais, bem como uma diminuição em uma hora (metade) do ofertado anteriormente no contrato-hora vigente. Trabalhando com as mesmas premissas de precificação na proposta anterior, chegou-se ao preço de venda empresa (PVe) no montante de R\$ 82,99 para ser ofertado ao cliente. Todavia, em decorrência de um acordo prévio entre o cliente estratégico com o escritório, ficou acordado em apenas igualar a proposta de honorários do concorrente para o cliente manter o contrato de prestação dos serviços vigente dos 120 clientes, com o respectivo ajuste nos honorários.

Efetuada uma análise comparativa entre o contrato em vigência e o que será ajustado, elaborou-se a Tabela 12:

**Tabela 12:** Comparativo Síntese Final

COMPARATIVO	CONTRATO VIGENTE		CONTRATO AJUSTADO	
	POR CLIENTE	TOTAL	POR CLIENTE	TOTAL
PREÇO AJUSTADO EM CONTRATO	300,00	36.000,00	135,00	16.200,00
GASTO TOTAL	(200,13)	(24.016,05)	(56,18)	(6.741,08)
<b>RESULTADO</b>	<b>99,87</b>	<b>11.983,95</b>	<b>78,82</b>	<b>9.458,92</b>
<b>MARGEM</b>	<b>33,29%</b>	<b>33,29%</b>	<b>58,39%</b>	<b>58,39%</b>

COMPARATIVO	COMPARATIVO	
	POR CLIENTE	TOTAL
PREÇO AJUSTADO EM CONTRATO	(165,00)	(19.800,00)
GASTO TOTAL	143,96	17.274,97
<b>RESULTADO</b>	<b>(21,04)</b>	<b>(2.525,03)</b>
<b>MARGEM</b>	<b>25,10%</b>	<b>25,10%</b>

**Fonte:** dados da pesquisa.

Por meio dos relatórios gerenciais comparativos, entre a situação atual e a proposta a ser ajustada, identificaram-se alguns pontos interessantes a observar:

- a. Houve uma queda no faturamento unitário e total com os clientes analisados, respectivamente R\$ 165,00 unitária e R\$ 19.800,00 no valor total;
- b. Houve diminuição nos gastos correntes com os processos operacionais de forma unitária e total, respectivamente R\$ 143,96 unitária e R\$ 17.274,97 no valor total;
- c. Houve queda no resultado, comparando-se a situação atual e a proposta a ser ajustada, respectivamente R\$ 21,04 unitária e R\$ 2.525,03 no valor total.

Entretanto, o que chamou a atenção foi a melhoria na margem de lucro entre o formato atual e o formato proposto para ajuste, apresentando um crescimento de 25,10% de melhoria na margem de lucro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos ajustes operacionais realizados, em decorrência da proposta de ajuste no formato de serviços contábeis e tributários prestados aos 120 clientes indicados pelo cliente estratégico, em decorrência da situação econômica dessa empresa, que custeava os honorários integrais de outras 120, suas parceiras, por meio de benefícios, o escritório de contabilidade defrontou-se com desafios de ajustes proporcionados pelo mercado contemporâneo de prestação dos serviços contábeis por meio online. Os ajustes foram realizados, e houve um redesenho organizacional do escritório, proporcionando melhorias nos processos operacionais e na abertura de uma célula de trabalho operacional dedicada à prestação dos serviços contábeis na modalidade online, utilizando-se as ferramentas tecnológicas existentes no escritório, bem como o realinhamento de funções operacionais na operacionalização dos trabalhos de prestação dos serviços.

O escritório contábil obteve melhores resultados no realinhamento dos processos, além de diminuição nos gastos operacionais, melhoria na produtividade e aumento das margens de lucro nos serviços prestados, proporcionando avanços operacionais e um realinhamento estratégico no

modelo de prestação dos serviços contábeis em decorrência das transformações tecnológicas ocorridas no processo de prestação dos serviços contábeis.

O estudo de caso possibilitou a identificação de que a tecnologia possibilita otimização de serviços contábeis, e, conseqüentemente, há necessidade de revisão de custos e preços, conforme o serviço prestado.

O atendimento pessoal e individualizado continua a existir, porém para determinados clientes, pois o custo é mais alto. O serviço digital pode ser uma alternativa para regularização, sustentabilidade e melhor gestão de muitos empreendimentos no país.

Para pesquisas futuras, sugere-se que sejam realizadas pesquisas com outras instituições, a fim de comparar diferentes modelos e propor outras formas de precificação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S.; VIEIRA, E. T. V.; BENNETT, F. L. Formação de preço para honorários contábeis: estudo de caso em um escritório de Campo Grande- MS. **Revista Científica Hermes**, v. 25, p. 510-530, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21710/rch.v25i0.477>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CASTRO, L. R. A. J. G. de; SANTOS, F. de A. Implantação do custeio ABC em uma empresa do ramo de prestação de serviços. **Revista Científica Hermes**, 7, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21710/rch.v7i0.68>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Vice-Presidência de Registro - Coordenadoria de Registro. Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade**, consulta realizada em 6 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>. Acesso em: 6 fev. 2023.

DOMINGUES, O. G. D.; TINOCO, J. E. P.; YOSHITAKE, M.; PAULO, W. L. de; CLARO, J. A. C. dos S. Gestão de capital de giro e formação do preço de venda praticado pelas micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, v. 9, n. 1, p. 77-96, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2017v9n1ID8558>. Acesso em: 7 nov. 2022.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR.; J. H.; SILVA; C. A. S. **Controladoria Estratégica**. 11. ed. Atlas: São Paulo, 2015.

SILVA, Z.; RAMALHO, W.; JORDÃO, R. Desenvolvimento de um Instrumento Gerencial de Custo para uma Gestão Estratégica em Empresas de Serviços Contábeis: Um Estudo Multicasos. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 6, n. 2, p. 42-55, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/gep.v6i2.354>. Acesso em: 7 nov. 2022.

VEIGA, W. E.; SANTOS, F. A. **Contabilidade de Custos: gestão em serviços, comércio e indústria**. São Paulo: Atlas, 2016.

VIZZOTTO, M. J.; MOTTA, M. E. V. da; CAMARGO, M. E. Impacto da gestão estratégica de custos no desempenho econômico-financeiro. **Revista Contemporânea De Contabilidade**, v. 16, n. 40, p. 190-208, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n40p190>. Acesso em: 7 nov. 2022.

## Resumo

*O compliance tributário nas pequenas e médias empresas como ferramenta de gestão objetiva demonstrar qual é a percepção dos gestores em relação a barreiras, custos e benefícios da implementação nas 100 pequenas e médias empresas (PMEs) que mais cresceram no ano de 2017, conforme Revista Exame e Deloitte, e foram obtidas 42 respostas válidas. As empresas precisam implementar processos e rotinas de modo a mitigar os riscos da legislação tributária, nas diversas esferas. Dessa forma, realizou-se a elaboração e a aplicação de um questionário de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, visando a capturar as informações necessárias para identificação da percepção dos gestores sobre a implementação e a manutenção das práticas. Com a coleta das informações, é possível enxergar que o porte da empresa é essencial para que tenha implementado práticas de compliance tributário, haja vista que os custos para as menores acabam sendo excessivos aos benefícios, pela complexidade da legislação e pela escassez de recursos tecnológicos e de mão de obra especializada.*

**Palavras-chave:** *compliance; tributário; PMEs.*

**O *compliance* tributário nas pequenas e médias empresas, como ferramenta de gestão**

# **O compliance tributário nas pequenas e médias empresas, como ferramenta de gestão**

Vladimir Pereira Lemes  
Napoleão Verardi Galeale  
Alexandre Gonzales

## **INTRODUÇÃO**

O planejamento tributário efetuado nas empresas brasileiras sempre foi tido como um diferencial competitivo, capaz de alavancar mercados e resultados, quando bem elaborado. Essa sistemática lícita de economia de impostos envolve diversos profissionais em sua elaboração, visto que se conta atualmente com uma massiva legislação tributária, em diversas esferas: federais, estaduais e municipais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), em matéria veiculada em 04 de julho de 2017, além da extensão de legislações existentes, estas são complexas e de difícil interpretação, tornando as empresas suscetíveis a sanções fiscais em virtude de cada ente interpretar a legislação de um modo.

Em contrapartida, o fisco, com a necessidade de arrecadar para custear a máquina pública, além de estar preocupado com a evasão fiscal, vem a cada dia aperfeiçoando sua forma de atuação, desenvolvendo métodos e ferramentas tecnológicas capazes de cruzar todas as informações dos contribuintes, podendo efetuar as análises de forma instantânea.

Essa evolução na forma fiscalizatória teve seu início em 17 de agosto de 2001 pela instituição da Certificação Digital, criada pela Medida Provisória nº 2.200/2. A certificação digital garantiu autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos de forma eletrônica por meio da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil). Após, a Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), aproveitando-se de vasta experiência no desenvolvimento de aplicativos e soluções no ambiente e-gov, deu início à criação do projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Conforme consta no portal SPED, o projeto contempla diversos módulos, sendo eles:

- NF-e (Nota Fiscal Eletrônica);
- CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico);
- ECD (Escrituração Contábil Digital);
- ECF (Escrituração Contábil Fiscal);
- EFD ICMS IPI (Escrituração Fiscal Eletrônica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, e Imposto sobre Produtos Industrializados);
- EFD Contribuições (Escrituração Fiscal Digital das Contribuições para o PIS e a COFINS);
- EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída);
- e-Financeira (Escrituração das Movimentações Financeiras);
- e-Social (Escrituração das Informações Trabalhistas);
- NFS-e (Nota fiscal de Serviço Eletrônica);
- MDF-e (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais);
- NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica).

A evolução das ferramentas tecnológicas desenvolvidas por meio do SPED exigiu que as empresas fizessem investimentos em sistemas ERP

(Enterprise Resource Planning), além da profissionalização dos departamentos responsáveis pela criação e entrega das informações digitais, de modo que possam assegurar que estas estão sendo transmitidas sem qualquer viés.

Assim, isso exigiu que as empresas tivessem a estruturação de práticas e rotinas, para que, de forma sistemática, possam gerir essas informações corretamente, evitando que as empresas tenham autuações abruptas em decorrência de informações geradas com vieses ou erros. Dessa maneira, deu-se a criação dessas práticas de *compliance* tributário, responsável por implementar todas as normas e regras condizentes de modo a assegurar que todas as informações fiscais possam ser transmitidas conforme suas respectivas leis.

Assim, à luz desse contexto, a presente pesquisa se propôs a buscar respostas à seguinte questão:

Quais são os fatores para a implementação de práticas de *compliance* tributário, segundo a percepção dos gestores?

O objetivo geral do presente trabalho foi demonstrar a percepção dos gestores em relação à importância de se implementar e manter práticas de *compliance* tributário nas PMEs, seus custos, barreiras e benefícios atrelados a essa implementação.

Como objetivos específicos foram considerados:

- Demonstrar quais são as percepções dos gestores em relação à importância da implementação das práticas de *compliance* tributário;
- Demonstrar, na percepção dos gestores, quais são os custos, as barreiras e os benefícios relacionados à implementação.

A grande quantidade de legislações tributárias e a necessidade de se elaborar planejamentos tributários agressivos são vistas como formas ilícitas de redução de tributos por alguns entes fiscais.

Nesse contexto, para enfrentar as dificuldades, minimizando os riscos tributários, as perdas por autuações, os litígios tributários e outros que envolvem o negócio, as empresas buscam implementar formas de mitigar os riscos inerentes. Daí surge a necessidade de se fazer uma pesquisa sobre

as vantagens do *compliance* tributário para as PMEs, devido à inexistência de dados do mercado a respeito do assunto.

As PMEs geralmente não apresentam estruturas para o desenvolvimento de políticas de gestão corporativa e, conseqüentemente o aprimoramento dos controles internos. Normalmente, os gestores e os profissionais de contabilidade dedicam-se quase que exclusivamente para atender ao fisco, e, mesmo dando prioridade a estes, o excesso de legislações e a complexidade na sua interpretação, bem como a cobrança diferenciada por cada unidade de federação, exigem a implementação de práticas de *compliance* tributário direcionadas para a mitigação desses riscos. Diante disso, o trabalho limita-se a responder 3 (três) proposições conforme abaixo.

- Os custos para cumprimento das práticas de *compliance* tributário, incluindo o SPED, são relevantes para as empresas.
- Há barreiras a serem consideradas na adoção das práticas de *compliance* tributário.
- Há ganhos na adoção das práticas de *compliance* tributário.

## 8.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema “*compliance* tributário nas PMEs” vem preocupando pesquisadores de maneira crescente. Levantamento efetuado na base de periódicos da Capes (figura 1) mostra uma tendência de crescimento de artigos científicos, desde os trabalhos de Chen, Lee e Mintz (2002), Evans, Carlon e Massey (2005), Ojochogwu e Ojeka (2012), Eragbhe e Modugu (2014), Maseko (2014), Lubua (2014), Kaplanoglou, Rapanos e Daskalakis (2016), até os trabalhos recentes de Dlamini (2017), e de Vlachos e Bitzenis (2018).

Dentre os trabalhos considerados na Figura 1, há estudos sobre tributação para as pequenas e médias empresas que demonstram os fatores que afetam o *compliance* tributário nos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive os custos administrativos e de conformidade fiscal, que são muito onerosos para as pequenas e médias empresas, e as devidas implicações da política tributária para o crescimento (CHEN, LEE; MINTZ, 2002); custos de conformidade experimentado por pequenas e empresas localizadas nos países Austrália, Canadá, África do Sul e Reino Unido para a mitigação do ônus

de cumprimento das obrigações tributárias e seus respectivos benefícios gerenciais (EVANS; CARLON; MASSEY, 2005); os fatores que incentivam as PMEs para o não cumprimento das obrigações fiscais e a necessidade de conceder incentivos fiscais maiores como isenções fiscais de modo a encorajar o cumprimento voluntário das práticas (OJOCHOGWU; OJEKA, 2012); a percepção dos gestores das PMEs em relação à tributação, os níveis de conhecimento fiscal e os custos de conformidade que afetam o *compliance* tributário dos contribuintes, além da necessidade de incentivos fiscais para melhorar o cumprimento voluntário das obrigações tributárias das PMEs no Zimbábue (MASEKO, 2014); o uso das ferramentas transparentes para lidar com os desafios do cumprimento de conformidade tributária nas PMEs da Tanzânia, além dos fatores que influenciam a adesão voluntária (LUBUA, 2014); a estratégia atualmente seguida pelas autoridades fiscais da Grécia para aumentar o cumprimento das práticas de *compliance* pelas PMEs e desestimular a evasão fiscal (KAPLANOGLU; RAPANOS; KASKALAKIS, 2016); os principais determinantes do não *compliance* tributário entre as pequenas e médias empresas (DLAMINI, 2017); e os fatores que moldam para o cumprimento das práticas de *compliance* tributário nas PMEs da Grécia (VLACHOS; BITZENIS, 2018).

**Figura 1:** Total de artigos científicos sobre “*compliance* tributário” na base Periódicos Capes (2006 a 2018)



Fonte: resultado da pesquisa.

Há também trabalhos sobre custos de *compliance* tributário das pequenas e médias empresas da Nigéria, mostrando que as empresas do segmento industrial mantêm um custo superior às do segmento de

comércio e serviços, as exportadoras mantêm uma carga tributária superior às demais, bem como a simplificação das práticas de *compliance* com incentivos para seu cumprimento poderia reduzir os custos de conformidade (ERAGBHE; MODUGU, 2014), os custos de *compliance* tributário, e os seus componentes, como esforço interno e consultor externo, além das causas da complexidade tributária (EICHFELDER; VAILLANCOURT, 2014); a influência dos custos de *compliance* tributário com a adoção de TI, sua compatibilidade, complexidade, e vantagem relativa (AZMI *et al.*, 2016); o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); e o aumento dos custos de conformidade temporários e permanentes pelas empresas e a respectiva transferência dos custos da administração pública para os contribuintes (LIMA *et al.*, 2016).

Embora a maior parte das publicações sobre o tema tenham sido feitas no idioma inglês, conforme pode ser visto na Figura 2, há outras publicações em alemão com produção relevante, mostrando que esse é um assunto que vem sendo estudado em diversos idiomas.

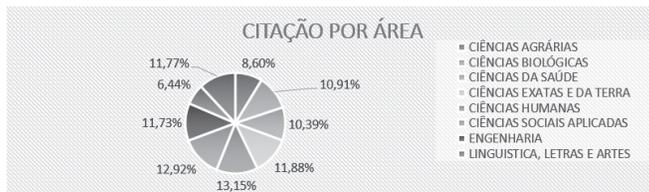
**Figura 2:** Artigos científicos sobre *compliance* tributário na base de periódicos da Capes (2006 a 2018)



**Fonte:** resultado da pesquisa.

Quanto às áreas em que o tema é mais abordado, verifica-se uma predominância da área de negócios, embora as áreas jurídica, de finanças, de economia, de meio ambiente, de administração pública e de agricultura também estejam presentes, conforme apresentado na Figura 3:

**Figura 3:** Categorias da base de periódicos da Capes com artigos científicos sobre “tax compliance”



Fonte: resultado da pesquisa.

Dentre todos os trabalhos encontrados, apenas três coincidem com o tema objeto de estudo, porém são análises elaboradas nos seguintes países: Tanzânia, Botswana e Malásia.

## 8.2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza técnicas de coleta, tratamento e análise de dados qualitativos. Tem caráter exploratório, no sentido de obter maiores informações sobre o assunto em questão, com a finalidade de formular problemas e abrir espaço para discussões posteriores.

O presente estudo utilizou a metodologia científica de pesquisa, fazendo parte do trabalho o referencial teórico e a utilização de teses, dissertações, artigos científicos e a consulta em sites oficiais da Alliance for Integrity, entre outros, bem como pesquisa de campo descritiva por meio de questionários junto a PMEs.

Este trabalho contemplou pesquisa de campo de análise qualitativa em relação à percepção das pequenas e médias empresas, sobre as vantagens da implementação e de se manterem as práticas de *compliance* tributário. Foi feita uma conceituação sobre PMEs e identificados seus ramos de atividade e os impostos aos quais as empresas estão obrigadas.

### 8.2.1 Critérios de tamanho da empresa

Para isso, foram distribuídos questionários às empresas caracterizadas como PMEs, conforme Revista Exame de 2017 e Deloitte, “As 100 PMEs que Mais Crescem no Brasil”, definidas conforme a seguir.

Receita líquida entre R\$ 5 milhões e R\$ 500 milhões no último ano considerado para fins de *ranking* (para a edição de 2017 da pesquisa, a referência é o ano de 2016).

Não estar vinculada (coligada ou controlada) a grupo empresarial com receita líquida consolidada igual ou superior a R\$ 2 bilhões em 2016, independentemente da origem de seu capital.

Estar em fase operacional, no Brasil, há mais de cinco anos (para a pesquisa de 2017, ao menos, desde 1º de janeiro de 2012).

Não atuar nos segmentos de auditoria, consultoria e editoras (setores de atuação das organizações realizadoras do estudo), além de cooperativas, instituições financeiras, organizações públicas, mistas, *holdings* e organizações sem fins lucrativos não governamentais, por possuírem características diferenciadas de geração e avaliação de receita, o que impede a comparação com outras empresas.

Embora o ponto focal da pesquisa sejam as pequenas e médias empresas brasileiras (PME), a *survey* para a coleta de dados terá como público-alvo diretores tributários, gestores tributários, *controllers*, contadores e gerentes fiscais das empresas participantes da pesquisa.

### 8.2.2 Método de pesquisa

O questionário foi elaborado com o enfoque exploratório da pesquisa e busca identificar a influência do *compliance* tributário como ferramenta de gestão nas pequenas e médias empresas.

A *survey* foi dividida em 4 (quatro) partes.

1. Mapeamento do *status* atual da empresa. Nessa etapa, a pesquisa identifica e apura o nível de disposição para implantação de medidas de *compliance* tributário, e se há alguma medida em fase de desenvolvimento interno.
2. Percepção sobre a importância das práticas de *compliance* tributário. Essa segunda parte busca identificar o nível de importância para os respondentes, da adoção das práticas de *compliance*.
3. Percepção sobre a facilidade de implantação das medidas. Essa etapa busca capturar o nível de dificuldade de implementação das práticas de *compliance* tributário.

4. Essa última etapa busca identificar o montante de custos em comparação aos benefícios, oriundos da aplicação das práticas de *compliance* tributário.

Nas etapas de 1, 2 e 4, utilizam-se questões de múltipla escolha. Na etapa 3, utiliza-se a escala Likert de cinco pontos. Segundo Rossi e Slongo (1998), a escala de cinco pontos oferece alternativas para que o cliente expresse total ou parcial satisfação, estado indefinido entre satisfação e insatisfação e total ou parcial satisfação.

### 8.2.3 População e amostra

Por se tratar de um estudo qualitativo, o procedimento de coleta de dados para análise foi realizado por meio de uma *survey* junto a diretores tributários, gestores tributários, *controllers*, contadores e gerentes fiscais das empresas participantes da amostra, e contemplou perguntas sobre a implementação de práticas de *compliance*.

Após aplicação dos questionários, instrumentos que permitiram a coleta de dados, estes foram analisados e compilados por meio de gráficos para melhor observação dos resultados obtidos e em seguida interpretados com base no sentido mais amplo das respostas, o que permitiu uma melhor concepção de todo o apurado.

Para maior compreensão dos dados colhidos, eles seguem na forma mais apropriada de serem analisados e, posteriormente, compreendidos.

A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2018, e a amostra para este estudo foi retirada das 100 PME's que mais cresceram no exercício de 2017, ano calendário 2016, sendo consideradas 42 respostas válidas (28 exclusões da base por falta considerável de respostas) de uma rede de 100 empresas, ou seja, aproximadamente 42% de êxito nas respostas válidas.

## 8.3 RESULTADOS

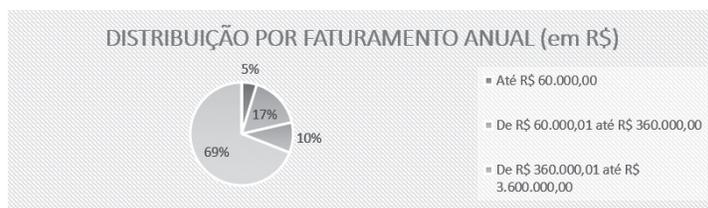
### 8.3.1 Perfil da amostra

O ponto de partida é entender o perfil dos respondentes, bem como sua atuação no âmbito empresarial. Mais da metade dos respondentes

(65%) são gestores nas empresas em que atuam. Em seguida, vêm analistas (20%) e sócios que participam da gestão (15%).

Em termos de faturamento anual, apresenta-se a Figura 4, com faixas definidas conforme referencial teórico apresentado. É possível notar que, do total de respondentes, aproximadamente 70% são consideradas médias empresas (com faturamento superior a R\$ 3.600.000,00 até R\$ 300.000.000,00). Ou seja, 30% da amostra é composta por pequenas empresas.

**Figura 4:** Faixas de faturamento anual



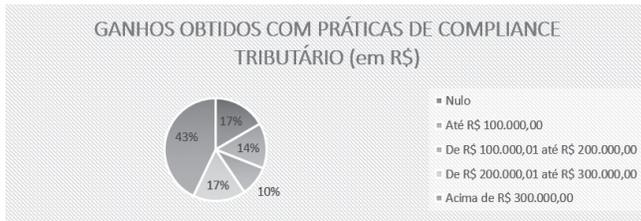
**Fonte:** elaborada pelos autores.

### 8.3.2 Análise dos resultados

Em termos de ganhos obtidos com a adoção das práticas de *compliance* tributário, é possível identificar que as empresas que se enquadram com faturamento acima de R\$ 3.600.000,01 conseguem quantificar ganhos com a implementação das práticas. As empresas menores não conseguem mensurar esses ganhos de forma clara, de modo que possam levar esse fator como forma de encorajar a adotar tais práticas. Conforme mencionam Evans, Carlon e Massey (2005), não há vínculos que demonstram, com clareza, ganhos ocasionados pela adoção de práticas de *compliance*, associada à redução de exposição a problemas fiscais, e que poderiam incluir uma menor exposição de auditoria fiscal.

Dessa forma, essas empresas não enxergam ganhos efetivos com tal adoção pelo seu porte empresarial e, assim, não são encorajadas a adotar tais medidas, conforme Figura 5.

**Figura 5:** Ganhos obtidos com a adoção das práticas de *compliance* tributário



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Sobre o impacto positivo em comparação ao faturamento da empresa com a adoção de práticas de *compliance* tributário, observa-se que as empresas que têm faturamento superior a R\$ 3.600.000,01 conseguem estimar um percentual de ganho, enquanto as empresas que estão abaixo dessa linha de faturamento não conseguem medir qualquer impacto positivo com sua adoção. Conforme mencionam Ojochogwu e Ojeka (2012), a alta taxa de impostos e os procedimentos complexos para cumprimento das obrigações com o fisco são fatores cruciais para a não implementação das práticas de *compliance* por essas empresas.

Assim, pode-se notar que existem custos excessivos a serem cumpridos por essas empresas, sendo estes fatores impeditivos à adoção de práticas de *compliance* tributário. A Figura 6 mostra os resultados da pesquisa.

**Figura 6:** Impacto positivo com a adoção das práticas de *compliance* tributário

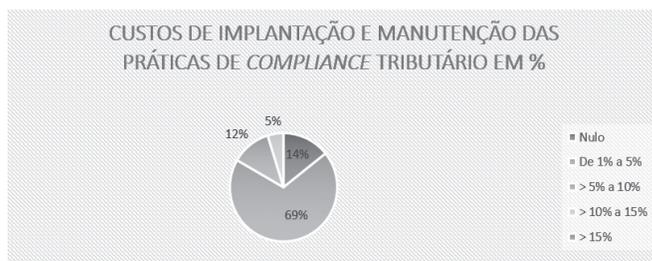


**Fonte:** elaborada pelos autores.

Os custos de implantação e manutenção das práticas de *compliance* tributário em comparação ao faturamento da empresa mostra que aproximadamente 70% das empresas consideram que correspondem de 1% a 5%. As demais consideram esse custo como não expressivo. Conforme Chen, Lee e Mintz (2002), os custos são excessivos em comparação com os retornos obtidos, principalmente para as empresas consideradas menores, em que o governo deveria reduzir a progressividade das taxas de impostos de modo a incentivar a adoção das práticas.

Assim, nota-se que, apesar da maior parte considerar que os custos representam de 1% a 5% do faturamento, para essas empresas caracterizadas menores, esse percentual pode representar a sua sobra financeira, acarretando dificuldades de implementação, ou seja, a grande parcela delas prefere não fazer sua adoção. A Figura 7 mostra esses custos.

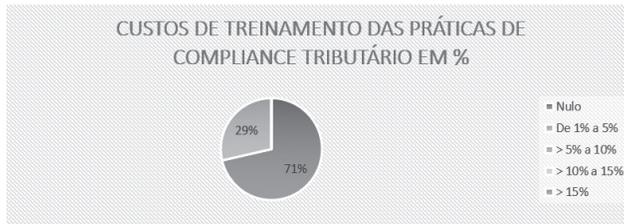
**Figura 7:** Custos de implantação e manutenção das práticas de *compliance* tributário



**Fonte:** elaborada pelos autores.

O montante de investimentos em treinamento para atendimento às práticas de *compliance* tributário do exercício-base de 2017, em comparação ao faturamento da empresa, demonstra que aproximadamente 70% consumiram menos que 1% dos recursos. As demais consumiram entre 1% e 5% do faturamento. Os autores consultados não detalharam os custos de treinamento, entretanto mencionaram que os custos gerais são representativos em comparação ao retorno obtido. A Figura 8 mostra o resultado da pesquisa.

**Figura 8:** Custos de treinamento para as práticas de *compliance* tributário



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Os investimentos em recursos tecnológicos efetuados no exercício de 2017 para atendimento às práticas de *compliance* tributário, em comparação ao faturamento da empresa, conforme a Figura 9, mostraram-se na sua maioria (50%) entre 1% e 5%, seguidos de 40% menos que 1% e 10% maior que 5% até 10%. O resultado demonstra que a maior parcela de custos está concentrada nos aspectos tecnológicos para fins de cumprimento das práticas de *compliance* tributário e outros processos que passaram a ser implementados para cumprimento dessas práticas. Conforme Lima *et al.* (2016), o SPED trouxe um aumento de custos para as empresas, em que se fizeram necessários investimentos em tecnologia para fins de atender as necessidades das obrigações acessórias.

**Figura 9:** Investimentos em recursos tecnológicos para as práticas de *compliance* tributário



**Fonte:** elaborada pelos autores.

O SPED trouxe um aumento de custo para as empresas em sua grande maioria: 60% correspondem de 1% a 5%. O restante que são formadas por empresas que estão enquadradas no regime tributário do Simples Nacional e que, por sua vez, estão desobrigadas de cumprimento dessas declarações, e outras optantes pelo Lucro Real/Presumido que acreditam que o ônus trazido pelo SPED é inferior a 1%. Em referência aos autores Lima *et al.* (2016), estes demonstram um aumento de custo advindo da obrigatoriedade do SPED, porém não fizeram qualquer referência ao porte das empresas que fariam sua utilização. A Figura 10 mostra o resultado da pesquisa.

**Figura 10:** Aumento de custos advindos do SPED em comparação ao faturamento da empresa



**Fonte:** elaborado pelo autor.

Dentre as maiores dificuldades encontradas pelas empresas, vistas como barreiras para implementação das práticas de *compliance* tributário, a pesquisa mostra que a mais representativa é a falta de mão de obra qualificada (24%). Em seguida, a dificuldade de interpretação da legislação tributária (22%) e a dificuldade de aceitação às mudanças (22%). Maseko (2014), que desenvolveu pesquisa no Zimbábue, aponta como uma das maiores dificuldades, a necessidade de uma educação governamental, tributária, além de percepções dos contribuintes sobre a justiça fiscal, a qualidade do serviço tributário e a forma como o governo faz uso do dinheiro arrecadado que, por sua vez, corresponde às dificuldades encontradas no Brasil, uma vez que há escândalos de corrupção a todo instante envolvendo o dinheiro público. A Figura 11 mostra o resultado da pesquisa.

**Figura 11:** Barreiras para adoção das práticas de *compliance* tributário



**Fonte:** elaborada pelos autores.

Quanto à importância de adoção das práticas de *compliance* tributário pelas empresas, os entrevistados revelaram que as empresas caracterizadas como pequenas (com faturamento até R\$ 3.600.000,00) não consideram essa prática muito importante devido ao custo-benefício. Entretanto, as empresas com faturamentos que excedem ao das pequenas, consideram um fator de extrema importância.

Diante do exposto, pode-se observar que as empresas com faturamento acima de R\$ 3.600.000,00 consideram as práticas de *compliance* tributário como fator competitivo e indispensável para a sua gestão. Para as empresas com faturamento até R\$ 3.600.000,00, os custos em comparação aos benefícios advindos dessa aplicação são similares, o que ocasiona a falta de interesse de adoção dessas práticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar qual é a percepção dos gestores em relação aos benefícios e às barreiras quanto à adoção das práticas de *compliance* tributário junto às 100 PMEs (pequenas e médias empresas) que mais cresceram no ano de 2017, conforme pesquisa Revista Exame e Deloitte.

O trabalho estendeu-se em pesquisar também outros fatores que podem contribuir na implementação das práticas nessas empresas, tais como necessidade de cumprimento do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital).

Verificou-se que grande parte dos gestores tributários tem pleno conhecimento sobre o assunto e está ciente da importância do cumprimento de todas as normas vigentes como forma de prevenção de perdas e ou obtenção de benefícios.

Pode-se notar que existem ganhos e benefícios com a implementação das práticas nas empresas, entretanto para as empresas cujo faturamento está enquadrado dentro dos limites do Simples Nacional, os custos atrelados à implementação podem ser superiores aos ganhos, o que acaba por não incentivar os contribuintes na sua adoção.

Foram identificadas diversas barreiras na adoção das práticas, tais como escassez de mão de obra, de aspectos tecnológicos, até mesmo dificuldades de interpretação da legislação tributária.

Sendo assim, pode-se notar que, para as empresas que excedem o faturamento de R\$ 3.600.000,00 e que não são optantes pelo regime do Simples Nacional, a adoção das práticas pode ser percebida como benéfica e capaz de ser vista como forma de fazer gestão dos recursos das empresas, haja vista que minimizarão seus riscos por falta de cumprimento das normas, conforme a pesquisa.

As empresas que detêm um faturamento inferior e que são optantes pelo regime do Simples Nacional ainda esbarram em todos os custos atrelados às barreiras para adoção, sendo estes tidos como maiores que os benefícios que obterão.

Dessa forma, pode-se concluir que é evidente a necessidade de uma reforma tributária de modo que haja menores impactos e custos em todos os portes de empresas e regimes tributários, como também estímulo aos contribuintes para que possam fazer o uso dessas práticas, além de governantes fazerem bom uso dos recursos arrecadados, o que traria uma percepção de justiça e incentivaria os contribuintes para o cumprimento e recolhimento de seus tributos.

Alliance for integrity. Compliance Bulletin. Disponível em [www.allianceforintegrity.org/pt/biblioteca/publications/?pageId644973f=3#list\\_d644973f](http://www.allianceforintegrity.org/pt/biblioteca/publications/?pageId644973f=3#list_d644973f) . Acesso em 28/11/2017.

AZMI, A.; SAPIEL, N. S.; MUSTAPHA, M. Z.; ABDULLAH, M. SMEs' tax compliance costs and IT adoption: the case of a value-added tax. **International Journal of Accounting Information Systems**, p. 1-13, 2016.

CHEN, D.; LEE, F. C.; MINTZ, J. M. Taxation, SMEs and Entrepreneurship. OECD Science, **Technology and Industry Working Papers**, 2002.

DLAMINI, B. Determinants of Tax Non-Compliance among Small and Medium Enterprises in Zimbabwe. **Journal of Economics and Behavioral Studies**, 2017, p. 242-250.

EICHFELDER, S.; VAILLANCOURT, F. Tax compliance costs: A review of cost burdens and cost structures. **Quantitative Research in Taxation – Discussion Papers**, 2014.

ERAGBHE, E.; MODUGU, K. P. Tax Compliance Costs of Small and Medium Scale Enterprises in Nigeria. **International Journal of Accounting and Taxation**, v. 2, n. 1, p. 63-87, 2014.

EVANS, C.; CARLON, S.; MASSEY, D. Small Business and tax compliance costs: A cross-country study of managerial benefits and tax concessions. **eJournal of Tax Research**, v. 3, n. 2, p. 453-482, 2005.

ICP-Brasil Infraestrutura de Chaves Públicas. Disponível em [www.it.gov.br/icp-brasil](http://www.it.gov.br/icp-brasil). Acesso em 05/09/2018.

IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Brasil edita cerca de 800 normas por dia, somando 5,4 milhões desde a Constituição de 1988. Disponível em <https://www.ibpt.com.br/brasil-edita-cerca-de-800-normas-por-dia-somando-54-milhoes-desde-a-constituicao-de-1988/#:~:text=Estudos-,Brasil%20edita%20cerca%20de%20800%20normas%20por%20dia%2C%20somando%205,desde%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988&text=Dentre%20as%20normas%20editadas%20363.779,hora%20em%20um%20dia%20%C3%BAtil>. Acesso em 1/05/2023.

KAPLANOGLU, G.; RAPANOS, V. T.; DASKALAKIS, N. Tax Compliance behaviour during the crisis: the case of Greek SMEs. **Eur J Law Econ**, p. 405-444, 2016.

LIMA, E. S. DE.; GALEGALLE, N. V.; ARIMA, C. H.; CÔRTEZ, P. L. Contribuição à Análise da Redução nos Custos de Conformidade Tributária e os Investimentos no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED no Brasil. **Jistem – Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 13, n. 1, p. 101-130, 2016.

LUBUA, E. W. Influencing Tax Compliance in SMEs through the Use of ICTs. **International Journal of Learning, Teaching and Educational Research**, v. 2, n. 1, p. 80-90, 2014.

MASEKO, N. Determinants Of Tax Compliance by Small and Medium Enterprises in Zimbabwe. **Journal of Economics and International Business Research**, v. 2, n. 3, p.48-57, 2014.

OJOCHOGWU, W. A.; S. OJEKA. Factors That Affect Tax Compliance among Small and Medium Enterprises (SMEs) in North Central Nigeria. **International Journal of Business and Management**, v. 7, n. 12, p. 87-96, 2012.

Presidência da República. Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas\\_2001/2200-2.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2200-2.htm). Acesso em 03/04/2018.

## 8. O COMPLIANCE TRIBUTÁRIO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

VLADIMIR PEREIRA LEMES · NAPOLEÃO VERARDI GALEALE · ALEXANDRE GONZALES

ROSSI, C. A.; V., SLONGO, L. A. Pesquisa de Satisfação de Clientes: O Estado da Arte e Proposição de um Método Brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea** (RAC), v. 2, n. 1, p. 101-125 janeiro/abril 1998.

Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em <http://sped.rfb.gov.br>. Acesso em 05/09/2018.

VLACHOS, V. A.; BITZENIS, A. P. Corruption and Tax Compliance of Greek SMEs. **Economy, Finance and Business in Southeastern and Central Europe**, p. 413-418, 2018.

## Resumo

*Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 – ARRENDAMENTOS, aprovado em 24 de novembro de 2017, que gerou mudanças significativas nos números das demonstrações contábeis das empresas, nos grupamentos contábeis de ativo imobilizado, empréstimos e financiamentos e lucro líquido do exercício, assim como em outros. Para analisar os potenciais impactos, é indispensável examinar a cronologia de alterações das normas contábeis de Arrendamentos (Leasing), em especial a última alteração, dado que essas alterações podem impactar o mercado e as empresas ao longo do tempo. Este estudo analisou a maior empresa de cada um dos onze setores da Bolsa de Valores B3, com base no ranking das melhores e maiores empresas do ano, segundo a revista Exame. O resultado obtido revelou melhora no desempenho econômico e financeiro nas empresas selecionadas entre os exercícios de 2018 e 2019, mas a maior parte dessa melhora é oriunda dos efeitos da implantação do CPC 06 (R2).*

**Palavras-chaves:** arrendamentos; desempenhos financeiros; mudanças contábeis.

**Análise do impacto  
do CPC 06 (R2)/IFRS  
16 – arrendamentos,  
nas demonstrações  
contábeis do exercício  
de 2019 de empresas  
líderes listadas na B3**

# **Análise do impacto do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - arrendamentos, nas demonstrações contábeis do exercício de 2019 de empresas líderes listadas na B3**

Henrique Herbel de Melo Campos

José Odálio dos Santos

José Carlos Marion

André Nardy

## **INTRODUÇÃO**

O Arrendamento teve como origem contratos de aluguel de bens por um prazo determinado, e a contabilidade o considerava despesa com aluguel. Com o tempo, as instituições financeiras o tornaram um produto bancário, aos poucos alterando a sua forma, de maneira que, depois de um

determinado prazo de aluguel, o locador poderia se tornar o proprietário do bem. Com isso, um simples aluguel passou a ser considerado uma forma de financiamento, dado que o produto bancário Arrendamento tinha uma taxa de juros similar a um financiamento comum.

Com a alteração da forma do produto bancário Arrendamento, a contabilidade foi desafiada a entender melhor esse produto e sua forma de contabilização, de maneira que, em novembro de 1976, a primeira norma contábil a tratar desse assunto foi o SFAS nº 13, emitido pelo Financial Accounting Standards Board (FASB), que separou o Arrendamento em duas categorias: o Arrendamento Operacional e o Arrendamento Financeiro. Na primeira categoria, o Arrendamento Operacional mantinha o tratamento da contabilização de aluguel por entender que, ao final do contrato, o locador não ficaria com o bem, mas, para a segunda categoria, o Arrendamento Financeiro seria tratado como um financiamento bancário normal, dado que, ao final do contrato, o locador pode se tornar o proprietário do bem.

Em setembro de 1982, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu o IAS 17 – Accounting for Leases em consonância com o SFAS nº 13, também separando o Arrendamento em duas categorias e definindo a contabilização de cada uma. A única diferença é que o SFAS nº 13 apresentava mais detalhes, incluindo tabelas com percentuais para definir em qual categoria o contrato, que é o escopo da análise, deve ser enquadrado, dado que o FASB é mais *code law* (arcabouço legal mais codificado e detalhado), enquanto o IAS 17 é mais *common law* (arcabouço legal desenhado por meio de princípios e sem muitos detalhamentos).

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu, em 13 de dezembro de 2001, a resolução nº 921, sendo a primeira resolução a tratar do assunto, e em linha geral, com o FASB e o IASB, dividindo o Arrendamento em Operacional e Financeiro. Em 3 de outubro de 2008, o CFC emitiu a resolução nº 1.141, que tratou o assunto em linhas gerais com o IAS 17 do IASB (CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil), determinando as duas categorias de Arrendamento e a forma de contabilização de cada categoria, mas de forma mais conceitual. Sendo assim,

quando da implantação dos IFRSs no Brasil, não houve uma mudança significativa no tratamento contábil dos Arrendamentos.

Em 5 de novembro de 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a primeira revisão do CPC 06 (R1), com pequenas alterações no texto, mas sem mudanças significativas no conceito. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos (nova norma de *leasing*), aprovado em 24 de novembro de 2017, que, por sua vez, gerou mudanças significativas nos números das demonstrações contábeis das empresas, dado que não há mais diferença entre Arrendamento Operacional e Arrendamento Financeiro, ambos sendo considerados Arrendamento e sendo capturados nas Demonstrações Contábeis.

A principal mudança decorrente da nova norma de Arrendamentos diz respeito à capitalização dos gastos com aluguel de imóveis que anteriormente não eram considerados arrendamentos financeiros. Essa nova normativa trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis das empresas, dentre elas: as de varejo e transporte aéreo, objetos de análise deste estudo. Além disso, muitos itens que eram anteriormente classificados como Arrendamento Operacional agora devem ser capturados nas Demonstrações Contábeis.

Para tanto, foram analisadas as maiores empresas de cada um dos onze setores de atuação definidos pela Bolsa de Valores B3. Nesse sentido, o escopo busca analisar os ajustes decorrentes do CPC 06 (R2) nessas empresas e as mudanças nos seus desempenhos econômico e financeiro, assim como se tais mudanças foram decorrentes apenas dos impactos do CPC 06 (R2).

No Quadro 1, descrevem-se os setores da B3 e as empresas selecionadas, com respeito à maior empresa de cada setor de acordo com o *ranking* da edição de 2020 das Maiores e Melhores da Revista Exame:

**Quadro 1:** Empresas selecionadas

Número	Setor	Empresa
1	Materiais básicos	Vale

Número	Setor	Empresa
2	Financeiro	Itaú Unibanco
3	Bens industriais	Gol
4	Consumo não cíclico	JBS
5	Consumo cíclico	Magazine Luiza
6	Outros	MGI
7	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petrobrás
8	Tecnologia da informação	Positivo
9	Saúde	Raia Drogasil
10	Utilidade pública	SABESP
11	Comunicações	Telefônica

**Fonte:** elaborado pelos autores e sítio eletrônico da B3.

Destaca-se que todas as empresas selecionadas acima são companhias abertas e com ações negociadas na B3, de forma que não fazem parte da população e da posterior amostra as empresas que não são companhias abertas e que tenham ações negociadas na B3, mas que também poderiam contribuir em pesquisas.

Importante ressaltar o contexto de implantação da nova norma contábil de *leasing*, em 1º de janeiro de 2019. Ou seja, isso ocorreu em um momento de pós-crise no Brasil, quando as empresas brasileiras tiveram uma piora em seus indicadores econômicos, o que pode dificultar a análise dos números deste trabalho, sendo necessária uma investigação mais detalhada, respeitando o setor em que estão inseridas e a região geográfica, se for o caso.

Após a crise mundial do *subprime* no ano de 2009 e a crise brasileira do *impeachment*, em 2016, o Brasil foi recuperando sua economia, mas em uma velocidade muito lenta, dado que, nos anos de 2017, 2018 e 2019, o crescimento do PIB foi de apenas 1,32%, 1,32% e 1,14%, respectivamente, impactando diretamente o desempenho econômico e financeiro das empresas, assim como os indicadores econômicos e sociais das pessoas. Adicionado a isso, os governos tiveram crônicos problemas com sua situação fiscal, o que causou efeitos no investimento como um todo no Brasil.

Nos mesmos anos (2017, 2018 e 2019), a taxa de câmbio teve forte oscilação, com cotação de fechamento de R\$ 3,3133, R\$ 3,8742 e R\$ 4,0307, respectivamente. Outro fator importante de análise é a taxa básica de juros da economia, que, no caso específico do Brasil, é a Selic, cujas taxas de fechamento dos anos foram de 12,25%, 6,5% e 5,25%, respectivamente, demonstrando uma forte queda.

## 9.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 9.1.1 Arrendamentos – Conceito e caracterização

O termo *leasing* vem do verbo da língua inglesa *to lease*, que pode ser traduzido como alugar ou conceder. O *leasing* se tornou importante no final do século XVIII, com a Revolução Industrial, dado que, com a constante renovação dos bens de produção, os ativos ficavam obsoletos rapidamente, o que fazia a compra não ser vantajosa para o industrial. Assim como a locação e o empréstimo não eram ideais, já que na locação haveria gastos com uso e manutenção de um bem que nunca seria do locatário, e no empréstimo, havia o pagamento de altos juros (MOREIRA, 2018).

Importante destacar que o *leasing* praticado nos moldes de hoje surgiu do feito de P. Boothe Jr. ao criar a U.S. Leasing, em 1952. No Brasil, segundo Toledo Filho (2012), as operações de *leasing* já existiam na década de 1950, embora somente em 1974, por meio da Lei nº 6.099, tivessem suas contraprestações consideradas custo ou despesas operacionais da arrendatária. Logo em seguida, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a resolução nº 351/1975, que dava as diretrizes para as operações. Posteriormente, a Resolução nº 2.309/1996, do Banco Central, trouxe a distinção das duas modalidades de contrato de arrendamento mercantil: o financeiro e o operacional.

### 9.1.2 Órgãos reguladores principais

No mundo, segundo Niyama e Silva (2013), em 2006, o IASB e o FASB — entidade estadunidense responsável por padronizar os procedimentos de contabilidade financeira naquele país —, anunciaram a criação de um grupo para estudar a contabilização do *leasing*. Ainda segundo os autores,

a criação desse grupo mostrou um forte indício de que a situação de contabilização da época não fornecia ao usuário das demonstrações contábeis todas as informações adequadas e necessárias. Em adição ao tema, o ex-presidente do IASB, David Tweedie, disse, em um de seus discursos de 2008, “que seu grande sonho era viajar antes de morrer em um avião que estivesse registrado no balanço patrimonial da empresa aérea”, fazendo referência à omissão do registro patrimonial das aeronaves arrendadas (MEURER, 2016; OLIVEIRA; BONFIM; FRAGA, 2018).

No que tange especificamente ao IFRS 16, no ano de 2002, o FASB e o IASB anunciaram a emissão de um memorando de entendimento, conhecido como Acordo de Norwalk. Com ele, o FASB comprometeu-se, por meio de seis iniciativas, a promover a convergência do USGAAP com as IFRS. Em 2006, os dois comitês adicionaram em suas respectivas agendas um projeto conjunto propondo mudanças na contabilização das operações de arrendamento mercantil. Como resultado desse esforço inicial, em 2010, a publicação do *Exposure Draft Leases ED/2010/9* trouxe extenso *feedback* para ambos (IASB, 2010b apud ARROZIO; GONZALES; SILVA, 2016).

Esse foi um importante movimento, dado que há diferenças entre o USGAAP e o IFRS. Nessa linha, os seus órgãos normatizadores têm emitido novas normas contábeis em conjunto no intuito de diminuir cada vez mais essas diferenças.

Em outubro de 2015, o IASB publicou uma sucinta atualização de projeto chamada *Definition of a Lease*. Esse documento complementa o *Project Update Leases: Definition of a Lease*, publicado em fevereiro de 2015, e explicita as decisões do IASB quanto à definição de arrendamento mercantil e como o FASB tem respondido aos comentários recebidos sobre o *Revised Exposure Draft 2010/9*. Não obstante, em janeiro de 2016, o IASB emitiu seu novo pronunciamento, *IFRS 16 Leases*, que passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. As companhias poderiam aderir à nova norma antes de 2019, no entanto deveriam igualmente à IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (IASB, 2016 apud ARROZIO; GONZALES; SILVA, 2016).

No que tange especificamente aos Estados Unidos da América do Norte, esse país possui uma norma contábil própria e um órgão contábil,

o FASB, que é um órgão de iniciativa privada, normatizador, responsável pelo estabelecimento de normas que orientam a elaboração dos relatórios financeiros, conhecidos como USGAAP. Essas normas devem ser seguidas por todas as empresas que possuem suas ações e títulos em Bolsa de Valores estadunidenses e são oficialmente reconhecidas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) (ARROZIO; GONZALES; SILVA, 2016). Apenas como exceção, as empresas não estadunidenses podem alternativamente apresentar os seus números contábeis em IFRS.

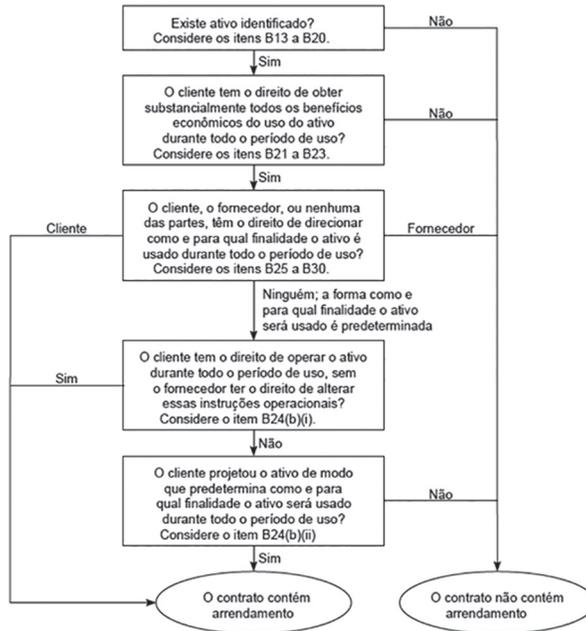
Com isso, têm-se: os principais órgãos contábeis do mundo que têm impacto no Brasil, o IASB, que é o órgão internacional; o FASB, que é o órgão estadunidense; e o CPC, que é o órgão brasileiro, mas devidamente lastreado nas normas expedidas pelo IASB, com exceção de orientações específicas para a jurisdição brasileira.

Importante ressaltar que diversos países utilizam o IFRS, porém o IASB tem por princípio respeitar as decisões dos países ou jurisdições como sua literatura, dado que há características na cultura dos negócios ou na legislação de cada país que precisam ser respeitadas e, se necessário, adaptadas, por isso não há natureza obrigatória, mas não se pode negar o grande peso e influência que o IASB possui em todo o mundo.

### **9.1.3 Fundamentos da Norma CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) trouxe importantes mudanças que, para serem preparadas adequadamente, requerem uma análise detalhada das informações e do contrato, conforme o próprio pronunciamento informa no fluxo de decisão apresentado na Figura 1.

**Figura 1:** Fluxograma para avaliação sobre se o contrato é ou contém arrendamento



Fonte: CPC 06 R2 (2017, p.260).

Com isso, conclui-se que cada vez mais o IFRS valoriza a essência sobre a forma, distanciando-se das questões jurídicas ou legais dos contratos de Arrendamento, de maneira que até mesmo aluguéis de imóveis com um prazo maior sejam capturados pelo escopo do IFRS 16.

A seguir, na Figura 2, demonstram-se os principais impactos nas demonstrações contábeis, na sua posição patrimonial.

**Figura 2:** Comparativo entre CPC 06 (R1)/IAS 17 x CPC 06 (R2)/IFRS 16

	IAS 17 / tópico 840		IFRS 16/ modelo FASB
	Arrendamento Financeiro	Arrendamento Operacional	Todos os Arrendamentos
Ativo	→ 🏠	---	→ 🏠 🏠 🏠 🏠
Passivo	\$\$	---	→ \$\$\$\$\$\$
Direitos e Obrigações / Fora do Balço	---	→ 🏠 \$\$\$\$\$\$	---

Fonte: IASB (2016), versão traduzida pelo autor.

Na Figura 3, são apresentados os principais impactos nas demonstrações contábeis, na sua posição no resultado.

**Figura 3:** Demonstração do Resultado – Principais impactos

Efeitos na Demonstração de Resultados			
	IAS 17		IFRS 16
	Leasing financeiro	Leasing operacional	Todos os leasings
Receita	X	X	X
Custos e despesas operacionais	—	Despesa única	—
<b>Ebitda</b>			↑ ↑
Depreciação e amortização	Depreciação	—	→ Depreciação
<b>Lucro operacional</b>			↑
Despesa financeira	Despesa com juros	—	→ Despesa com juros
<b>Lucro antes de impostos</b>			↔

Fonte: (TORRES, 2016).

## 9.2 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa para interpretação dos dados coletados. Do ponto de vista dos objetivos, o trabalho é descritivo, pois visa a determinar os impactos da alteração

na norma referente aos arrendamentos, dependendo, para isso, de um levantamento de informações. Para Silva e Menez (2005), a pesquisa do tipo descritiva é a que procura descrever características de uma determinada população ou estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto ao delineamento para a realização deste trabalho, utilizamos os procedimentos com dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Para a elaboração do problema e toda a parte inicial da pesquisa, elaboramos uma intensa busca por publicações em livros, revistas, artigos e monografias, realizando posteriormente um tratamento analítico. Já a pesquisa documental foi utilizada para o recolhimento dos dados necessários para a obtenção do resultado. Por meio de pesquisa no site da B3 e nos sites das empresas analisadas, retiramos os demonstrativos contábeis, notas explicativas, entre outras informações relevantes sobre as empresas pesquisadas.

Adicionalmente, as maiores empresas de cada segmento têm os números comparados a fim de verificar se houve melhora no seu desempenho, de forma a distinguir o que é mudança oriunda do novo CPC de Arrendamentos e efetiva melhora no desempenho das empresas.

Na coleta de dados, foram utilizados os números das Demonstrações Contábeis, os números consolidados e em milhões de reais. Adicionalmente, não foi possível considerar, para o ano de 2019, o impacto dos gastos com aluguéis e arrendamentos no resultado, já que a maioria das empresas não informou, utilizando-se, assim, apenas os efeitos na depreciação e despesa financeira. Com base nas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, mas principalmente nas Notas Explicativas, foi possível ajustar os números de forma a demonstrá-los antes e depois dos ajustes oriundos do CPC 06 (R2).

Quando da análise dos números, analisando especificamente o item Direito de Uso no grupamento do Ativo Imobilizado, a rubrica Arrendamento a Pagar no Passivo Circulante e Não Circulante, os gastos de depreciação específicos em itens do Direito de Uso no resultado e os gastos específicos de despesas com juros do Endividamento de Arrendamentos.

Em posse das informações acima, calculamos os devidos ajustes nos números do exercício de 2019 e comparamos com os números reportados

(com os efeitos do CPC 06 (R2)), obtendo, assim, os números sem os efeitos do CPC 06 (R2). Por fim, comparamos com os números do exercício de 2018 reportados (sem os efeitos do CPC 06 (R2)).

Desse modo, por meio da análise das alterações oriundas do CPC 06 (R2), identificamos um impacto no Ativo Imobilizado, dado que vários itens contabilizados como arrendamento operacional não estavam capturados nas demonstrações contábeis, havendo um aumento no saldo do imobilizado, assim como nos gastos com depreciação.

Outro impacto analisado foi o endividamento das empresas. Para objeto deste estudo, foram considerados os montantes a pagar de Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos, sejam classificados no circulante ou no não circulante. Esta análise, considerando os impactos do CPC-06 (R2), faz-se ainda mais importante quando se considera que, após as últimas crises econômicas no Brasil, muitas empresas têm apresentado um aumento relevante em seu endividamento. Ao capturar os itens em Arrendamento Operacional, automaticamente, suas dívidas no Passivo também o são, e, por conseguinte, há um aumento nas despesas com juros nos exercícios.

Ao analisar o desempenho econômico e financeiro das empresas, com base nos principais indicadores econômicos e contábeis, os achados nos levaram ao fato de que essas alterações nos números contábeis, comparados com os anos anteriores, não são oriundas apenas da mudança do CPC 06 (R2), mas também da melhora ou piora no desempenho econômico e financeiro da empresa ou, em alguns casos, de reflexos da economia do país ou do mundo, a depender do setor estudado.

### **9.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Após a coleta de dados, tabulação e cálculo dos valores e indicadores econômicos, para cada uma das 11 empresas selecionadas, a seguir são apresentados os resultados e respectivas análises.

Em primeiro lugar, tem-se a análise e a comparação de cada empresa:

### Vale S.A.

**Tabela 1:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

9.4	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhão	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	187.481	180.914	187.733
<b>Endividamento Total</b>	59.928	52.625	59.843
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	26.084	(7.640)	(8.697)

Fonte: elaborado pelo autor.

### Itaú Unibanco Holding S.A.

**Tabela 2:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	7.302	7.166	7.166
<b>Endividamento Total</b>	1.119.734	1.159.830	1.159.830
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	25.639	27.813	27.813

Fonte: elaborado pelo autor.

### Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

**Tabela 3:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	2.818	3.103	6.058
<b>Endividamento Total</b>	7.356	8.410	14.463
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	(780)	1.469	179

Fonte: elaborado pelo autor.

### JBS S.A.

**Tabela 4:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	35.109	38.100	42.673
<b>Endividamento Total</b>	56.154	53.028	57.743
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	210	7.946	6.465

Fonte: elaborado pelo autor.

### Magazine Luiza S.A.

Tabela 5: Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	754	1.077	3.350
<b>Endividamento Total</b>	456	849	3.129
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	597	1.366	922

Fonte: elaborado pelo autor.

### MGI Minas Gerais Participações S.A.

Tabela 6: Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	-	-	-
<b>Endividamento Total</b>	1.398	1.488	1.488
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	227	(8)	(8)

Fonte: elaborado pelo autor.

### Petróleo Brasileiro S.A.

**Tabela 7:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	609.829	554.936	641.949
<b>Endividamento Total</b>	326.876	254.982	351.161
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	23.505	56.607	30.842

Fonte: elaborado pelo autor.

### Positivo Tecnologia S.A.

**Tabela 8:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	51	47	89
<b>Endividamento Total</b>	610	712	755
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	(1)	32	21

Fonte: elaborado pelo autor.

Raia Drogasil S.A.

**Tabela 9:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	1.547	1.037	4.814
<b>Endividamento Total</b>	843	1.126	4.311
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	509	1.812	789

Fonte: elaborado pelo autor.

Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp

**Tabela 10:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	268	249	314
<b>Endividamento Total</b>	13.153	13.170	13.245
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	2.835	3.418	3.368

Fonte: elaborado pelo autor.

### Telefônica Brasil S.A.

**Tabela 11:** Composição do Imobilizado, Endividamento e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Com efeitos do CPC-06 (R2)
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019
	R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões
<b>Imobilizado</b>	34.115	34.096	42.847
<b>Endividamento Total</b>	6.139	4.634	13.825
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	8.928	7.342	5.001

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir, apresenta-se uma comparação entre as 11 empresas que foram objeto deste estudo. A análise compara a maior variação percentual (independentemente se positivo ou negativo) entre os indicadores.

**Tabela 12:** Comparação do Lucro líquido do exercício com e sem efeitos do CPC-06 (R2)

Ranking	Empresa	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício sem efeitos do CPC-06 (R2)	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício sem efeitos do CPC-06 (R2)	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício com efeitos do CPC-06 (R2)	Diferença Percentual entre o Lucro líquido (Prejuízo) do exercício sem e com os efeitos do CPC-06 (R2)
		31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	
		R\$ - milhões	R\$ - milhões	R\$ - milhões	31/12/2019 - %
1º	<b>Gol</b>	(780)	1.469	179	-87,81%
2º	<b>Raia Drogasil</b>	509	1.812	789	-56,46%
3º	<b>Petrobrás</b>	23.505	56.607	30.842	-45,52%
4º	<b>Positivo</b>	(1)	32	21	-34,38%
5º	<b>Magazine Luiza</b>	597	1.366	922	-32,50%

Ranking	Empresa	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício sem efeitos do CPC-06 (R2)	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício sem efeitos do CPC-06 (R2)	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício com efeitos do CPC-06 (R2)	Diferença Percentual entre o Lucro líquido (Prejuízo) do exercício sem e com os efeitos do CPC-06 (R2)
		31/12/2018 R\$ - milhões	31/12/2019 R\$ - milhões	31/12/2019 R\$ - milhões	31/12/2019 - %
6º	<b>Telefonica</b>	8.928	7.342	5.001	<b>-31,89%</b>
7º	<b>JBS</b>	210	7.946	6.465	<b>-18,64%</b>
8º	<b>Vale</b>	26.084	(7.640)	(8.697)	<b>-13,84%</b>
9º	<b>SABESP</b>	2.835	3.418	3.368	<b>-1,46%</b>
10º	<b>MGI</b>	227	(8)	(8)	<b>0%</b>
11º	<b>Itaú Unibanco</b>	25.639	27.813	27.813	<b>0%</b>

**Fonte:** elaborado pelo autor.

A 1ª posição é ocupada pela Gol que, ao imobilizar 120 aeronaves e outros itens, anteriormente contabilizados como Arrendamento Operacional, teve um impacto de -87,46% no seu lucro, sendo o lucro sem os efeitos bem maior do que o lucro com os efeitos, demonstrando que a carga de depreciação e juros atual nova é bem alta e comprovando, assim, que as empresas de transporte aéreo foram fortemente impactadas pelo CPC 06 (R2).

As empresas de Varejo Raia Drogasil (2ª posição) e Magazine Luiza (6ª posição) também demonstraram um impacto no Lucro líquido, principalmente pela captura dos imóveis alugados.

A Petrobrás (3ª posição) e a Vale (4ª posição), que possuem um grande parque de Exploração de Petróleo e Mineração, do qual boa parte dos equipamentos são arrendados, também tiveram um impacto significativo. O mesmo pode ser aplicado para a Telefônica (7ª posição), que também possui um grande Parque de Telefonia, adicionado ao fato de aluguéis das Lojas e das Torres de Transmissão.

A JBS teve uma variação nominal importante e percentual também de -18,64%, dado que muitos dos seus equipamentos e plantas eram arrendados, por meio de Arrendamento Operacional.

A Sabesp teve uma variação de apenas -1,46%, pois, apesar do grande Parque de Saneamento que ela opera, a propriedade é dos entes que fornecem as concessões, e isso é contabilizado nas suas Demonstrações Contábeis como Ativo Intangível pelo período da Concessão.

Por fim, as empresas financeiras Itaú Unibanco e MGI não apresentaram impactos do CPC06 (R2), corroborando o fato de que a norma impactou pouco ou nada as empresas financeiras.

**Tabela 13:** Comparação do Ativo Imobilizado com e sem efeitos do CPC 06 (R2)

Ranking	Empresa	Ativo Imobilizado Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Ativo Imobilizado Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Ativo Imobilizado Com efeitos do CPC-06 (R2)	Diferença Percentual entre o Ativo Imobilizado sem e com os efeitos do CPC-06 (R2) em 2019
		31/12/2018 R\$ - milhões	31/12/2019 R\$ - milhões	31/12/2019 R\$ - milhões	
1º	Raia Drogasil	1.547	1.037	4.814	364,22%
2º	Magazine Luiza	754	1.077	3.350	211,05%
3º	GOL	2.818	3.103	6.058	95,23%
4º	Positivo	51	47	89	89,36%
5º	SABESP	268	249	314	26,10%
6º	Telefônica	34.115	34.096	42.847	25,67%
7º	Petrobrás	609.829	554.936	641.949	15,68%
8º	JBS	35.109	38.100	42.673	12,00%
9º	Vale	187.481	180.914	187.733	3,77%
10º	MGI	-	-	-	0%
11º	Itaú Unibanco	7.302	7.166	7.166	0%

Fonte: elaborado pelo autor.

A Raia Drogasil lidera o *ranking* em face da captura das lojas alugadas no grupamento do Ativo Imobilizado, e, na 2ª posição, é possível verificar que a Gol demonstra que a captura de 120 aeronaves também impactou muito seus números. Em seguida, temos a Positivo, que é uma empresa de tecnologia, mas que percentualmente demonstrou um impacto grande. No 4º lugar, temos mais uma varejista, a Magazine Luiza, cujos aluguéis de lojas mais uma vez impactaram na análise.

Nas três últimas posições, temos a Vale que, apesar de ter tido um impacto alto se comparado ao valor de seu imobilizado, o percentual é pequeno e as duas empresas financeiras que não sofreram impacto.

**Tabela 14:** Comparação do Endividamento com e sem efeitos do CPC-06 (R2)

Ranking	Empresa	Endividamen- to Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Endividamen- to Sem efeitos do CPC-06 (R2)	Endividamen- to Com efeitos do CPC-06 (R2)	Diferença Percentual entre o En- dividamento sem e com os efeitos do CPC-06 (R2) em 2019
		31/12/2018 R\$ - milhões	31/12/2019 R\$ - milhões	31/12/2019 R\$ - milhões	
1º	Raia Drogasil	843	1.126	4.311	282,86%
2º	Magazine Luiza	456	849	3.129	268,55%
3º	Telefonica	6.139	4.634	13.825	198,34%
4º	GOL	7.356	8.410	14.463	71,97%
5º	Petrobras	326.876	254.982	351.161	37,72%
6º	Vale	59.928	52.625	59.843	13,72%
7º	JBS	56.154	53.028	57.743	8,89%
8º	Positivo	610	712	755	6,04%
9º	SABESP	13.153	13.170	13.245	0,57%
10º	MGI	1.398	1.488	1.488	0%
11º	Itaú Unibanco	1.119.734	1.159.830	1.159.830	0%

Fonte: elaborado pelo autor.

Mais uma vez, a Raia Drogasil lidera o *ranking*, e, em 2º lugar, há outra varejista, a Magazine Luiza, demonstrando que houve grande impacto do CPC 06 (R2) no endividamento de empresas varejistas, em face principalmente dos aluguéis das lojas, que agora são adicionadas no Passivo também. No 3º lugar, temos a Telefônica, e, em 4º, a Gol, que tem quase a totalidade das suas aeronaves financiadas por Arrendamento e em dólares norte-americanos.

Nas três últimas posições estão a Sabesp, que não teve um forte impacto do CPC 06 (R2), e as empresas financeiras que não foram impactadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16) trouxe impactos importantes nas Demonstrações Contábeis das Empresas. Em alguns setores da economia, algumas empresas foram mais impactadas, e, em outros setores, menos, porém, de forma geral, houve algum tipo de impacto.

As empresas mais impactadas estão nos setores de Varejo e Transporte Aéreo, e aquelas com menor efeito estão nos setores de Concessões e Instituições Financeiras. Outras empresas que demonstraram um impacto relevante e que se encontram inseridas em diversos setores definidos pela B3 são aquelas que demandam de grande infraestrutura, como é o caso da Petrobrás e da Telefônica, dado que boa parte dessa infraestrutura ou é alugada ou adquirida por meio de Arrendamento operacional.

No que tange aos indicadores, objetos deste estudo, os mais impactados foram o Ativo Imobilizado e Endividamento. O Ativo Imobilizado aumentou com o incremento de itens que não estavam capturados anteriormente, assim como o Endividamento com os respectivos contratos de Arrendamentos (Financiamentos). Esses itens incrementados no Ativo Imobilizado passam a ser depreciados, diferentemente do praticado antes, aumentando, assim, a carga de depreciação no resultado. Em contrapartida, o Endividamento gera uma carga maior de juros, aumentando a carga de despesas financeiras no resultado do exercício.

Conforme descrito acima, o setor de Transporte Aéreo foi fortemente impactado, tendo em vista a maior parte de suas aeronaves (que são seu principal ativo gerador de receitas) terem sido adquiridas na modalidade

de Arrendamento Operacional e, portanto, incrementadas no Ativo Imobilizado e no Endividamento.

Outro setor fortemente impactado foi o de Varejo, dado que a maior parte de suas lojas são alugadas e, portanto, foram capturadas como itens do Ativo Imobilizado e os respectivos contratos de longo prazo como Endividamento.

Em contrapartida, os setores menos impactados foram as Instituições Financeiras, pois apresentaram saldos de Ativo Imobilizado não relevantes, se comparados aos demais saldos de suas Demonstrações Contábeis.

No que diz respeito à nova norma contábil CPC06 (R2), ela conseguiu capturar, nas Demonstrações Contábeis, operações que anteriormente não estavam sendo capturadas, demonstrando um forte avanço na melhoria contábil internacional. Porém, talvez seja necessário reiniciar as discussões quanto a manter os aluguéis no escopo do CPC 06 (R2), igualando-os ao Arrendamento Operacional, dado que não se trata de uma forma direta de financiamento, mas apenas de um modo de utilização dos bens. Isso pode ser observado pela constatação de que um dos setores mais afetados pelo CPC 06 (R2) foi justamente o de Varejo, levando-se em conta, como dito anteriormente, o fato de a maioria de suas lojas serem alugadas e, assim, adicionadas ao Imobilizado.

Outro ponto importante seria atualizar o CPC-PME, que é a Norma Contábil para Pequenas e Médias Empresas, para que essa norma também considere as regras do CPC 06 (R2), dado que, pelo CPC-PME em vigor, a nova metodologia do CPC 06 (R2) ainda não está evigente, prejudicando a comparabilidade dessas empresas com as que utilizam todo o conjunto de CPCs.

Analisando as onze empresas selecionadas, destacando seu desempenho econômico e financeiro, verificou-se que houve aumento do endividamento, mas, na maioria dos casos, ele diz respeito aos ajustes do CPC 06 (R2) e não revela apenas um aumento normal. Há casos, como na JBS, cujo endividamento caiu, mas, com os impactos da norma, passou a demonstrar um aumento.

Em todos os casos analisados, houve adições e investimentos no Ativo Imobilizado, mas não na proporção demonstrada, também devido aos efeitos

da norma, ou seja, o que seria uma boa notícia, esses investimentos em adições no ativo imobilizado, na verdade, são os impactos do CPC 06 (R2).

Aprofundando as análises sobre o resultado dos exercícios de 2018 e 2019 das empresas selecionadas, foi observado que, com ou sem os impactos do CPC 06 (R2), todas as empresas tiveram melhora no seu desempenho. A maior exceção é apenas a Vale, que, devido à tragédia de Brumadinho, apresentou uma piora no Lucro Líquido do Exercício, passando para Prejuízo no Exercício.

Com isso, verificamos um ponto importante relativo ao fato de o CPC 06 (R2) não exigir que os ajustes sejam efetuados nos saldos iniciais comparativos, ou seja, para que ambos os exercícios, finalizados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, demonstrassem os efeitos do CPC 06 (R2). Desse modo, criou-se uma lacuna, levando-se em conta apenas os dados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, assim, prejudicando a comparabilidade e a análise do desempenho econômico das empresas.

Conforme a análise deste estudo, foram necessários diversos cálculos para que a comparabilidade fosse efetuada, e somente após uma análise detalhada foi possível verificar se houve ou não uma melhora do desempenho econômico e financeiro das empresas, corroborando assim com o fato de que o não registro dos impactos, retroativamente, não foi assertivo por parte dos preparadores dessa norma.

Sendo assim, a conclusão é que, com a exclusão dos aluguéis do escopo do CPC 06 (R2) e a sua aplicação nos saldos iniciais do exercício anterior em forma de adoção inicial, será possível obter uma Norma Contábil mais completa e de melhor análise dos usuários das Demonstrações Contábeis.

No que tange ao gerenciamento de resultados, respeitando-se as normas contábeis e a legislação, não identificamos, nas empresas analisadas, nada representativo, mas é importante destacar que, dado o alto impacto do CPC 06 (R2) nas Demonstrações Contábeis, estas poderão ser uma ferramenta para gerenciar resultados, principalmente no que diz respeito ao Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício, assim como ao Endividamento, já que são números importantes analisados pelo mercado. Nesse sentido, acreditamos que esse deve ser o foco de análise dos usuários das

Demonstrações Contábeis nos próximos anos, para que o desempenho das empresas seja analisado de forma mais objetiva.

Por fim, concluímos que houve uma mudança importante na geografia do Balanço Patrimonial, pois os maiores impactos do CPC 06 (R2) incidiram no Ativo Não Circulante e no Passivo Não Circulante, sendo que, no lado do Ativo, os impactos incidiram no Ativo Imobilizado. No lado do Passivo, a contabilização dos contratos de Arrendamentos foi efetuada no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante, mas a maior parcela ficou no Passivo Não Circulante, já que a principal característica desses contratos é o fato de ser de longo prazo, com vultosos investimentos e acesso a linhas de crédito específicas.

Como contribuição para novos estudos, sugere-se o aumento do número de empresas de cada setor da B3 a ser analisado, e não somente uma de cada setor como efetuamos neste estudo, para que seja possível comparar o desempenho de empresas do mesmo setor, inclusive empresas de outros países.

## REFERÊNCIAS

ARROZIO, M. M.; GONZALES, A.; SILVA, F. L. da. Alterações nos Indicadores Financeiros das Companhias do setor de Atacado e Varejo decorrentes da Nova Contabilização do Arrendamento Mercantil Operacional. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 5, n. 2, p. 139-159, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22567/rep.v5i2.380>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BACEN – Banco Central do Brasil. (1975). Resolução 351/1975. Operações de Arrendamento Mercantil.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. (2001). Resolução 921. Arrendamento Mercantil.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 1.141. Operações de Arrendamento Mercantil, 2008.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1). Operações de arrendamento mercantil. Brasília, DF: CPC

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). Pronunciamento Técnico CPC-PME. Contabilidade para pequenas e médias empresas. Brasília, DF: CPC.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2019). Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2). Arrendamentos. Brasília, DF: CPC.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2017, p. 260). Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2). Arrendamentos. Brasília, DF: CPC.

FASB – Financial Accounting Standards Board. (1976). Statement of Financial Accounting Standards 13. Accounting for Leases.

IASB – International Accounting Standards Board. (1982). International Accounting Standard 17. Accounting for Leases.

IASB. International Accounting Standards Board. (2016). **International Financial Reporting 16**. Leases, 2016.

MOREIRA, L. A. **Impactos da adoção do IFRS 16 em uma empresa de alta tecnologia**: uma pesquisa experimental. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21822>. Acesso em: 28 nov. 2022.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, A. C. L. B.; BONFIM, M. P.; FRAGA, A. N. CPC 06 (R2): uma análise de sua aplicação e impacto nas demonstrações financeiras da arrendatária. **Revista Pensar Contábil (CRCRJ)**, n. 74, p. 31-40, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZ, E. M. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

TOLEDO FILHO, J. R. **Mercado de Capitais Brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2012.

TORRES, F. Valor Econômico, São Paulo: Leasing vai somar dívida de US\$ 2,2 trilhões em Balanços, 13 janeiro 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/coluna/leasing-vai-somar-divida-de-us-22-trilhoes-em-balancos.ghtml>.

## Resumo

*A importância da temática Ambiental, Social e de Governança tem aumentado cada dia mais no mundo dos negócios, em especial durante os anos da pandemia do coronavírus (covid-19), em que a preservação ambiental, as medidas sociais de higiene e saúde, as ações afirmativas em relação às minorias e o reforço às práticas da boa governança corporativa se estabeleceram definitivamente nas áreas financeira e de investimentos das grandes corporações. A presente pesquisa objetivou analisar como a temática ESG (Environment, Social and Governance) tem encontrado eco no setor de Previdência Complementar brasileiro, mais especificamente perante as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e como essas instituições têm reagido a essas temáticas, que devem gerar bons resultados para as fundações que aderirem a tais critérios no momento de realizar seus investimentos. Para o caso em estudo, uma matriz de análise foi criada para graduar o nível de impacto que cada um dos critérios ESG tem dentro da instituição pesquisada, visando a apresentar um espelho da realidade atual da Previdência Complementar brasileira a respeito da temática em tela, e verificou-se que o instituto está adaptado à inserção dos critérios ESG nas suas decisões de investimentos.*

**Palavras-chave:** *ESG; mercado financeiro; investimentos; previdência complementar; políticas de investimentos.*

**Critérios ESG nas entidades fechadas de previdência complementar – o caso Postalís**

10

# **Critérios ESG nas entidades fechadas de previdência complementar – o caso Postalís**

Filipe Leite da Silva Botelho  
Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos  
Marcos Falcão

## **INTRODUÇÃO**

O segmento de negócios de previdência complementar é um ramo regulado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia de natureza especial, vinculada ao Ministério da Economia. Destarte, uma série de posturas e medidas de prevenção de risco são, de pronto, requeridas por essa entidade, visando a prevenir riscos nos investimentos. Daí porque é de fundamental importância analisar como as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) têm se comportado diante das novas exigências de mercado no que se refere

aos investimentos e saber se há adequação às normas ambientais, sociais e de governança por parte dessas entidades.

Trata-se de tema recente nas discussões de mercado, que visa a contribuir para a disseminação de uma cultura de maior responsabilidade social e ambiental dentro do mercado de previdência privada brasileiro que movimenta mais de 1 trilhão de reais em ativos (TAUHATA, 2021). É importante que as entidades do setor se ajustem aos novos tempos que requerem maior consciência social das suas responsabilidades enquanto gestoras dos recursos de terceiros.

A presente pesquisa objetiva analisar a influência dos critérios de governança, social e ambiental (ASG ou ESG, na sigla em inglês, *Environmental, Social and Governance*) nas decisões de investimentos das EFPCs, especificamente nas normas internas do Postalís, Instituto de Previdência Complementar.

A presente pesquisa espera contribuir com a disseminação das boas práticas de mercado que visam a trazer mais justiça social, preservação ambiental e sustentabilidade para o mundo corporativo das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mais especificamente do Postalís, de modo que os critérios ESG se tornem uma referência à qual investidores institucionais e profissionais possam se fiar visando à construção de um mundo mais igualitário.

Com a pesquisa, pretende-se responder à seguinte pergunta: como tem o Postalís se adaptado às novas exigências dos critérios ambiental, social e de governança nas suas atividades de investimento?

O objetivo da pesquisa consiste em analisar se os critérios ESG estão sendo incorporados às atividades do Postalís, especificamente quanto a seus investimentos e boas práticas de negócio.

O estudo traz como objetivos específicos:

Verificar se as políticas de investimento de cada um dos planos de benefícios mantidos pelo Postalís estão refletindo os critérios ambientais, sociais e de governança para suas atividades de investimento.

Verificar se Relatório Anual de Informações, documento de apresentação obrigatória ao público para as ESIs, descreve boas práticas e

demais atividades desempenhadas pelas entidades no que diz respeito aos critérios ESG.

A presente pesquisa foi estruturada em três eixos, sendo o primeiro a compreensão dos critérios Ambiental, Social e de Governança em nível nacional e mundial, abarcando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e a Iniciativa de Reporte Global (GRI).

Na sequência, foi abordado o sistema de Previdência Complementar brasileiro, enquanto suporte e complemento da previdência social pública, bem como o arcabouço legal que prevê a incorporação dos critérios ESG às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Por fim, realizou-se trabalho de análise dos normativos de investimento (políticas de investimento) e os Relatórios Anuais de Informação (RAI) do Postalis, Instituto de Previdência Complementar, visando a encontrar referências e contextos de enfoque ambiental, social e de governança, sendo elaborada matriz de aferição do quanto cada entidade está engajada quanto a tais critérios.

## **10.1 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **10.1.1 Critérios ESG – Ambientais, Sociais e de Governança**

O nascimento dos critérios ESG tem sua fonte nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), através do seu Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, e foi adotada por todos os países membros em 2015. Esses objetivos são uma conjunção de esforços das nações através do globo (chamado Pacto Global) de promover iniciativas que venham a melhorar a qualidade de vida da população global, como o fim da pobreza, a redução das desigualdades, a melhora da saúde e da educação no mundo, bem como incentivar o crescimento econômico mundial.

É importante mencionar que a Agenda 2030 é consequência de uma série de eventos já ocorridos mundo afora, iniciando-se com a Rio 92,

conferência em que se estabeleceram as bases para um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável e mais de 178 países adotaram a chamada Agenda 21 (UN, [c2022]).

Posteriormente à Rio 92, outros eventos, de âmbito mundial, também trataram da temática da sustentabilidade, abordando os aspectos de desenvolvimento social, ambiental e de governanças dos estados e das corporações privadas. Em 2002, em Joanesburgo, África do Sul, o World Summit on Sustainable Development reafirmou os compromissos da comunidade mundial com o meio ambiente e a erradicação da pobreza, gerando maior ênfase às parcerias multilaterais. Em 2012, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, conhecida como Rio +20. Por fim, em janeiro de 2015, a Assembleia Geral da ONU iniciou as tratativas para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

Esse processo culminou na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a qual foi aprovada na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável da ONU, em setembro de 2015. Os ODS são os apresentados na Tabela a (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022):

**Tabela 1:** ODS e suas descrições

NOME DO ODS	DESCRIÇÃO DO ODS
1 - Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2 - Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
3 - Saúde e bem-estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4 - Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5 - Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6 - Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

NOME DO ODS	DESCRIÇÃO DO ODS
7 - Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10 - Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
11 - Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
12 - Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
13 - Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
14 - Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15 - Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.
16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
17 - Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da Agenda 2030 da ONU.

Conforme se observa, da listagem acima, os critérios ESG foram diretamente derivados dos ODS, haja vista a temática ricamente embasada nos aspectos social, ambiental e de governança destes últimos. Através das diretrizes passadas nos ODS, países, cidades e mesmo empresas privadas

têm um direcionamento de onde devem almejar estar em 2030 para que o mundo alcance níveis altos de desenvolvimento sustentável.

Outro importante guia para a introdução dos critérios ESG, especialmente quando se trata de finanças corporativas e investimentos, tem que ver com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Tais princípios foram derivados da intenção, por parte de um grupo internacional de investidores institucionais, de aplicar os critérios ambientais, sociais e a governança corporativa em suas práticas de investimento (PRI, 2019).

O PRI é uma associação, portanto, que editou 6 princípios, bem como possíveis ações para a incorporação dos critérios ESG pelos investidores institucionais ao redor do globo. O PRI atua em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio Ambiente (UNEP FI) e o Pacto Global (PRI, 2019). Os princípios, de adesão voluntária pelos investidores, são os apresentados na Tabela 2:

**Tabela 2:** Princípios para o Investimento Responsável - PRI

Princípios para o Investimento Responsável (PRI)
1 - Incorporaremos temas ESG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão;
2 - Seremos proativos e incorporaremos os temas ESG às nossas políticas e práticas de propriedade de ativos;
3 - Buscaremos sempre fazer com que as entidades nas quais investimos divulguem suas ações relacionadas aos temas ESG;
4 - Promoveremos a aceitação e implementação dos Princípios dentro do setor de investimento;
5 - Trabalharemos unidos para ampliar a eficácia na implementação dos Princípios;
6 - Cada um de nós divulgará relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos Princípios.

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir da descrição do PRI.

A Iniciativa de Reporte Global é uma organização internacional, independente, que auxilia empresas, investidores, sociedade civil, legisladores e outros organismos internacionais e se responsabilizarem e reportarem

os impactos que causam à sustentabilidade do planeta. Sendo assim, a GRI (*Global Reporting Initiative*) auxilia as corporações a comunicarem melhor tais impactos através de normas-padrão (*Standards*).

Esses normativos tratam de temas como Desempenho Econômico, Impactos Econômicos Indiretos, Combate à Corrupção, Energia, Biodiversidade, Emissões, Resíduos, Emprego, Relações de Trabalho, Não Discriminação, Avaliação Social de Fornecedores, Marketing e Rotulagem, Privacidade do Cliente, dentre outros temas muito relevantes para a cultura do ESG nas empresas na atualidade.

### **10.1.2 Sistema de Previdência Complementar no Brasil**

O Regime de Previdência Complementar Brasileiro (RPC) foi estruturado de forma a ser uma proteção a mais ao cidadão brasileiro, possui caráter privado, é não obrigatório e totalmente dissociado dos demais regimes de previdência social existentes no país, quais sejam: a) o Regime Geral de Previdência Social (RGPS); ou b) o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ambos obrigatórios por lei.

No Regime de Previdência Complementar Fechado, as EFPCs, também conhecidas como fundos de pensão, operam planos de previdência para pessoas que detenham vínculo empregatício ou associativo com empresas, órgãos públicos, sindicatos e/ou associações representativas.

As EFPCs não possuem fins lucrativos e administram planos de previdência criados por empresas, chamadas patrocinadoras, a seus empregados, chamados participantes, ou por entidades de caráter profissional, classista ou setorial, chamados instituidores, para seus associados, também chamados participantes.

O patrimônio das EFPCs é totalmente segregado daquele de seus patrocinadores e/ou instituidores, e alocado nos respectivos planos de benefícios administrados pela entidade, o que lhe dá uma personalidade jurídica própria e totalmente independente.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar são constituídas de 273 Entidades (Ministério do Trabalho e Emprego, 2022), que são divididas em dois grupos para fins de facilitar a fiscalização dos órgãos de regulação: a) as ESIs, Entidades Sistemicamente Importantes, no total de

17, consideradas as entidades com maior volume de reservas matemáticas sob gestão, como veremos no tópico seguinte; e b) as demais entidades, num total de 256, que possuem menor valor de reservas matemáticas.

A regulação do setor de previdência complementar vem editando normas no sentido de incentivar a adoção de práticas que levem à inserção dos critérios ESG nos investimentos e nas atividades das EFPC.

Assim, os normativos a seguir são as principais normas reguladoras da inclusão dos critérios ESG. A seguir, alguns conceitos e princípios trazidos em cada uma delas:

a) Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 – Obriga as EFPCs a considerar, na análise de riscos, sempre que possível, os aspectos ESG (art.10, §4º). Prevê que parte dos investimentos das entidades deverá ser alocado em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança (art. 22, I).

b) Instrução Normativa Previc nº 35, de 11 de novembro de 2020 – Tratando das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades, obriga as políticas de investimento a conter diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, preferencialmente, de forma diferenciada por setores da atividade econômica (art. 7º, VI).

c) Guia Previc de Melhores Práticas em Investimento – 2019 – Propõe uma estrutura de governança para os investimentos das Entidades, com controles internos e gestão de riscos, padrões éticos e práticas de mercado, traçou diretrizes ESG, prevendo a integração destes critérios ao desempenho econômico-financeiro das EFPC, avaliação dos melhores desempenhos em termos de ESG e filtragem dos setores-alvo dos investimentos em função de sua não aderência aos critérios socioambientais e de governança (BRASIL, 2020).

## 10.2 MÉTODOS E TÉCNICAS

Os dados coletados para a presente pesquisa foram provenientes de consulta pública ao sítio do Postalis – Instituto de Previdência Complementar.

O Postalis é uma entidade de previdência complementar criada em 1981, com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da previdência social (INSS).

Analisaram-se as políticas de investimento de cada um dos planos de benefício do Postalis, bem como seus Relatórios Anuais de Informações (RAI) referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020.

Trata-se de pesquisa descritiva, qualitativa, bibliográfica e, sobretudo, documental, que busca, a partir do método indutivo, interpretar e compreender os fatos e dados indicados pela entidade pesquisada, tentando construir suas conclusões a respeito da aplicação dos critérios ESG nos investimentos desta instituição.

Como método de avaliação, foi criada uma metodologia para análise do preenchimento de requisitos sociais, ambientais e de governança para as EFPCs, atribuindo pontuação de acordo com: 1) o nível de maturidade das políticas dos planos de benefícios das entidades em relação aos critérios ESG e 2) os Relatórios Anuais de Informações (RAI), referentes aos anos 2018 a 2020 (último ano disponibilizado pelas entidades à época da coleta de dados para elaboração da pesquisa), analisando-os quanto aos critérios ESG, conforme pontuação delimitada na figura 1:

**Figura 1:** Matriz de Análise dos Critérios ESG nas EFPC.

0-2 – Deficiente	2-4 – Fraco	4-6 – Regular	6-8 – Bom	8-10 – Excelente
------------------	-------------	---------------	-----------	------------------

**Fonte:** elaborada pelos autores.

Dessa forma, foi atribuída pontuação de acordo com o grau de engajamento dos respectivos documentos em relação aos critérios ESG:

- a. Política de Investimentos dos Planos de Benefício contendo item específico tratando dos critérios ESG: 3 pontos, sendo considerado 1 ponto para cada um dos critérios;
- b. Política de Investimentos dos Planos de Benefício contendo apenas menções aos critérios ESG: 1,5 ponto, sendo considerado 0,50 ponto para cada um dos critérios;

- c. Relatório Anual de Informações (RAI) (para cada ano pesquisado – 2018 a 2020) contendo item específico tratando dos critérios ESG: 2 pontos, sendo considerado 0,66 ponto para cada um dos critérios;
- d. Relatório Anual de Informações (RAI) (para cada ano) contendo apenas menções aos critérios ESG: 1 ponto, sendo considerado 0,33 ponto para cada um dos critérios;
- e. Publicação da(s) Política(s) de Investimento dos Planos de Benefícios no sítio de informações da Entidade: 1 ponto.

Assim, serão analisadas as informações qualitativas das políticas de investimento dos planos de benefícios, bem como dos relatórios anuais do Postalís através de um descritivo condensado de cada um desses documentos.

## 10.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 10.3.1 Aplicação dos Critérios ESG no Postalís – Instituto de Previdência Complementar

Ao analisar o Postalís, entidade que possui como missão “administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes,” os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, entidade patrocinadora dos planos de previdência ofertados pelo Instituto.

O Postalís é uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981, com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da previdência social (INSS).

O Instituto é um dos maiores fundos de pensão do país, possui uma base de participantes e assistidos (aposentados e beneficiários) de mais 170 mil pessoas (POSTALIS, 2020) e administra bilhões de reais em recursos provenientes dos planos de previdência que oferta (Planos BD e Postalprev).

Em sua estrutura de Governança Corporativa, mantém um Conselho Deliberativo, órgão máximo da Instituição, e um Conselho Fiscal. Abaixo deles, há uma Diretoria Executiva composta por 3 membros.

Entre os valores declarados pelo Instituto ligados aos critérios ESG, estão: Valorização das Pessoas, ligado à função Social, e Sustentabilidade, ligado às funções Ambiental e Social. Quanto aos normativos da Entidade, destacamos aqueles ligados à temática ESG, como o Código de Ética e o Programa de Integridade que são ligados às vertentes de governança e social.

### **10.3.2 Políticas de Investimento nos Planos de Benefícios – Postalís**

Passa-se a avaliar cada uma das políticas relativas aos planos administrados pelo Instituto. O Postalís possui 2 planos de benefícios (Plano Benefício Definido – BD e Plano Postalprev – CV), além do próprio Plano de Gestão Administrativa (PGA), que serve para registrar contabilmente as atividades referentes à gestão administrativa das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) no que diz respeito à administração de recursos e despesas da Entidade.

As Políticas de Investimentos dos Planos PGA, BD e Postalprev (CV) possuem estruturas semelhantes no que pertine às referências ao tema ESG. As políticas dos 3 planos previram, em suas definições, as práticas ESG como práticas ambientais, sociais e de governança a serem analisadas nos investimentos visando à sustentabilidade destes em longo prazo. Informam, ainda, que a área de investimentos da entidade possui um Manual de Prospecção de Investimentos que reflete os princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança.

As políticas preveem que, para o plano BD, metade (50%), e, no plano PostalPrev, 30% de suas alocações em renda variável deverá se efetivar em Segmento Especial de Listagem que assegure práticas diferenciadas de governança (para o plano PGA, não há previsão de investimento em renda fixa). Trazem também as definições dos termos Governança Corporativa e Sustentabilidade.

Há um tópico exclusivo para o tema da Governança Corporativa, que prevê a submissão dos investimentos às instâncias deliberativas e de análise do Instituto. Preveem, ainda, a observância do Código de Ética e Conduta para mitigação de conflitos de interesse, a certificação e a habilitação dos profissionais envolvidos nos investimentos da Entidade.

Portanto, podem-se avaliar as abordagens às práticas ESG nas políticas de investimento do Postalís, Instituto de Previdência Complementar, da seguinte forma:

Políticas dos Planos de Benefícios – Possuem tópico específico sobre Governança Corporativa (1 ponto), porém, quanto aos critérios ambiental e social, faz apenas menções às práticas ESG (0,5 ponto para cada um dos critérios Social e Ambiental): 2 pontos.

Há publicação das Políticas dos Planos de Benefícios no sítio de informações da Entidade na internet: 1 ponto, totalizando 3 pontos no que se refere à pontuação das Políticas.

### **10.3.3 Atividades das EFPCs – Relatório de Anual de Informações – Postalís**

Neste tópico, analisaremos a aderência aos critérios ESG do Relatório Anual de Informações (RAI). Para efeito de comparativo, tomamos os 3 (três) últimos anos apresentados (2020, 2019 e 2018) pelo Instituto analisado para averiguar se as ações afirmativas de ESG foram aperfeiçoadas nesse período.

De acordo com o Relatório Anual referente a 2018 do Postalís, verificou-se a presença do conceito de sustentabilidade, baseado na consciência das questões de preservação e sustentação nas dimensões ambiental, social e financeira. Há um capítulo no RAI dedicado à Responsabilidade Socioambiental, em que é detalhada a atuação da empresa nos seus investimentos, indicando que há orientação para que sejam observados princípios relacionados aos critérios ESG.

Há menção ao programa social de jovem aprendiz, iniciado em 2010, e é destinado a jovens entre 14 e 24 anos, visando à inclusão, capacitação e promoção do seu desenvolvimento profissional, além da promoção do uso consciente de impressões e da redução da quantidade de papel.

Outras atitudes de preservação ambiental utilizadas foram a implantação de um sistema de sistema de gestão e controle das impressões em papel, por meio da instalação de ilhas de impressoras e solicitação de senhas, o que acarretou a redução da impressão de documentos no Instituto, além da mudança da sede do Postalís para uma estrutura mais

moderna, o que gerou uma economia média de energia elétrica da ordem 16.000 KwH/mês, e de, aproximadamente, 228 m<sup>3</sup>/mês no consumo de água.

Informa-se também que o Instituto adota uma cultura interna que visa às práticas de governança na gestão dos investimentos de forma ética, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Há um capítulo reservado ao tema da Governança Corporativa, em que se destacam as estruturas de poder dentro da corporação, bem como a redução no número de gerências e coordenações, visando à redução de despesas administrativas e à modernização e à maior eficiência da empresa, bem como à criação de comitês de ética, de gestão de riscos e de auditoria.

Para o ano de 2019, foi relatada a implantação e a entrada em vigor do Programa de Integridade da companhia, uma inovação para a governança da empresa que fortalece os controles e a gestão. Possui entre seus valores a valorização das pessoas visando ao bem-estar de fornecedores, empregados, participantes e assistidos, bem como a transparência nas informações ao seu público-alvo, além do valor da própria sustentabilidade, que é indicado como a consciência de questões de preservação e sustentação ambiental, social e financeira, que devem orientar as ações do Instituto e garantir, assim, perenidade e competitividade.

Em item específico de Governança Corporativa, destacou-se a aprovação do novo Estatuto Social do Instituto, que possibilitou a eleição e a posse dos membros dos órgãos estatutários. Também foi destacada a atuação dos Comitês instituídos de Auditoria, de Riscos de Investimentos e de Assessoramento e Recuperação de Investimentos, além de outros que se somam à auditoria interna e independente que visam a reforçar a governança da instituição.

No que diz respeito à área social, é citada a aprovação de política de Recursos Humanos que consolidou diretrizes da gestão de pessoas visando a reter e a desenvolver talentos, bem como a melhorar o clima organizacional, além de um programa de desenvolvimento gerencial dentro do Postalis. Quanto à responsabilidade socioambiental, há um tópico específico no Relatório que replica os mesmos princípios já informados

no RAI de 2018, com referência às práticas de governança na gestão dos investimentos da instituição.

Para o RAI de 2020, a Entidade voltou a informar entre seus valores a valorização das pessoas visando ao bem-estar de fornecedores, empregados, participantes e assistidos, bem como a transparência nas informações ao seu público-alvo, bem como o valor da própria sustentabilidade, que é indicado como a consciência de questões de preservação e sustentação ambiental, social e financeira, que devem orientar as ações do Instituto garantindo perenidade e competitividade.

Em item específico de Governança Corporativa, destacou-se o processo eleitoral dos membros dos órgãos estatutários e, por conseguinte, a habilitação e posse aos membros eleitos e a realização da recomposição dos membros da Diretoria Executiva.

Quanto à responsabilidade socioambiental, há tópico específico no Relatório (assim como nos relatórios anteriores), que replica os mesmos princípios já informados no RAI de 2018, com referência às práticas de governança na gestão dos investimentos da instituição, dando destaque aos critérios ambientais, sociais e de governança.

Merece nota a reação do Instituto em relação à pandemia do novo coronavírus (covid-19), que impôs o isolamento social como a principal estratégia de prevenção, impactando a vida dos funcionários e os trabalhos da instituição, o que ocasionou a implantação do regime de *home office* para todos os empregados, o que se tornou uma medida de apoio social aos colaboradores.

Portanto, podem-se avaliar as menções às práticas ESG nos Relatórios Anuais de Informações do Postalís – Instituto de Previdência Complementar da seguinte forma:

Relatório Anual de Informações 2018-2020: há tópicos específicos que tratam da Governança Corporativa e da Responsabilidade Socioambiental: 2 pontos para cada ano, totalizando 6 pontos.

### **10.3.4 Pontuação Final – Postalís**

Portanto, com base nos critérios previstos no estudo, o Postalís – Instituto de Previdência Complementar teve nota geral 9,0 para os critérios analisados

na avaliação de suas políticas e relatórios anuais de informações, conforme se percebe da matriz abaixo, o que o classifica como de grau Excelente, de acordo com a metodologia proposta por este estudo, apresentado na Tabela 3:

**Tabela 3:** Pontuação do Postalis quanto aos critérios ESG

ENTIDADE Postalis	Políticas de Investimento	RAI 2018	RAI 2019	RAI 2020	TOTAL
Critérios ESG nas PI's	2,0				
Critérios ESG nos RAI's		2,0	2,0	2,0	
PI's Publicada(s) – PIP	1,0				
<b>TOTAL</b>	<b>3,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>9,0</b>

Fonte: dados da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como origem os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que tiveram seu nascedouro na Rio – 92, bem como pelos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), instituição que normatiza os investimentos institucionais ao redor do globo, da *Global Reporting Initiative*, os critérios ESG foram definitivamente incorporados ao mercado financeiro.

A Previdência Complementar fechada, por consequência, não fica imune a essa regulamentação, visto que, na estrutura de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, cabe considerar, na análise de riscos, sempre que possível, os aspectos ESG.

Neste estudo, foi analisado o caso do Postalis – Instituto de Previdência Complementar, para verificar se suas políticas de investimento e seus Relatórios Anuais de Informações continham seções específicas que tratavam dessa temática, bem como se tais informações estavam disponíveis para o público em geral, no sítio da entidade na internet.

De acordo com a matriz de análise criada, foi verificada a aderência das políticas e dos relatórios anuais de 2018 a 2020 aos critérios ESG, de forma que

a entidade alcançou uma média geral alta. Portanto, foi constatada a publicidade da temática ESG nas políticas de investimentos dos planos de benefícios do Postalís, bem como em seus relatórios. Além disso, esses documentos estão à disposição para verificação pública a qualquer momento, o que recomenda a entidade analisada como referência no tema no seu setor de atuação.

O estudo limitou-se a tratar do tema ESG com base nas informações públicas contidas nos sítios de internet da entidade, sem adentrar nas questões de alocação de recursos, em virtude de não dispor de dados concretos de investimentos do instituto, objeto do estudo.

Entende-se que futuras pesquisas na área devem abordar a questão de quais indicadores/métricas podem ser utilizados para expressar de maneira mais clara e contundente como os fatores ambientais, sociais e de governança estão sendo retratados nas organizações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Previdência. **Relatório Gerencial de Previdência Complementar**. 2º Tri, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/surpcrg2tri.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.

BRASIL. Superintendência Nacional de Previdência Complementar — Previc. **Novo Guia Previc Melhores Práticas de Investimentos**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-de-melhores-praticas/novo-guia-previc-melhores-praticas-de-investimentos.pdf/view>. Acesso em: 9 fev. 2022.

GRI. Global Reporting Initiative. **About GRI**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Pacto Global. **A maior iniciativa de sustentabilidade corporativa mundial.** Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc>. Acesso em: 4 fev. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 4 fev. 2022.

POSTALIS. **Políticas de Investimento.** Disponível em: <http://www.postalis.org.br/investimentos/nocoas-basicas/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

POSTALIS. **Relatórios Anuais.** Disponível em: <http://www.postalis.org.br/relatorios-anuais/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

PRI. Princípios para o investimento responsável. **Uma iniciativa de investidores em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio Ambiente (UNEP FI) e o Pacto Global da ONU.** 2019. Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=10969>. Acesso em: 27 jan. 2022.

PRI. Princípios para o investimento responsável. **What are the Principles for Responsible Investment?** Disponível em: <https://www.unpri.org/about-us/what-are-the-principles-for-responsible-investment>. Acesso em: 26 jan. 2022.

TAUHATA, S. Fundos de pensão superam R\$ 1 trilhão em ativos, diz associação. **Valor Investe.** São Paulo. 19 março 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/fundos/noticia/2021/03/19/fundos-de-pensao-superam-r-1-trilhao-em-ativos-diz-associao.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

UN. United Nations. **The 17 Goals.** [c2002]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 12 jun. 2022.

## Os Autores

Alexandre Gonzales  
André Nardy  
Bárbara Jorge Neves dos Santos  
Carlos Vital Giordano  
Danilo Prado Figueiredo  
Elizabeth Borelli  
Fernando de Almeida Santos  
Filipe Leite da Silva Botelho  
Gustavo Adolfo Rubio-Rodriguez  
Henrique Herbel de Melo Campos  
Ícaro Luiz de Sousa Silva  
José Carlos Marion  
José Odílio dos Santos  
José Roberto Securato

Leandro Evangelista Poli  
Marcos Falcão  
Mario Heimer Florez Guzmán  
Napoleão Verardi Galegale  
Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos  
Paulo Henrique Vaz da Silva  
Renata Mendonça de Fazio  
Roberta Cristina da Silva  
Rodolfo Henrique de Paiva Cavalcante  
Sérgio de Iudícibus  
Sergio Luiz de Oliveira  
Suzana Rosa dos Santos  
Vladimir Pereira Lemes  
Windsor Espenser Veiga